



Organização
Internacional
do Trabalho



ESE business,
create jobs

► O Ambiente Favorável para Empresas Sustentáveis em São Tomé e Príncipe



O Ambiente Favorável para Empresas Sustentáveis em São Tomé e Príncipe

Copyright © International Labour Office 2020
First published 2020

Publications of the International Labour Office enjoy copyright under Protocol 2 of the Universal Copyright Convention. Nevertheless, short excerpts from them may be reproduced without authorization, on condition that the source is indicated. For rights of reproduction or translation, application should be made to ILO Publications (Rights and Licensing), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland, or by email: rights@ilo.org. The International Labour Office welcomes such applications.

Libraries, institutions and other users registered with reproduction rights organizations may make copies in accordance with the licences issued to them for this purpose. Visit www.ifrro.org to find the reproduction rights organization in your country.

ISBN : 978-92-2-033888-9 (print)

978-92-2-033889-6 (web PDF)

The designations employed in ILO publications, which are in conformity with United Nations practice, and the presentation of material therein do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the International Labour Office concerning the legal status of any country, area or territory or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers.

The responsibility for opinions expressed in signed articles, studies and other contributions rests solely with their authors, and publication does not constitute an endorsement by the International Labour Office of the opinions expressed in them.

Reference to names of firms and commercial products and processes does not imply their endorsement by the International Labour Office, and any failure to mention a particular firm, commercial product or process is not a sign of disapproval.

Information on ILO publications and digital products can be found at: www.ilo.org/publns.

Printed in Switzerland

Sumário

Sumário Executivo	.vii
Elementos políticos	vii
Elementos económicos	vii
Elementos sociais	viii
Elementos ambientais	viii
Abreviações e Acrônimos	ix
1. Introdução	1
2. Elementos políticos	3
2.1. Paz e estabilidade política	4
2.2. Boa Governança	5
2.3. Diálogo Social	8
2.4. Respeito aos direitos humanos universais e às normas internacionais do trabalho	9
3. Elementos económicos	15
3.1. Políticas macroeconómicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia	17
3.2. Comércio e integração económica sustentável	20
3.3. Ambiente legal e regulatório favorável	25
3.4. Império da lei e a garantia dos direitos de propriedade	28
3.5. Concorrência justa	30
3.6. Tecnologias da informação e da comunicação	31
3.7. Acesso aos serviços financeiros	35
3.8. Estrutura física	38
4. Elementos sociais	43
4.1. Cultura empresarial	43
4.2. Educação, capacitação e formação contínua	44
4.3. Justiça social e inclusão social	49
4.4. Proteção social adequada	51
5. Elementos ambientais	55

5.1. Gestão ambiental sustentável	55
6. Resultado da avaliação e caminhos para futuro.	.63
Referências bibliográficas	.66
Legislações:	.67
Lista resumida das entidades contactatas	.69

Índice de Gráficos

Diagrama 1: Indicadores Políticos.	3
Gráfico 1- Estabilidade Política e Ausência de Violência /Terrorismo.	4
Gráfico 2-Índice de Ibrahim	6
Gráfico 3 - Controlo de Corrupção	6
Gráfico 4: Índice de Percepção da Corrupção.	8
Gráfico 5-Eficácia do Governo	8
Gráfico 6-Índice de Voz e Responsabilidade	9
Diagrama 2: Indicadores Macroeconómicos	15
Diagrama 3: Indicadores de acesso ao crédito, direitos de propriedade e competição	16
Diagrama 4: Indicadores de TIC e de Infraestrutura	17
Gráfico 7-Taxa de Crescimento anual do PIB(%)	18
Gráfico 8- Fluxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro, países seleccionados.	22
Gráfico 9-índice de Propensa à Exportação de Bens e Serviços, países seleccionados	23
Gráfico 10-Comércio em Relação do PIB, países seleccionados	24
Gráfico 11-Comércio Transfronteiriço, países seleccionados	25
Gráfico 12-Qualidade de Regulamentos, países seleccionados	28
Gráfico 13-Índice de Estado de Direito, países seleccionados.	29
Gráfico 14- Índice de Intencidade da Competitividade Interna, países seleccionados.	31
Gráfico 15 -Crédito Doméstico para o Sector Privado em percentagem do PIB	32
Gráfico 16-Índice de Desenvolvimento de TIC, países seleccionados	33
Gráfico 17-Taxa de Substituição de Telemóveis em cada 100 pessoas, países comparados	34
Gráfico 18- Utilização individual da Internet (%da População), países seleccionados	34
Gráfico 19- Percentagem da população com acesso básicos de água, países seleccionados.	40
Diagrama 5: Indicadores Sociais	43
Gráfico 20-índice de educação, países seleccionados	45
Gráfico 21- Índice de Educação	47
Gráfico 22-Despesas públicas na educação (em milhões de USD), países seleccionados	48
Gráfico 23- Taxa de literacia juvenil, países seleccionados.	49
Gráfico 24: Estimativas de cobertura da protecção social – mundial e africana, por grupo populacional (percentagem)	51
Diagrama 5: Indicadores Ambientais.	53
Gráfico 25-índice de sustentabilidade ambiental, países seleccionados	55
Gráfico 26-Emissões do CO2, países seleccionados.	56

Índice de Tabelas

Tabela 1-índice principal para estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, países seleccionados, 2010-2012	5
Tabela 2-Principais indicadores de boa governação.	10
Tabela 3- Principais indicadores dos direitos humanos e as normas internacionais do trabalho	13
Tabela 4-Principais indicadores económicos	19
Tabela 5- Principais indicadores seleccionados	21
Tabela 6- Principais indicadores seleccionados	26
Tabela 7- Crédito ao sector privado em % do PIB	38
Tabela 8- Spread de taxas de juro.	38
Tabela 9- Acesso à fontes de água melhorada %, 2008-2014	39
Tabela 10- Acesso aos serviços de água	40
Tabela 11 - Cobertura em infraestruturas sanitárias, 2008-2014	41
Tabela 12 - Consumo de electricidade (KWh) por habitante, países seleccionados	42
Tabela 13-Evolução de alguns indicadores de Educação	47
Tabela 14- Emissões de CO2	59
Tabela 15 - índice de sustentabilidade ambiental	59
Tabela 16 - Poluição PM2.5	60
Tabela 17- Área florestal (% do território)	60
Tabela 18 - Consumo de energia renovável (% do consumo total de energia produzida).	61
Tabela 19 - Emissão de óxido nitroso (N2O)	61
Tabela 20 - Emissão de Gás Metano (CH4).	61
Tabela 21 - Áreas protegidas terrestres e marítimas (% da área total)	62
Tabela 22- Terras agrícolas de cultivo permanente (% da área total)	62
Tabela 23 - Classificação CPIA das políticas e instituições para a sustentabilidade ambiental	62

► Sumário Executivo

Em Junho de 2007, a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) discutiu a promoção de empresas sustentáveis pedindo o fortalecimento das instituições e sistemas de governação que fomentassem o empreendedorismo. Isto pressupõe a existência de mercados concorrentes, com regras previamente estabelecidas e de conhecimento de todos. Estas regras implicam a exploração equitativa e sustentável dos recursos ambientais, financeiros e naturais tendo em atenção a necessidade dos resultados desta exploração estarem ao serviço das populações. O desenvolvimento sustentado é a consequência da existência de ambientes político-institucionais sustentáveis nutrindo empresas sustentáveis que, por sua vez, assumem a competitividade como fator crucial de boa performance empresarial. Para isto, o trabalho entendido como recursos humanos deve ter um papel especial, porque é o catalisador do processo de investigação científica que dá lugar ao desenvolvimento baseado no aumento da produtividade.

A governação envolve o conjunto de elementos socioeconómicos e políticos, bem como ambientais. Assim, para se entender o processo de criação de condições para empresas sustentáveis e se perceber da posição que S. Tomé e Príncipe ocupa em relação a um grupo de países, os referidos elementos foram abordados no contexto da República Democrática de São Tomé e Príncipe comparando-os com alguns países da África subsaariana: Cabo Verde, Gabão e Guiné Equatorial. Neste sentido e em termos globais, constatou-se que, da análise de todos esses indicadores, apenas Cabo Verde supera S. Tomé e Príncipe.

A avaliação narrada no presente relatório é alicerçada em dados secundários, revisão da literatura e elementos técnicos fornecidos por representantes das partes interessadas tripartidas, solicitadas.

É apresentada, na parte inicial de cada capítulo principal do presente relatório, uma ilustração gráfica dos diferentes indicadores relevantes que compõem cada um dos respectivos temas, de S. Tomé e Príncipe e dos países vizinhos, Gabão e Guiné Equatorial, e de Cabo Verde, País insular lusófono, com as características semelhantes as de S. Tomé e Príncipe, para efeitos de comparação.

Elementos políticos

São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito. Assim, os dirigentes políticos são eleitos periodicamente através do sufrágio universal, existindo uma clara separação de poderes do Estado. Por conseguinte, S. Tomé e Príncipe tem uma democracia que funciona. Porém, desde as primeiras eleições legislativas, em 1991, apenas na última legislatura de 2014-2018, um governo pôde cumprir uma legislatura completa. O XVII governo atual que saiu das eleições de 2018, tem uma maioria absoluta que se sustenta apenas em mais um deputado do que a minoria da oposição. Isto é, dos 55 deputados em funções, a atual maioria tem 28 e a oposição conta 27.

Elementos económicos

Os elementos económicos consubstanciam-se num crescimento do PIB financiado essencialmente pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (cerca de 90% do PIB), cuja tendência decrescente se vem acentuando nos últimos anos, com o mesmo reflexo no PIB. O PIB que, em 2013 foi de 4,5%, passou para 2,7% em 2018. Assim, a pobreza continua a afetar cerca 66%. Contudo, em termos financeiros, S. Tomé e Príncipe tem um acordo monetário com Portugal que se traduz na ancoragem da dobra ao euro, o que tem facilitado a atividade económica. Da mesma forma, tem feito reformas, sobretudo em matéria de tempo para abertura de uma empresa, que passou de noventa dias às atuais 48 horas, desde que os requisitos respectivos requeridos sejam cumpridos junto do guiché único criado especificamente para o efeito. A atividade económica é realizada no quadro da lei onde se garante a propriedade privada, cumprindo o princípio de que todo o cidadão deve cumprir a lei independentemente do seu conhecimento. Mas, neste aspeto S. Tomé e Príncipe enfrenta desafios no que tange a credibilidade do sistema judiciário, cuja apreciação não estimula os Investimentos diretos externos.

Elementos sociais

Ao nível dos elementos sociais que concorrem para um ambiente favorável para as empresas, destacou-se que o país tem uma cultura favorável ao empreendedorismo, competitividade e inovação, tendo em conta os investimentos efetuados na área educação que envolve todos os níveis de ensino, facto que vem contribuindo para a melhoria gradual do desenvolvimento humano. O índice de desenvolvimento humano que, em 1990, era de 0.453 passou para 0.589, em 2017.

Elementos ambientais

Finalmente, na análise dos elementos ambientais, concluiu-se que a insularidade, associada às mudanças climáticas com impacto no prolongamento do período de seca e/ou chuvas intensas, o aumento do nível do mar e a erosão costeira, constituem vulnerabilidades consideráveis para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. O desmatamento causado pelas atividades desregradas de extração de madeira, falta de supervisão e maus-tratos florestais é um problema sério que está diminuindo a capacidade de sequestro de carbono

e ameaça à biodiversidade. As áreas costeiras estão ameaçadas pela elevação e erosão do nível dos mares causados pela extração de areia para fins de construção, colocando em risco as comunidades costeiras e afetando os principais setores da economia, principalmente agricultura e pesca. No setor agrícola, as mudanças climáticas terão impacto nas culturas, aumentam a insegurança alimentar e afetam a produção de cacau, principal produto de exportação. Para abordar essas questões, o governo em junho de 2017, preparou um Plano Multissetorial de Investimentos para integrar as mudanças climáticas e o risco de desastres gestão de áreas costeiras.

Os resultados da avaliação de um ambiente propício às empresas sustentáveis em S. Tomé e Príncipe que, nesta primeira fase, se baseou em dados secundários, entrevistas com algumas partes interessadas nacionais, revisão completa da literatura e o atelier de validação da validação dos dados secundários, indicam que há espaço para melhorar a situação em todas as dezassete condições dos quatro elementos analisados, sendo político, económico, social e ambiental.

► Abreviações e Acrônimos

ADI	<u>Partido da Ação Democrática Independente</u>
APCI	<u>Agência de Promoção Comercial e Investimentos</u>
AUC	<u>Comissão da União Africana</u>
CCISA	<u>Câmara do Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura</u>
CCS	<u>Conselho de Nacional Concertação Social</u>
CECAB	<u>Cooperativa de Exportação de Cacao Biológico</u>
CECAQ 11	<u>Cooperativa de Exportação de Cacao de Qualidade</u>
CEEAC	<u>Comunidade Económica dos Estados da África Central</u>
CEMAC	<u>Comunidade Económica e Monetária da África Central</u>
CEPIBA	<u>Cooperativa de Exportação de Pimenta Biológica</u>
CLSTP	<u>Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe</u>
CNDH	<u>Comissão Nacional dos Direitos Humanos</u>
CPLP	<u>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</u>
ECA	<u>Comité Económico da Comissão para África</u>
ECF	<u>Programa Facilidade de Crédito Alargado</u>
ENCO,SARL	<u>Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos, SARL</u>
FIDA	<u>Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola</u>
FMI	<u>Fundo Monetário Internacional</u>
IDI	<u>Índice de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação</u>
IIGA	<u>Índice de Ibrahim de Governação Africana</u>
INE	<u>Instituto Nacional de Estatística</u>
INIC	<u>Instituto de Inovação e Comunicação</u>
LDH	<u>Liga dos Direitos Humanos</u>
MLSTP/PSD	<u>Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe/Partido Social Democrático</u>
MPME	<u>Micro, Pequena e Média Empresa</u>
MTCC	<u>Ministério do Turismo, Comércio e Cultura</u>
NIT	<u>Normas Internacionais do Trabalho</u>
OIF	<u>Organização Internacional para a Francofonia</u>
OMC	<u>Organização Mundial do Comércio</u>
ONSTP	<u>Organização Nacional dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe</u>
PALOP	<u>Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa</u>
RGPH	<u>Recenseamento Geral da População e Habitação</u>
STP	<u>São Tomé e Príncipe</u>
TICs	<u>Tecnologias da informação e comunicação</u>
UCCLA	<u>União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa</u>
UGT	<u>União Geral dos Trabalhadores</u>

► 1. Introdução

O importante papel que o setor privado desempenha no desenvolvimento económico e social levou a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) a discutir o conceito de empresas sustentáveis em junho de 2007. A promoção de empresas sustentáveis garante que os recursos humanos, financeiros e naturais sejam combinados equitativamente. Um ambiente propício para a criação e o crescimento de empresas numa base sustentável deve ter em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável - económico, social e ambiental - como pilares interdependentes e que se reforçam mutuamente.

A CIT adotou em 2007 conclusões para a promoção de empresas sustentáveis e identificou 17 condições necessárias para um ambiente propício. Um ambiente favorável à criação e ao crescimento de empresas sustentáveis reúne a busca legítima pelo lucro com a necessidade de desenvolvimento que respeite a dignidade humana, a sustentabilidade ambiental e o trabalho decente. É um ambiente que destaca o princípio de que as empresas sustentáveis precisam de sociedades sustentáveis e que os negócios tendem a prosperar onde as sociedades prosperam e vice-versa.

As mesmas conclusões convidam a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a concentrar as suas intervenções em respostas práticas, incluindo ferramentas, metodologias e partilha de conhecimentos relevantes para os parceiros sociais nas suas atividades. É por isso que a OIT desenvolveu uma metodologia para avaliar até que ponto as 17 condições para um ambiente favorável às empresas sustentáveis são atendidas nos países. Este relatório apresenta a implementação de tal avaliação em S. Tomé e Príncipe e faz parte de uma série de relatórios nacionais sobre o mesmo assunto. O relatório cobre os aspectos políticos, económicos, sociais e a situação ambiental do ambiente de negócios propício em S. Tomé e Príncipe. A área política compreende quatro das 17 condições, a económica inclui oito, a social compreende quatro e a dimensão ambiental consiste em uma condição.

Uma avaliação do ambiente favorável às empresas sustentáveis em S. Tomé e Príncipe atende à necessidade existente no país de implementar políticas e estratégias para o desenvolvimento

inclusivo nacional. O ambiente favorável às empresas sustentáveis em S. Tomé e Príncipe foi avaliado por meio da revisão de dados secundários, revisão de literatura, contribuições de partes interessadas tripartidas e achados de pesquisa de percepção nacional de trabalhadores e empregadores (incluindo proprietários e gestores de empresas).

Em 21 de Outubro de 2019, organizou-se um atelier em que foi apresentado as características de uma metodologia de avaliação desenvolvida pela OIT e validados os resultados da avaliação dos dados secundários bem como da revisão de literatura sobre o ambiente propício para empresas sustentáveis. Durante o atelier 5 áreas prioritárias foram selecionadas:

- Ambiente legal e regulatório favorável;
- Boa governação;
- Proteção social adequada;
- Gestão ambiental responsável
- Diálogo Social;

A pesquisa foi programada para ocorrer no início de 2020, e teve como objetivo avaliar a percepção a percepção de trabalhadores e empregadores em relação ao ambiente de negócios em S. Tomé e Príncipe e se ele é favorável ou restritivo à promoção de empresas sustentáveis no país.

O surto da pandemia COVID-19, no entanto, impossibilitou a realização de uma pesquisa e teve um forte impacto nas perspectivas económicas do país. O efeito imediato da pandemia no nível social e económico exigirá uma resposta coordenada, que está sendo implementada pela equipe da ONU no país. As recomendações contidas neste documento, ademais, serão fundamentais para o desenvolvimento económico de longo prazo do país.

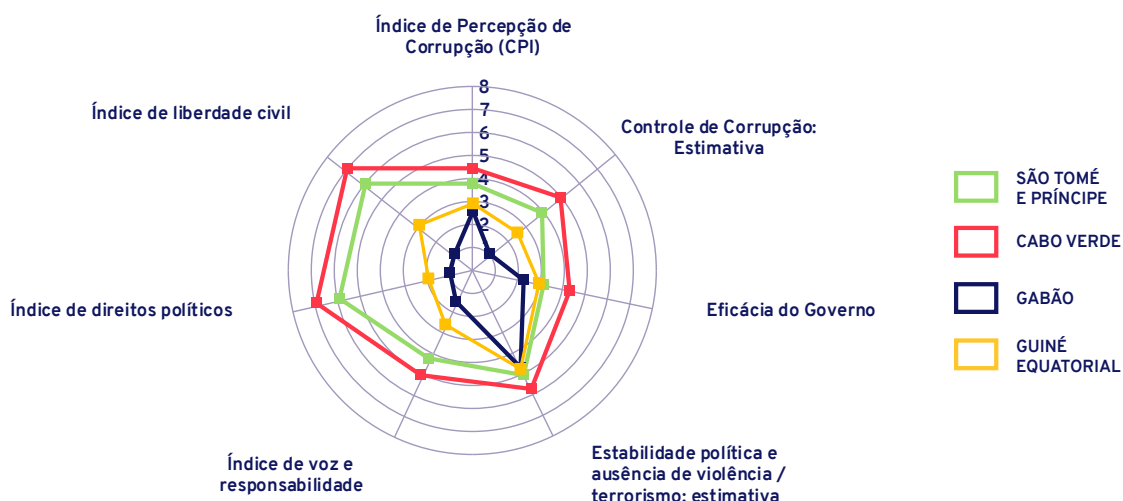
1.1 Metodologia

Para atender os objectivos metodológicos EESE da OIT, em que os aspectos políticos, económicos, sociais e ambientais tinham que ser tomados em conta, consideramos nesse trabalho uma abordagem em que, para análise dos dados secundários, se envolveu a recolha de dados através de consultas junto de pessoas interessadas e pesquisas e revisão documental (física e on line) sobre as temáticas devidamente focalizadas no âmbito do processo de avaliação de um ambiente favorável às empresas sustentáveis.

Alertamos no entanto que a avaliação descrita no presente relatório apresenta algumas lacunas que devem ser levadas em conta, pelo facto de, por um lado, não haver dados secundários disponíveis de alguns indicadores e, por outro, quando existem, os dados estão disponíveis apenas para alguns anos ou não têm sido atualizados.

2. Elementos políticos

► Diagrama 1: Indicadores Políticos



Observação: os valores para os indicadores individuais apresentados no gráfico acima foram harmonizados para melhor apresentação e formatados para que, quanto mais distante do centro estiver um ponto de dados, melhor o desempenho do país nesse sentido. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- A República Democrática de S. Tomé e Príncipe alcançou a sua independência de Portugal desde 1975 e tem actualmente uma população atual estimada em 200 mil.
- O País tem um sistema multipartidário e democrático com um regime semipresidencialista, que vigora desde 1990, após 15 anos da vigência do sistema monopartidário que fora dirigido por um único partido " MLSTP - Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe".
- Apesar do País, de 1990 a 2014 (término da penúltima legislatura), ter vivido momentos de diversas instabilidades políticas seguidas de alternâncias governativas que nunca cumpriram uma legislatura completa de quatro anos, todas as eleições legislativas foram realizadas com bom desempenho democrático de transições do poder, embora com alegações de interferências em algumas delas.
- O XVI Governo constitucional da última legislatura de 2014-2018, liderado pelo partido da Ação Democrática Independente (ADI) que

obteve 33 dos 55 mandatos, foi o primeiro governo a cumprir a legislatura completa.

- A atual legislatura do XVII Governo constitucional, resultante das últimas eleições de 2018, é liderada pelos partidos da oposição, que obteve 28 dos 55 mandatos, apesar do partido ADI ter obtido a maioria simples (25 dos 55 mandatos). Este facto demonstra a maturidade política democrática do povo santomense, porque acontece pela primeira vez na história democrática do País.

A instabilidade político-governativa proporciona a degradação dos indicadores políticos e, consequentemente, do ambiente de negócios. Por isso, o País enfrenta enormes desafios, tais como, o aumento da transparência na gestão da coisa pública, o combate à corrupção, a garantia dos direitos humanos, como o combate a violência doméstica, o trabalho infantil, respeito pela liberdade de expressão, maior diálogo social^{2.1} Paix et stabilité politique

2.1. Paz e estabilidade política

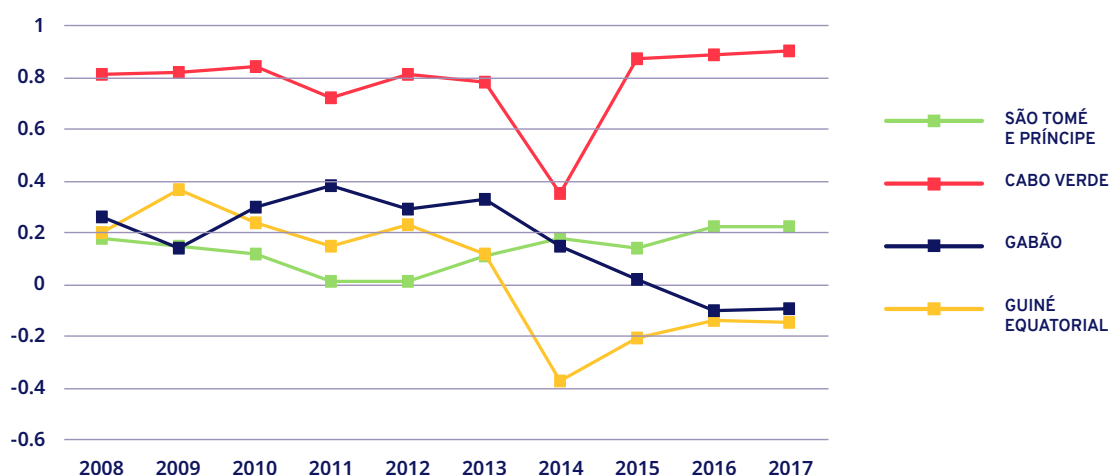
Paz e estabilidade política são condições indispensáveis para a criação e o desenvolvimento de empresas sustentáveis. A República Democrática de São Tomé e Príncipe, doravante denominada de S. Tomé e Príncipe, vive há quase três décadas, num sistema multipartidário e democrático com um regime semipresidencialista em que, além do Presidente da República que é Chefe do Estado, existe a figura do Primeiro-ministro que é Chefe do Governo nomeado pelo Presidente da República, observando os resultados das eleições parlamentares. Daí que o candidato a Primeiro-ministro assume a governação, apenas se tiver a sustentabilidade parlamentar. Após 15 anos da sua independência de Portugal, em 12 de Julho de 1975 - depois de cerca de cinco séculos de domínio colonial -, em que reinou o sistema monopartidário, dirigido por MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe), desde 1972, oriundo de CLSTP (Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe) na sua luta por independência.

Devido a diferentes interpretações da Constituição Política entre as diferentes forças que têm lutado pelo poder, o sistema democrático implementado, em 1990, não significou a imediata estabilidade. Este facto impedia que os governos cumprissem a legislatura correspondente a quatro anos,

com reflexos negativos no processo de desenvolvimento do arquipélago. Contudo, nas legislativas de 2014, o Partido da Ação Democrática Independente (ADI) obteve a maioria absoluta (33 dos 55 mandatos) no Parlamento e pôde governar até 2018, cumprindo uma legislatura completa pela primeira vez.

Nas últimas eleições legislativas realizadas em 2018, ditaram o contrário. Pois, o ADI obteve apenas a maioria simples (25 dos 55 mandatos), o que lhe impediu de renovar o mandato de governação, por falta de sustentabilidade parlamentar. Deste modo, os partidos da oposição, constituindo a maioria absoluta com 28 mandatos e compostos pelo Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe/Partido Social Democrático (MLSTP/PSD) e pela Coligação dos Partidos de Convergência Democrática/União para a Democracia e Desenvolvimento/Movimento Democrático Força da Mudança (PCD/UDD/MDFM), assumiram a governação do País em Dezembro de 2018. Este facto que acontece pela primeira vez, nos vinte e oito anos da história democrática do País, demonstra a maturidade política democrática do povo de São Tomé e Príncipe e do seu sistema e faz com que o País se encontra na segunda posição de entre os países comparados (Cabo Verde, Gabão, Guiné Equatorial), conforme apresenta o gráfico sobre a estabilidade política a seguir. **GRÁFICO 1**

► Gráfico 1- Estabilidade Política e Ausência de Violência /Terrorismo



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial - Indicadores de Governança Global

► **Tabela 1-indicador principal para estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, países selecionados, 2010-2012**

Mede as percepções de probabilidade de instabilidade política e/ou violência politicamente motivada, incluindo o terrorismo.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
São Tomé e Príncipe	0,12	0,01	0,01	0,11	0,18	0,14	0,22	0,22
Cabo Verde	0,84	0,72	0,81	0,78	0,35	0,87	0,89	0,9
Guiné Equatorial	0,24	0,15	0,23	0,12	-0,37	-0,21	-0,14	-0,15
Gabão	0,3	0,38	0,29	0,33	0,15	0,02	-0,1	-0,09

Estimativa de governação medida numa escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial - Indicadores de Governação Global

2.2. Boa Governança

Boa governança, ausência de corrupção e instituições eficientes fomentam o empreendedorismo e promovem o crescimento e o desenvolvimento do setor privado.

S. Tomé e Príncipe tem assinado e ratificado importantes convenções internacionais anticorrupção, a saber, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção. Contudo, o grande desafio é o cumprimento da lei face à fraca capacidade interna para aplicá-la.

Os indicadores da boa governança apontam que São Tomé e Príncipe vem progredindo bem no que respeita ao seu desempenho nesta área, apresentando um quadro jurídico-institucional compatível com as boas práticas internacionalmente aceites e níveis relativamente baixos de corrupção dentro dos países de língua portuguesa em África, não obstante se registar algum recuo no ano anterior.

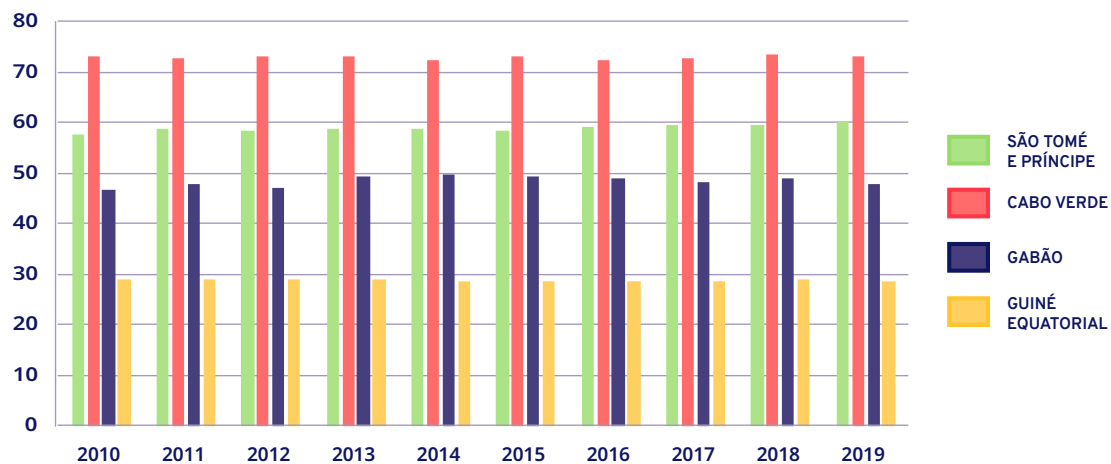
O desempenho positivo de S. Tomé e Príncipe na área de boa governança, é demonstrado através

de relatórios internacionais sobre a transparência, publicados anualmente, dentre os quais o do Índice de Ibrahim de Governação Africana (IIGA) 2018, que indica que S. Tomé e Príncipe manteve uma tendência positiva nos últimos 10 anos, mas perdendo no último ano, uma vez que a sua pontuação global caiu de 61 para 59,2 num total de 100 pontos, o que permitiu a sua descida de 11^a para 12^a posição no grupo de 54 países africanos¹, mas situando-se na segunda posição depois de Cabo Verde, com o Gabão e Guiné Equatorial no penúltimo e último lugar respectivamente, conforme ilustra o gráfico a seguir. **GRÁFICO 2**

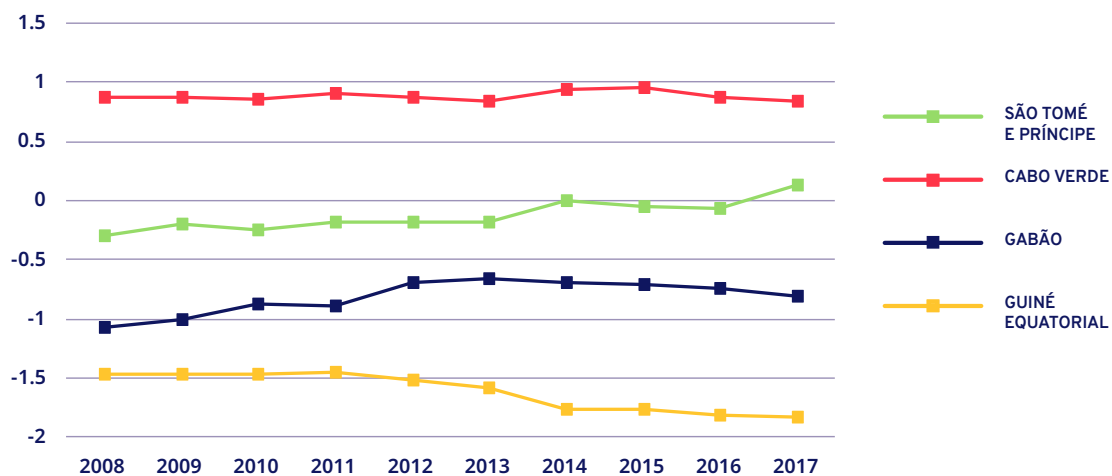
O mesmo relatório fundamenta que se registou melhorias na categoria de Segurança e Estado de Direito, mas piores resultados nas restantes categorias de Participação e Direitos Humanos, Desenvolvimento Económico Sustentável e Desenvolvimento Humano. Mas, indicadores como a do setor público, liberdades e direitos civis ou ambiente de negócios mostraram um bom desempenho relativamente ao ano anterior. As políticas sociais, educação ou liberdade de expressão e associação apresentaram algum recuo.

1 DW. 2018

► Gráfico 2-Índice de Ibrahim



► Gráfico 3 - Controlo de Corrupção



Fonte: The World Bank Databank, Worldwide Governance Indicators

De acordo com o Índice de Percepção Mundial de Corrupção da Transparência Internacional (TI) de 2016, STP ficou em 62ª (64ª em 2018) posição de entre 176 países, com 46 pontos (idem em 2018) em 100 (0 = 'alta corrupção'; 100 = 'muito baixa corrupção'), contra 72ª posição em 2013, com

42 pontos. A TI destacou que uma boa parte da melhoria registada em 2016, deveu-se às eleições presidenciais livres e justas realizadas em julho de 2016. De entre os países da expressão portuguesa em África, S. Tomé e Príncipe é considerado um país com níveis relativamente baixos

de corrupção, o segundo depois de Cabo Verde ², conforme apresenta o gráfico 2 abaixo. Por outro lado, persistem desafios em termos de acesso à informação e ao financiamento de partidos políticos. A Governança O Cluster D na CPIA do Banco Africano de Desenvolvimento, alcançou pontuações bastante modestas, variando entre 3,3 e 3,6 (em 5) durante 2013-16, apontando para deficiências persistentes, principalmente em termos de direitos de propriedade e Governança e qualidade da administração pública ³.

Porém, segundo o Centro de Integridade Pública de S. Tomé e Príncipe, de Maio de 2019, sobre as principais conclusões do Relatório Sombra ODS 16, não foram registados desenvolvimentos importantes relativamente ao combate à corrupção, planos para aumentar a responsabilização das instituições públicas e melhorias no acesso de cidadãos à informação.

S. Tomé e Príncipe aderiu a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) em 2012, mas só se tornou um membro ativo em 2015, com a publicação do seu primeiro relatório anual de EITI, em 2015. Os relatórios do EITI são voluntários e através dos quais os países publicam as receitas auditadas do sector extrativo. A EITI é validada se os relatórios e os respectivos documentos que os sustentam, apresentarem o bom funcionamento das boas práticas de gestão, sistema de contratação transparentes e reponsáveis, incluindo a aplicação adequada das taxas e tributação. O relatório de S. Tomé e Príncipe já foi validado três vezes

O “Controlo da Corrupção” avalia a medida em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes de corrupção, bem como a “apropriação” do Estado pelas elites e pelos interesses privados. Esse indicador é medido numa escala de aproximadamente -2,5 a 2,5, em que os valores mais altos correspondem a melhor governação. No grupo de países selecionados, STP vem melhorando gradualmente de ano para ano, tendo passado de uma pontuação de -0,25 em 2010 para 0,14 em 2017, e apresenta-se sempre na segunda posição depois de Cabo Verde

com uma pontuação média de 0,88 entre 2010 e 2017, e acima do Gabão e Guiné Equatorial com pontuações ainda negativas, sendo este último na última posição, cuja pontuação em 2017 se situa em -1,83, quando em 2010 era de -1,47. **GRÁFICO 3**

O “Índice de Percepção de Corrupção (IPC)” mede os níveis percebidos de corrupção no sector público, conforme observado por empresários e analistas num determinado país, e é um índice composto, baseado em diferentes pesquisas com especialistas de empresas. “0” corresponde a um nível altamente corrupto enquanto “100” é altamente incorrupto. Em 2012, a transparência internacional, alterou a escala de “0” a “10”, para “0” a “100”. Para fins de comparação, os números utilizados nesse relatório para os anos de 2010 e 2011, foram multiplicados por “10”. **GRÁFICO 4**

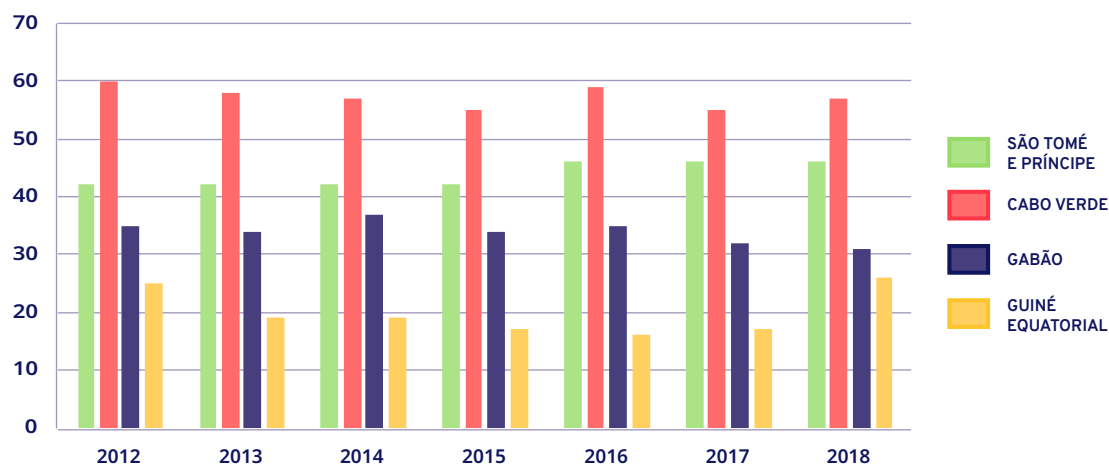
A “Eficácia do Governo” mede a qualidade dos serviços públicos, a capacidade do funcionalismo público e sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas. Num intervalo de valores de -2,5 a 2,5, em que valores mais altos indicam melhor desempenho, a efetividade estimada do governo santomense, embora na segunda posição depois de Cabo Verde, não tem evoluído de forma positiva, pois a sua pontuação diminuiu de -0,79 em 2010 para -0,77 em 2017, quando já teve melhores pontuações em 2012, 2013 e 2016. Enquanto que o desempenho de Cabo Verde tem evoluído positivamente ao longo destes anos, passando de uma pontuação de 0,02 para 0,16 em 2017. Guiné Equatorial que apresenta a pior pontuação, mas conhece melhorias graduais ao longo dos anos em análise, com -1,68 em 2010 e -1,44 em 2017. Enquanto que Gabão que, em 2010, apresentava uma pontuação de -0,77 caiu para -0,94. **GRÁFICO 5**

“Voz e Responsabilidade” avalia a medida em que os cidadãos de um país podem participar da seleção do seu governo, bem como a liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre em uma escala de -2,5 a 2,5, onde valores mais altos correspondem a melhor governação. S. Tomé e Príncipe apresentou, em 2017, um desempenho

2 <https://www.dw.com/pt-002/corrupt%C3%A7%C3%A3o-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe/t-17418057>

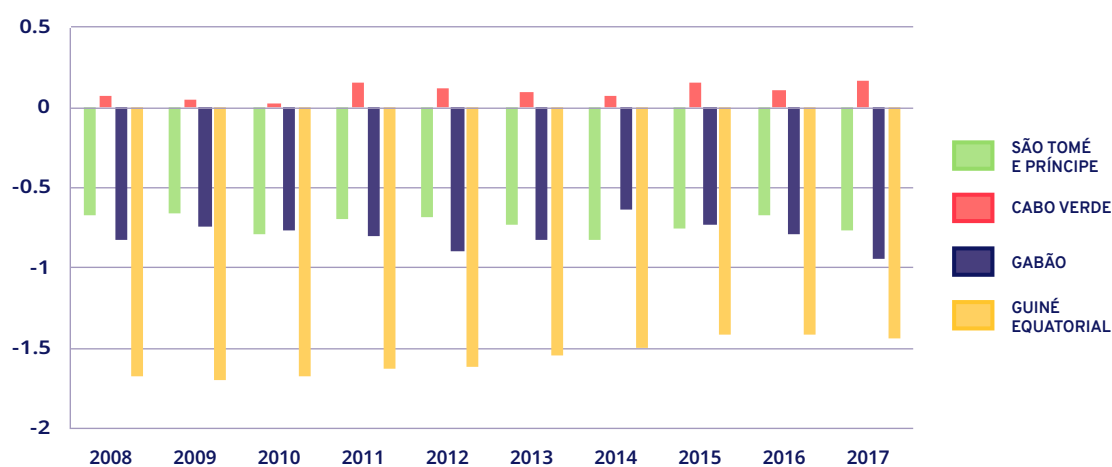
3 AfDB. 2018. Combined Country Strategy paper 2018-2022 and Country Portfolio Performance Review (CPPR). São Tomé and Príncipe

► Gráfico 4: Índice de Percepção da Corrupção



Fonte: Transparência Internacional

► Gráfico 5-Eficácia do Governo



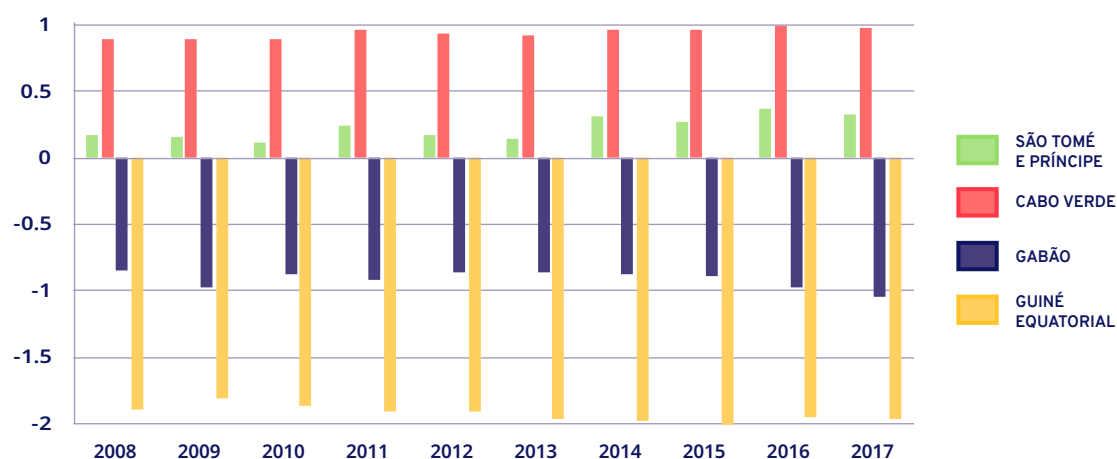
Fonte: Transparência Internacional

inferior nesse indicador em relação a Cabo Verde (0,98), com pontuação de 0,33, cifra inferior ao registado em 2016 (0,37). O Gabão, colocado na terceira posição, registou o melhor resultado de todos no mesmo ano, apresentando 0,04 pontos, enquanto Guiné Equatorial em última posição com -1,97. **GRÁFICO 6**

2.3. Diálogo Social

São Tomé e Príncipe ratificou os principais instrumentos da OIT relevantes para o diálogo social e a representação dos trabalhadores e empregadores. Estes incluem: a Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização, 1948 (nº 87), o Direito de Organização e de Negociação Coletiva, 1949 (nº 98), e a Consultas Tripartites sobre Normas Internacionais do Trabalho, 1976 (nº 144).

► Gráfico 6-Índice de Voz e Responsabilidade



Fonte: Transparência Internacional

O Conselho Nacional de Concertação Social (CCS), estabelecido através da Lei nº 1/99, é a principal instituição para promoção de diálogo social. O CCS é tripartido, composta por representantes do governo (Primeiro-ministro, Ministro das Finanças e o Ministro do Trabalho), duas centrais sindicais representantes dos trabalhadores assalariados, dos quais os funcionários públicos constituem a maioria – a Organização Nacional dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe (ONSTP-CS)⁴, com 34 sindicatos afiliados e mais de seis mil membros e a União Geral dos Trabalhadores (UGT-CS)⁵, com 23 sindicatos afiliados e cerca de 16.000 membros – e o representante dos empregadores (Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços – CCIAS)⁶, com 1051 membros. O CCS é presidido pelo Primeiro-ministro e Chefe do Governo.

2.4. Respeito aos direitos humanos universais e às normas internacionais do trabalho

O respeito pelos direitos humanos universais e pelas Normas Internacionais do Trabalho (NIT) é uma característica distintiva das sociedades que integraram com sucesso a sustentabilidade e o trabalho decente em suas economias. A proclamação da adesão da República Democrática de São Tomé e Príncipe à Declaração Universal dos Direitos do Homem e aos seus princípios e objetivos da União Africana e da Organização das Nações Unidas bem como às normas e aos princípios de direito internacional geral ou comum e do dever de trabalhar ser inseparável do direito ao trabalho, estão consagrados na Constituição da República.

S. Tomé e Príncipe tem, ao nível do parlamento, uma comissão parlamentar e ao do governo um ministério responsável pelas questões inerentes ao direito humano bem como organizações da

4 ONSTP-CS

5 UGT-CS

6 CCIAS

► Tabela 2-Principais indicadores de boa governação

Indicadores principais	Países	Anos							
Controlo de corrupção A medida em que o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo formas pequenas e grandes da corrupção, bem como a "apropriação do Estado pelas elites e interesses privados"		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	STP	-0,25	-0,18	-0,18	-0,18	0	-0,05	-0,07	0,14
	Cabo Verde	0,86	0,9	0,87	0,84	0,94	0,95	0,87	0,84
	Guiné E.	-1,47	-1,46	-1,52	-1,59	-1,77	-1,77	-1,81	-1,83
	Gabão	-0,87	-0,89	-0,7	-0,66	-0,69	-0,71	-0,75	-0,81

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial - Indicadores de Governação Global

Estimativa de governação medida numa escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação

Índice de Percepção da Corrupção (IPC) O PC mede os níveis percebidos de corrupção no setor público, conforme observado por empresários e analistas de países num determinado país, e é um índice composto, baseado em diferentes pesquisas com especialistas e empresas.		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	STP		42	42	42	42	46	46	46
	Cabo Verde		60	58	57	55	59	55	57
	Guiné E.		25	19	19	17	16	17	26
	Gabão		35	34	37	34	35	32	31

Fonte: Transparência Internacional

0 é altamente corrupto, enquanto que 100 é altamente incorrupto.

Eficácia do Governo A qualidade dos serviços públicos, a capacidade do funcionamento público e sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	STP	-0,79	-0,77	-0,68	-0,73	-0,82	-0,75	-0,67	-0,77
	Cabo Verde	0,02	0,15	0,12	0,1	0,07	0,15	0,11	0,16
	Guiné E.	-1,68	-1,63	-1,61	-1,54	-1,5	-1,42	-1,41	-1,44
	Gabão	-0,77	-0,8	-0,9	-0,83	-0,64	-0,73	-0,79	-0,94

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial - Indicadores de Governação Global

Estimativa de governação medida numa escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação

Voz e Responsabilidade A medida em que os cidadãos de um país podem participar da seleção do seu governo, bem como a liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre.		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	STP	0,12	0,25	0,18	0,14	0,32	0,28	0,37	0,33
	Cabo Verde	0,89	0,97	0,94	0,92	0,96	0,96	0,99	0,98
	Guiné E.	-1,86	-1,9	-1,91	-1,97	-1,98	-2	-1,95	-1,97
	Gabão	-0,87	-0,91	-0,86	-0,86	-0,87	-0,89	-0,97	-1,05

Fonte: Base de Dados do Banco Mundial - Indicadores de Governação Global

Estimativa de governação medida numa escala de aproximadamente -2,5 a 2,5. Valores mais altos correspondem a melhor governação

sociedade civil que também se dedicam aos assuntos do Direito Humano. Mas, por outro lado, ainda não possui uma instituição governal independente de direitos humanos à semelhança de alguns países, que se dedique especificamente às questões inerentes aos Direitos Humanos, uma vez que o respectivo agrega também as áreas de justiça e administração pública.

S. Tomé e Príncipe tem adotado e/ou ratificado todas as convenções internacionais de direitos humanos assim que todas as oito Convenções fundamentais da OIT sobre a liberdade de associação, a negociação colectiva, abolição do trabalho infantil, a remuneração igual, abolição do trabalho forçado e de todas as formas de discriminação ⁷. À semelhança de S. Tomé e Príncipe, os outros três países seleccionados, Cabo Verde, Gabão e Guiné Equatorial, também ratificaram as oito Convenções fundamentais, conforme espelha a tabela 3 abaixo.

O respeito à Liberdade de Associação (Convenções n.º 87 e n.º 98) deve fortalecer o respeito aos direitos humanos, contribuindo assim para os objetivos da Comissão de Direitos Humanos e Boa Governança. A liberdade de associação contribuirá para melhorar as relações laborais, a paz industrial e social, o crescimento da produtividade e um ambiente mais estável para o investimento doméstico e estrangeiro necessários para o crescimento económico acelerado e a redução da pobreza. Neste quadro, o governo santomense fez cumprir a lei eficazmente. Em geral, o governo e as entidades patronais respeitaram a liberdade de associação e o direito à negociação colectiva. As organizações laborais sofreram restrições nalguns sectores, mas, de modo geral, mantiveram a sua independência em relação ao governo e aos partidos políticos ⁸.

Em termos de Direitos Políticos e Liberdades Cívicas, S. Tomé e Príncipe apresenta-se em 2ª posição, imediatamente a seguir a Cabo Verde com as pontuações respetivamente de 2 e 1, numa escala de 1 a 7, em que a menor pontuação indica maior grau de liberdade. O Gabão que se encontra na terceira posição apresentam-se com pontuações de 6 e 5 para respetivamente os Direitos Políticos

e Liberdades Cívicas. e a Guiné Equatorial apresenta-se na última posição com o valor de 7, a pior classificação.

A abolição das piores formas de trabalho infantil decorrentes da aplicação das Convenções N.º 138 e N.º 182 libertará as crianças do trabalho estafante e do dano do trabalho perigoso, que os priva da educação e os prejudica mental e fisicamente. Os benefícios de uma força de trabalho mais instruída para acelerar o crescimento económico são incontestáveis.

O Ministério do Emprego e Assuntos Sociais e o Ministério da Justiça e Direitos Humanos santomenses são responsáveis pela aplicação das leis de trabalho infantil, mas a capacidade do governo é limitada. As sanções por violações das leis do trabalho infantil incluem multas e a perda de licenças operacionais e tais sanções não têm sido suficientes para desincentivar as violações, apesar da continuação da campanha publicitária destinada a combater o trabalho infantil. A idade escolar estipulada passou de sexto para nono ano. O governo tem prestado alguma assistência a vários milhares de famílias de baixo rendimento para que estas possam manter os seus filhos na escola. Os empregadores do sector assalariado formal respeitam, em regra geral, a idade mínima de emprego. Entre as excepções, destacam-se trabalhos de aprendizes em reparação de automóveis e/ou carpintaria. Há relatos de que alguns empregadores abusam desse estatuto. As crianças trabalham no comércio informal, incluindo na rua. Também tem sido comum as crianças participarem de actividades agrícolas e domésticas, tais como lavar roupa ou cuidar de crianças para ajudar os seus pais, o que não é proibido por lei ⁹. Apesar de S. Tomé e Príncipe ter ratificado duas convenções da OIT sobre a eliminação do trabalho infantil, o problema permanece relevante no país tanto em áreas rurais quanto urbanas. Há crianças que trabalham para famílias, mas não recebem uma remuneração adequada

A abolição do trabalho forçado e compulsório, exigida pelas Convenções N.º. 29 e N.º. 105, deve contribuir para a boa governança e o respeito aos direitos humanos. Se os trabalhadores forem livres

7 OIT. Ratifications by Country

8 Departamento de Estados Unidos.2017

9 Departamento de Estados Unidos.2017

para escolher onde trabalham, em vez de serem forçados a algumas ocupações, eles possuem maior probabilidade de serem mais produtivos e têm salários mais elevados, o que contribuirá mais efetivamente para o crescimento de empresas sustentáveis. Aqui, o governo ainda não tem a capacidade suficiente para empreender um regime normal de operações de inspecção e aplicação das leis. Pelo que não tem havido relatos de que tenham ocorrido tais práticas.¹⁰

S. Tomé e Príncipe enfrenta diversos desafios no que diz respeito à garantia dos direitos humanos para todos os seus cidadãos. Alguns dos obstáculos mais significativos são relacionados com às condições rigorosas nas prisões, à violência doméstica, à liberdade de expressão incluindo da imprensa, à corrupção oficial e trabalho infantil. A violência doméstica afeta particularmente as mulheres. Apesar de o governo ter tomado algumas medidas para investigar e proceder judicialmente contra as autoridades que tinham cometido abusos, os funcionários raramente foram punidos e a impunidade constituiu um problema¹¹.

A lei prevê penalidades criminais para casos de corrupção, mas a sua implementação tem sido ineficaz, o que tem levado a uma certa impunidade¹². O aparelho judiciário por exemplo inicia uma

investigação de alguns casos de indícios de corrupção, tornados público através da comunicação e rede sociais, mas nunca se chega a conhecer a sua conclusão final.

Em termos de condições de trabalho aceitáveis, A lei prevê o salário mínimo nacional, a remuneração do trabalho de horas extraordinárias e prescreve normas básicas de segurança e saúde ocupacional. A lei também especifica as ocupações a que os funcionários públicos podem se dedicar quando pretendem um segundo emprego. Foi comum as pessoas terem segundos e terceiros empregos. As condições de trabalho em muitas das plantações de cacau, de propriedade familiar, que representam o maior sector económico informal, não estão reguladas e são duras, com longas horas de trabalho para os trabalhadores e protecção limitada contra os raios solares¹³. As condições de trabalho no sector agrícola são, por vezes, perigosas porque o sector carece de investimentos e todo o trabalho é manual. Os salários são baixos, embora haja situações em que os trabalhadores também recebam pagamentos em espécie. A maioria das roças é propriedade da família e composta de pequenas parcelas distribuídas pelo governo. Registam-se condições de trabalho menos perigosas para os trabalhadores domésticos.¹⁴

10 Departamento de Estados Unidos.2017

11 <https://photos.state.gov/libraries/gabon/19452/pdfs/SAO%20TOME%20AND%20PRINCIPE-HRR-2015-POR-FINAL.pdf>. Departamento de Estados Unidos.2017

12 Departamento de Estados Unidos.2017

13 Departamento de Estados Unidos.2017

14 Departamento de Estados Unidos.2017

► Tabela 3- Principais indicadores dos direitos humanos e as normas internacionais do trabalho

Indicadores principais	Países	Anos
Ratificação de Convenções sobre Direitos Humanos.		Em Outubro/2019
	STP	8
	Cabo Verde	8
	Guiné E.	8
	Gabão	8
Mostra a situação dos direitos humanos referentes à ratificação das convenções: Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis ou Desumanos ou Degradantes; Convenção sobre os Direitos da Criança; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Eliminação de Discriminação Racial; Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais; A Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados; Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Mem bros das suas Famílias		

Fonte: United Nations Treaty Collection Multilateral Treaties Deposited with the Secretary General (UNTC)

Número de convenções ratificadas de um total de 10

Ratificação das Convenções Fundamentais da OIT		Em Outubro/2019
Mostra o status das convenções de direitos trabalhistas. Refere-se à ratificação das seguintes 8 convenções: Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (C87, C98); Convenção sobre Trabalho Forçado (C29, C105); Eliminação da Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (100, C11); Abolição do Trabalho Infantil (C138, C182)	STP	8
	Cabo Verde	8
	Guiné E.	8
	Gabão	8

Fonte: OIT

Número de convenções ratificadas de um total de 10

► Tabela 3- Principais indicadores dos direitos humanos e as normas internacionais do trabalho

Indicadores principais	Países	Anos					
Índice de Direitos Políticos O Índice de Direitos Políticos mede o grau de liberdade no processo eleitoral, o pluralismo político e a participação e o funcionamento do governo.		2012	2013	2014	2015	2016	2017
	STP	2	2	2	2	2	2
	Cabo Verde	1	1	1	1	1	1
	Guiné E.	7	7	7	7	7	7
	Gabão	6	6	6	6	6	6

Fonte: Freedom House, relatório Freedom in the World

O índice varia de 1 a 7, com valores mais altos indicando um menor grau de liberdade.

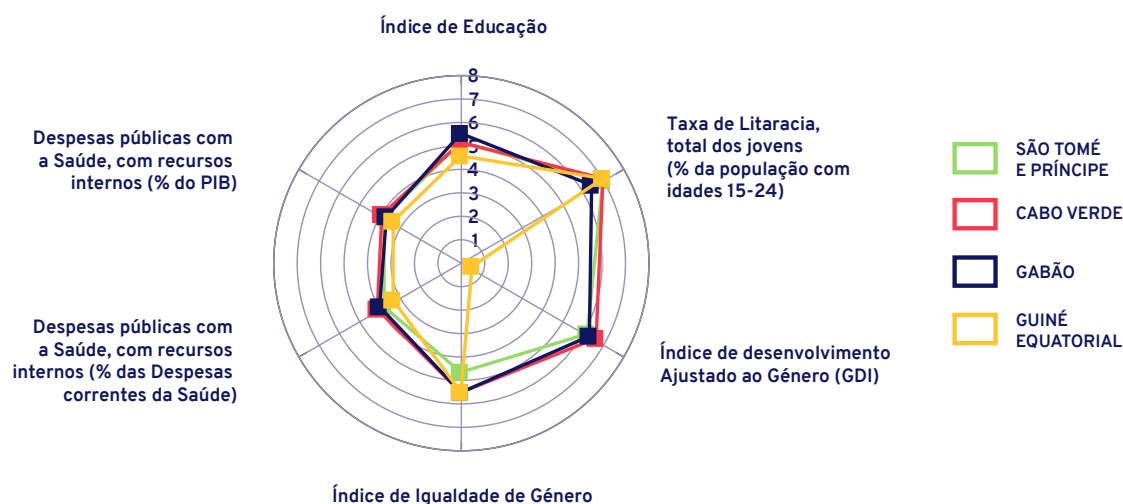
		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de Liberdades Civis O Índice das Liberdades Civis mede a liberdade de expressão, reunião, associação e religião.							
	STP	2	2	2	2	2	2
	Cabo Verde	1	1	1	1	1	1
	Guiné E.	7	7	7	7	7	7
	Gabão	5	5	5	5	5	5

Fonte: Freedom House, relatório Freedom in the World

O índice varia de 1 a 7, com valores mais altos indicando um menor grau de liberdade.

3. Elementos económicos

► Diagrama 2: Indicadores Macroeconómicos



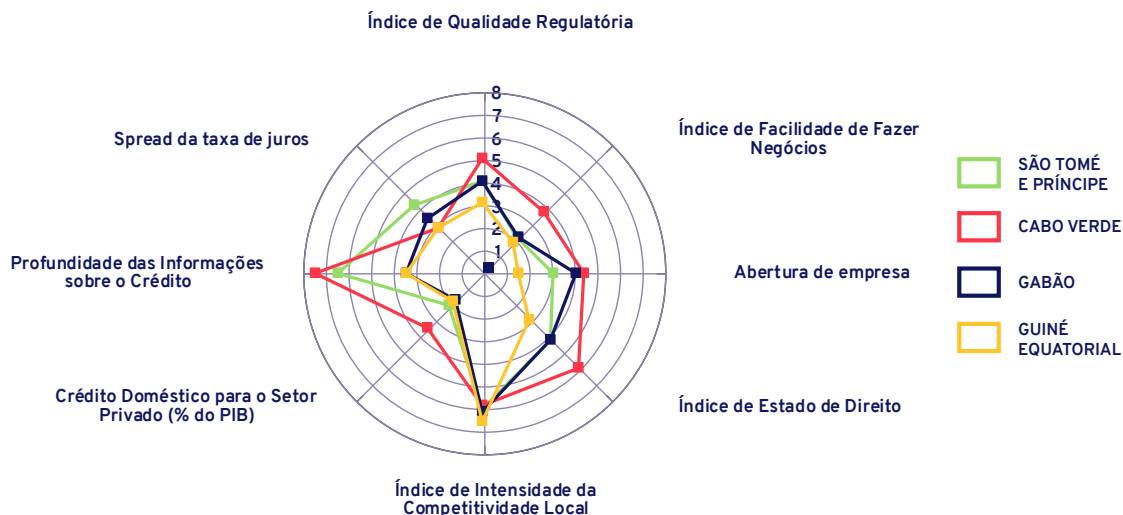
Observação: os valores para os indicadores individuais apresentados no gráfico acima foram harmonizados para melhor apresentação e formatados para que, quanto mais distante do centro estiver um ponto de dados, melhor o desempenho do país nesse sentido. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- A deterioração da economia na década de 80 do século passado, conjugada com as pressões sociais, levou ao abandono de uma economia centralizada a favor de uma economia liberalizada, num momento em que também decorria as reformas políticas ao nível interno. Esta degradação económica foi também proporcionada pela baixa produção e do preço do cacau (principal produto de exportação) no mercado mundial, conduzindo a queda do PIB para níveis em trono de de 1%, no período de 1990-1997, não obstante o programa de reformas económicas levadas a cabo no período, últimos quarenta anos, de uma grande parte agrária (80% em 1975) para uma outra baseada em serviços (70% em 2018), liderada essencialmente pelo turismo.
- Os constrangimentos de natureza estrutural que afetam negativamente o ambiente de negócios, e a fraca recuperação económica dos principais parceiros de São Tomé e Príncipe, com impacto na redução das ajudas internacionais para o País, tem conduzido que a economia são tomense seja caracterizado, nos últimos anos, por crescimentos modesto da atividade económica, evidenciando taxas de crescimento do PIB abaixo dos 4 %, nos últimos três anos.
- É consenso a nível nacional que, apesar da continuação da aposta na agricultura, a criação de emprego em STP, passa pelo aproveitamento das condições naturais que STP oferece, em termos da sua transformação numa plataforma de prestação de serviços, liderado pelo turismo..
- A estrutura económica de STP passou por uma transformação significativa ao longo dos

- O IED é visto pelo governo como forma de alcançar o crescimento económico e gerar emprego. A Agência para Promoção Comercial

e Investimentos (APCI) é o primeiro ponto de contato para investidores que buscam facilitação e assistência

► **Diagrama 3: Indicadores de acesso ao crédito, direitos de propriedade e competição**

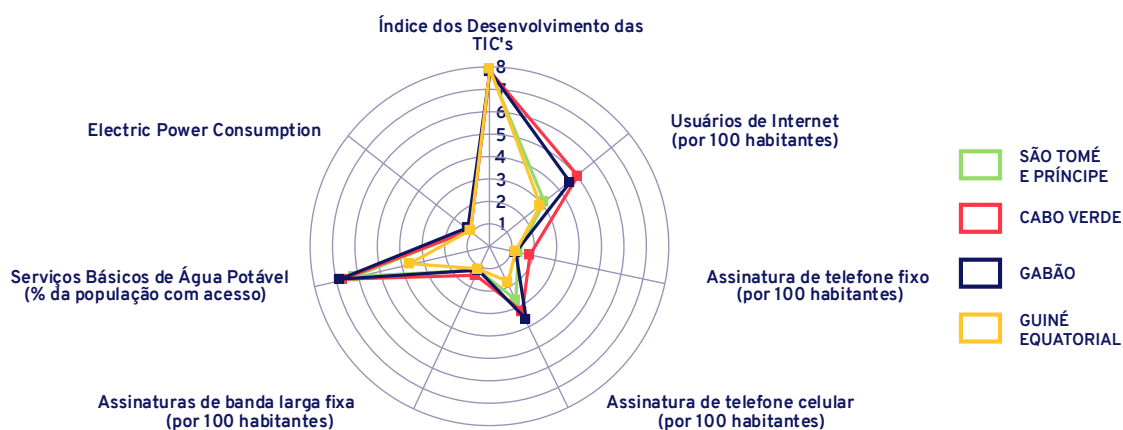


Observação: os valores para os indicadores individuais apresentados no gráfico acima foram harmonizados para melhor apresentação e formatados para que, quanto mais distante do centro estiver um ponto de dados, melhor o desempenho do país nesse sentido. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- O quadro jurídico para investimento em STP é considerado ainda complexo, tanto para investidores estrangeiros como nacionais, não obstante algumas reformas levadas a cabo, nomeadamente a modernização do Código de Investimentos e de Benefícios Fiscais, o estabelecimento do Guiché Único para acriação de Empresas, Guiché Único do Comércio Externo. Contudo, existem alguns setores sujeitos a legislações mais explícitas e distintas, como forma de facilitar a sua aplicação. A actual legislação sobre a fiscalização das actividades marítimas que envolve vários setores, é um dos exemplos nesse quadro a clarificar, devido a sua contribuição para a segurança marítima e desenvolvimento do turismo.

- STP possui um sistema complexo e burocrático de direitos de propriedade.
- A maior parte da população santomense permanece sem acesso ao crédito, devido fundamentalmente à necessidade de garantias, à falta de educação financeira e às taxas de juro praticadas serem consideradas altas, quando se trata de créditos para o investimento.

► Diagrama 4: Indicadores de TIC e de Infraestrutura



Observação: os valores para os indicadores individuais apresentados no gráfico acima foram harmonizados para melhor apresentação e formatados para que, quanto mais distante do centro estiver um ponto de dados, melhor o desempenho do país nesse sentido. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- O desenvolvimento do setor de telecomunicações em STP está no mesmo patamar dos outros três países selecionados (Cabo Verde, Gabão e Guiné Equatorial), conforme indicado no Índice de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (IDI), apresentado no gráfico dos indicadores de TIC e de Infraestrutura acima.
- O cenário das tecnologias da informação e comunicação em STP ainda revela baixo acesso à tecnologia ou à transferência tecnológica.
- Os diversos desafios do país em termos de infraestrutura envolvem problemas com transporte, energia, água e saneamento básico.

3.1. Políticas macroeconómicas sólidas e estáveis e a boa gestão da economia

A economia são tomense tem-se caracterizado, nos últimos anos, por crescimentos modesto da atividade económica, evidenciando taxas de crescimento do PIB abaixo dos 4 %, nos últimos três anos. Este fraco dinamismo da economia são-tomense deve-se essencialmente, por um lado, aos constrangimentos de natureza estrutural que afetam negativamente o ambiente de negócios, e, por outro, a fraca recuperação económica dos principais parceiros de São Tomé e Príncipe, e que tem afectado as ajudas interacionais para o País.

A estrutura económica de São Tomé e Príncipe passou por uma transformação significativa ao longo dos anos (1975-2018), de uma grande parte agrária para outra economia. Após a independência, em 1975, a agricultura era o principal pilar da economia, representando cerca de 80% dos PIB, seguido de Serviços com 10% do PIB. Os 10% restantes eram gerados por atividades de pequena escala de fabricação, principalmente processamento de óleo de palma e sabão. Quarenta anos depois, a estrutura transformou-se numa economia baseada em serviços, com os Serviços a aumentar para cerca de 70% do PIB (2018), enquanto que agricultura caiu para 11,4%. Os principais subsectores de serviços, como Comércio; Turismo; e Transporte, Armazenamento e Comunicações, representaram 24,6%, 14,5% e

11,2% do PIB, respectivamente. Na agricultura, a pesca é o principal subsector com 7,2% do PIB, seguido da agricultura e produção animal (3,9%). No que diz respeito à participação do setor industrial no PIB, pouca mudança ocorreu ao longo das últimas três décadas, com sua contribuição ainda em baixa de 14,8% em 2018 (contra 10% em 1975, como mencionado acima). O setor secundário que engloba Indústria, Manufatura e mineração representou 8,4% do PIB e Construção 5,8%¹⁵.

A partir de 1998, o país iniciou uma segunda vaga de reformas para resolver os entraves ao crescimento. Estas concentravam-se na consolidação das finanças públicas, na melhoria da administração fiscal e na contenção de despesas públicas para estabilizar as flutuações cambiais e consequentemente a inflação, que em 1996 chegou a atingir cerca de 80%. Estas políticas foram acompanhadas de reformas para melhorar a eficiência do sector público, criando as condições para a prossecução da liberalização gradual da economia.

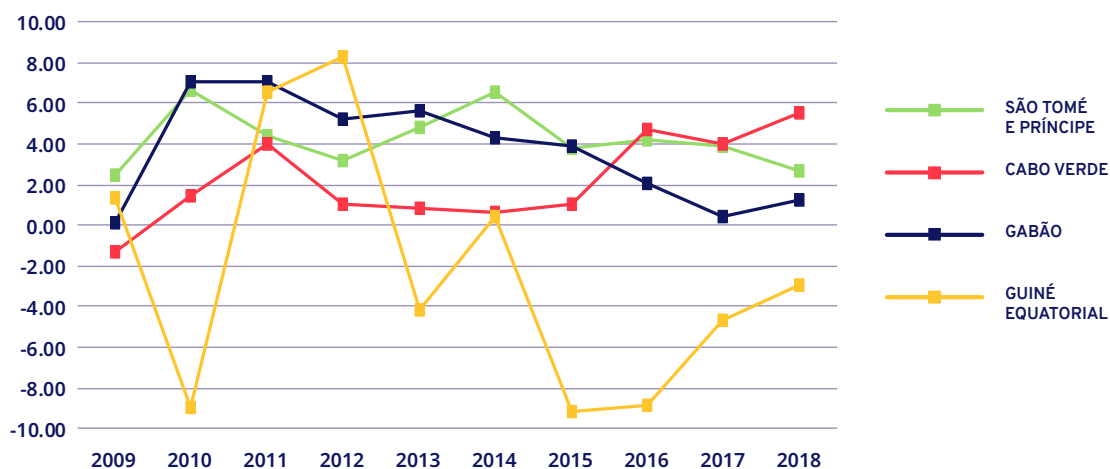
A crise financeira internacional que começou a fustigar o mundo desde 2008, tem vindo de forma particular a afectar STP, com impacto negativo nas

diversas áreas da vida nacional, principalmente nas esferas económica e social, devido à sua forte dependência do exterior, tanto em termos das necessidades básicas em bens alimentares, energéticos e de equipamentos, como também no plano do financiamento da economia em geral. Mais de 93% do investimento público dependem de recursos externos constituídos por donativos (53%) e os restantes 47% por via do crédito. O atraso ou falta do desembolso destes recursos tem condicionado a execução de vários projectos de investimento, com reflexos negativos, tanto no sector produtivo, como no social. Devido a estes condicionalismos, a economia santomense tem vindo a crescer de forma muito tímida. Depois de um crescimento robusto de 8,1% em 2008, a economia retrainiu, estabilizando-se em média nos níveis abaixo de 4% ao ano, nos últimos 4 anos.

A gestão macroeconómica em S. Tomé e Príncipe, é baseada no Programa de Crédito Alargado (ECF) 2019-2022 com o FMI, em vigor partir de 2 de Outubro 2019, depois de prolongadas negociações ao longo de 2019 com o Governo em exercício, empossado apenas em Dezembro de 2018. Este

15 BAD. 2018. Republica Democrática de S. Tomé e Príncipe. Country Strategy Paper 2018-2022

► Gráfico 7-Taxa de Crescimento anual do PIB(%)



Fonte: Base de Dados do Banco Mundial – Indicadores de Governança Global

programa com o FMI, substituiu o anterior que envolveu o período 2015-2018.

O crescimento estimado do PIB de STP, em 2018 foi de cerca de 2,7%, valor que vem decrescendo particularmente a partir de 2016, uma vez que nos cinco anos anteriores a taxa média do crescimento do PIB se situou acima dos 4,5%. Esta desaceleração do crescimento, deveu-se em grande medida à diminuição do financiamento externo destinado aos projetos de investimento público, e a crise energética verificada no segundo trimestre de 2018, que teriam afectado a actividade económica. Isso reflete a alta dependência de STP da assistência externa, que é uma importante fonte de financiamento das atividades de construção, e sua exposição a fatores ambientais, especialmente condições climáticas que afetam a produção agrícola. O desempenho económico de STP tem registado um abrandamento desde 2016, alcançando um crescimento de 2,7% do PIB em 2018, depois de registar valores de acima de 4% em média de 2010 a 2015. Cabo Verde, por seu lado, depois de registar crescimentos do PIB em torno de 1% entre 2010 e 2015, a partir de 2016,

este indicador acelerou-se para valores superiores a 4%. Os registos do crescimento do PIB do Gabão apontam para uma desaceleração acentuada, cuja cifra passa de cerca de 7%, em 2010, para 1% em 2018. Guiné Equatorial é o único do grupo a registar crescimentos negativos do PIB nos anos mais recentes, apesar de de tendência para melhoria, conforme pode-se observar nos últimos três anos. **GRÁFICO 7**

O Turismo está a desempenhar um papel importante na economia de STP, mas depende de chegadas de turistas, o que também implica um alto grau de vulnerabilidade e exposição a fatores externos. A chegada de turistas nos últimos anos tem sido relativamente estável e com tendência crescente, tendo-se registado aumento de 4,5% em 2013 para 6,8% em 2016 ¹⁶.

A execução do Programa de Ajustamento Económico, acordado com o FMI, ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (ECF), que vinha conhecendo um bom desempenho, com tendência de diminuição do défice fiscal primário (principal indicador da política orçamental), para níveis abaixo de 3% do PIB, a situação tendeu-se a se

16 BAD. 2018. Republica Democrática de S. Tomé e Príncipe. Country Strategy Paper 2018-2022

► Tabela 4-Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB real (%)	4,9	4,5	4,5	4,0	4,0	4,0	3,9	2,7
Inflação acumulada (%)	11,9	10,4	7,1	6,4	4,0	5,1	7,7	9,0
Saldo global (% do PIB)	-11,2	-15,4	-2,0	-4,2	-7,4	-4,9	-4,0	-2,9
Saldo primário (% do PIB)	-3,1	-3,2	-2,6	-2,8	-3,0	-3,1	-3,3	-4,0
Balança comercial (% do PIB)	-45,2	-41,5	-38,4	-38,9	-34,1	-31,0	-28,8	-28,5
Dívida total (% PIB)	76,8	84,5	75,5	70,3	87,0	78,9	75,0	89,0

deteriorar nos últimos anos, devido nomeadamente à dificuldade em assegurar o cumprimento das metas de arrecadação tributária acordadas e inscritas nos orçamentos. Por exemplo, a meta do défice, em 2018, era de 1,0% do PIB, mas o seu valor efetivo cifrou-se em torno dos 4% do PIB. O aumento desse défice deveu-se ao abrandamento da atividade económica que se derivou da diminuição do financiamento externo com impacto negativo nos investimentos públicos e consequentemente nas receitas provenientes seja dos impostos diretos como indiretos inerentes às importações. É importante também realçar que do lado das despesas, as eleições legislativas realizadas em 2018 tiveram também o impacto significativo neste défice.

A adoção da paridade cambial fixa da moeda nacional “Dobra” ao Euro no início de 2010, a par de uma orientação orçamental prudente, ajudou a reduzir a inflação, cujo registo indica a sua diminuição de 12,6 % em 2010 para 9% em 2018, depois de ter atingido a taxa mínima de 4% em 2015, cifra que não era alcançada há mais de duas décadas.

A dívida externa do país aumentou de 76,8% do PIB em 2011 para 87% em 2015, e caiu para 75,% do PIB em 2017, retomou o aumento, em 2018, para uma taxa de 89%/do PIB¹⁷.

A balança comercial de STP apresenta um saldo estruturalmente deficitário e fortemente dependente de um só produto de exportação que é o cacau. O défice da balança comercial tem vindo a melhorar ao longo dos anos, registando um valor médio de 36% nos últimos 7 anos, resultado do agravamento das necessidades de financiamento do país face ao exterior, no que concerne ao financiamento de bens e serviços importados, tanto para a produção como para o consumo interno.

Como foi dito anteriormente, a estrutura económica de São Tomé e Príncipe passou por transformações significativas, desde a independência em 1975 à presente data, de uma grande parte agrária para uma economia de serviços, com esta última a representar atualmente cerca de 70% e aquela cerca 11%, quando o sector de serviços representava há quatro décadas apenas cerca de 10% e o da agricultura 80%.

Mas, não obstante as estatísticas das últimas décadas sobre a economia de São Tomé e Príncipe (STP), evidenciam fragilidades macroeconómicas, nomeadamente o lento crescimento do PIB, as dificuldades em controlar a inflação, os desequilíbrios orçamentais e da balança de pagamentos, etc. Da leitura das tabelas abaixo sobre os indicadores económicos dos quatro países selecionados (S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Gabão e Guiné Equatorial), indica que S. Tomé e Príncipe se apresenta na segunda posição, depois de Cabo Verde, na maioria dos diversos indicadores económicos selecionados.

A **TABELA 5** representa o comportamento de alguns indicadores macroeconómicos de São STP comparativamente aos de Cabo Verde, Gabão e Guiné Equatorial, bem como o posicionamento dos mesmos face ao resto de Mundo (World). Neste sentido, STP apresenta uma taxa de crescimento do PIB superior a da Guiné Equatorial e do Gabão e inferior a de Cabo Verde. O comportamento semelhante é registado na Taxa de Participação de Mão de obra. Com respeito aos indicadores Balança de Conta Corrente em percentagem do PIB, STP apresenta-se numa situação de quase de igualdade em relação aos países selecionados. E no que concerne ao Índice de Propensão à Exportação, STP já apresenta um comportamento ligeiramente abaixo dos restantes países em análise.

3.2. Comércio e integração económica sustentável

O Ministério do Comércio, Indústria e Turismo é a entidade charneira para a revitalização dos sectores produtivos nacionais, e tem como missão promover o crescimento sustentável, o desenvolvimento e a competitividade dos sectores comercial, industrial e do turismo, a fim de promover o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe de forma eficaz e eficiente.

O governo santomense está aberto para receber e aprovar investimentos estrangeiros em áreas com capacidade de gerar empregos e de exportação. Temos o exemplo da empresa Agripalma, com um investimento na ordem dos 40 milhões de Euros, estabelecida em S. Tomé em 2009 e vocacionada para a produção de óleo alimentar,

► Tabela 5- Principais indicadores seleccionados

Indicadores principais	Países	Anos					
Taxa de Crescimento do PIB (%)		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado calculado a preços constantes moeda interna. O PIB é a soma de dos os bens e serviços finais produzido por um economia, durante um período de tem, normalmente 1 ano.	STP	4,82	6,55	3,80	4,17	3,87	2,66
	Cabo Verde	0,80	0,61	1,01	4,71	4,01	5,52
	Guiné E.	5,64	4,32	3,88	2,09	0,48	1,22
	Gabão	-4,13	0,42	-9,11	-8,82	-4,69	-2,95

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

Taxa de Participação da Mão de obra (% da população)		2013	2014	2015	2016	2017	2018
A taxa de participação da população activa é a proporção da população de 15-64 anos de idade que é economicamente activa: todos pessoas que fornecem mão-de-obra para a produção de bens e serviços por um determinado período de tempo.	STP	40,01	39,50	39,00	38,55	38,07	37,93
	Cabo Verde	49,86	49,38	48,92	48,45	48,43	47,98
	Guiné E.	18,24	18,11	17,97	18,01	18,00	17,80
	Gabão	32,31	32,31	32,32	31,88	31,56	31,53

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

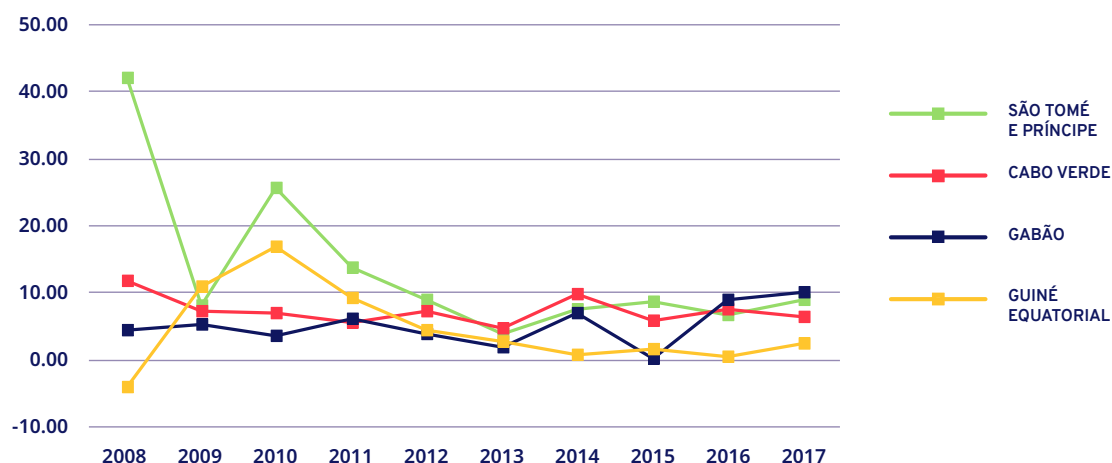
Balanço da Conta Corrente (% do PIB)		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Conta corrente representa todas as transações, excluindo as referentes aos itens financeiros e de capital. As principais classificações são bens e serviços, rendimento e transferências correntes.	STP	-15,2	-22,1	-12,3	-6,5	-12,7	-10,6
	Cabo Verde	-4,9	-9,1	-3,2	-2,4	-6,2	-7,1
	Guiné E.	7,3	7,6	-5,6	-9,9	-4,4	-1,9
	Gabão	-2,4	-4,3	-16,4	-13,0	-5,8	-3,6

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

Inflação		2013	2014	2015	2016	2017	2018
A inflação é o aumento persistente e generalizado no valor dos preços. Quando a inflação chega a zero dizemos que houve uma estabilidade nos preços.	STP	8,1	7	5,2	5,4	5,7	7,9
	Cabo Verde	1,5	-0,2	0,1	-1,40	0,80	1,3
	Guiné E.	0,5	4,5	-0,1	2,1	2,7	4,8
	Gabão	3,2	4,3	1,3	1,40	0,70	1,3

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Gráfico 8- Fluxo Líquido de Investimento Direto Estrangeiro, países selecionados



Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators

cuja exportação começará já a partir de 2020. Agripalma emprega cerca de 800 pessoas. Em 2019, foram também aprovados projectos de investimentos na ordem dos 14 milhões de Euros, em áreas de indústrias hoteleira e têxtil, que deverão criar cerca de 700 empregos e com a expectativa de poder expandir para cifras superiores a 1000 empregos. **GRÁFICO 8**

O IDE é visto como forma de alcançar o crescimento económico e gerar emprego¹⁸. A leitura do gráfico acima aponta que Gabão e Guiné Equatorial são os países que apresentam maiores IDE. Entretanto, Guiné Equatorial a partir de 2014 apresenta uma ligeira vantagem em relação a Gabão. Segue-se o Cabo Verde na terceira posição e por último S.Tomé e Príncipe. Em 2018, apenas STP continuou na última posição, os outros três países selecionados convergiram em termos do benefício do IDE.

Cabe à Agência de Promoção Comercial e Investimentos (APCI), criado através do Decreto nº 2/2012, facilitar e assistir aos investidores nacionais e estrangeiros, atuando nas áreas de

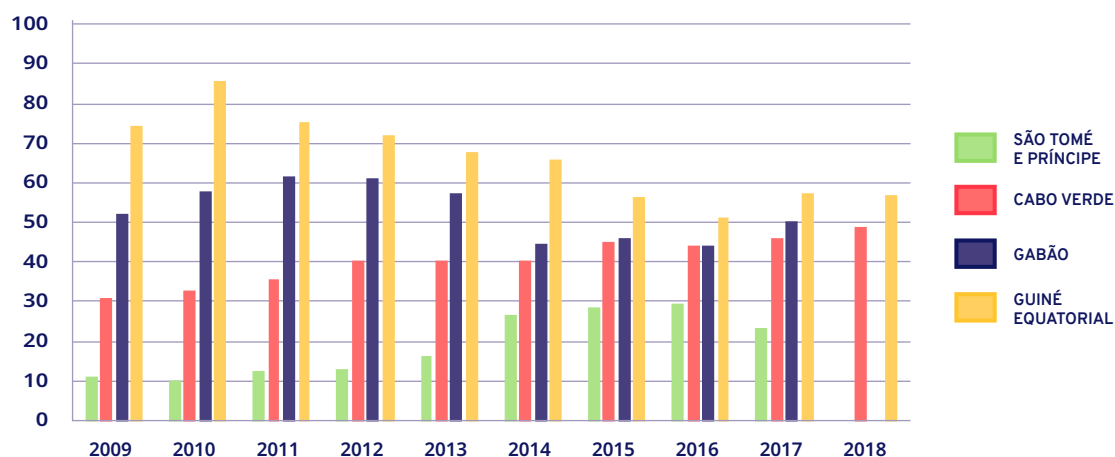
oportunidades de investimento, parcerias, incentivos fiscais e abertura de empreendimentos.

A legislação sobre os investimentos em S. Tomé e Príncipe é composta por: Lei nº 19/2016, de 17 de novembro sobre o Código de Investimentos, Decreto nº 18/2017 de 28 de dezembro sobre o Regulamento da lei de Investimentos, Lei nº 15/2016 de 17 de novembro sobre o Código de Benefícios e Incentivos Fiscais, Lei 06/2018 de 10 de Abril sobre Parcerias Público-Privado. Em geral, não há distinção legal entre investidores nacionais ou estrangeiros nem limites à propriedade ou controlo estrangeiro de empresas. Com algumas exceções, não há requisitos legais de que cidadãos santomenses possuam ações de investimentos estrangeiros no país. Apesar da existências das normas facilitadores de investimentos serem bastante simplificadas, é ainda notória a morosidade na aplicação dos procedimentos, seja para nacionais ou estrangeiros, que pode se tornar mais desafiador em caso de falta de conhecimento sobre o país e da língua portuguesa.

As informações obtidas do relatório 2017 do INE (Instituto Nacional de Estatística), relata que o

18 Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2017.

► Gráfico 9-índice de Propensão à Exportação de Bens e Serviços, países selecionados



Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators

comércio constitui um dos elementos primordiais na composição do PIB nacional, tendo em 2017, representado cerca de 25% do PIB.

Com respeito ao comércio externo, S. Tomé e Príncipe possui grandes limitações no que respeita às exportações de bens, como cacau, o principal produto de exportação, representando mais de 80% em média ao longo dos anos mais recentes. Os restantes 10% dizem respeito ao chocolates, café, pimenta, óleo de coco, entre outros ¹⁹. Relativamente às importações, são de destacar: produtos manufaturados, alimentos e outros produtos agrícolas, combustíveis. É importante ressaltar que os produtos petrolíferos representaram cerca de 25%, bens alimentares cerca de 20%, equipamentos e materiais para construção cerca de 16%, mobiliários e equipamentos domésticos cerca de 5%, bebidas alcoólicas e tabacos cerca de 4%, entre outros ²⁰. Face à esta realidade, é de veras importante que S. Tomé e Príncipe dependa de algumas exportações relevantes, o que torna necessário alcançar uma maior diversificação para que haja desenvolvimento sustentável.

O gráfico a seguir sobre o Índice de Propensão à Exportação, apresenta a Guiné Equatorial como leader neste indicador, seguido de Gabão em segunda posição, Cabo Verde vem logo a seguir e S. Tomé e Príncipe na última posição. O que reflete as dificuldades que S. Tomé e Príncipe tem na busca de complementaridade ao cacau, para o aumento das suas exportações. **GRÁFICO 9**

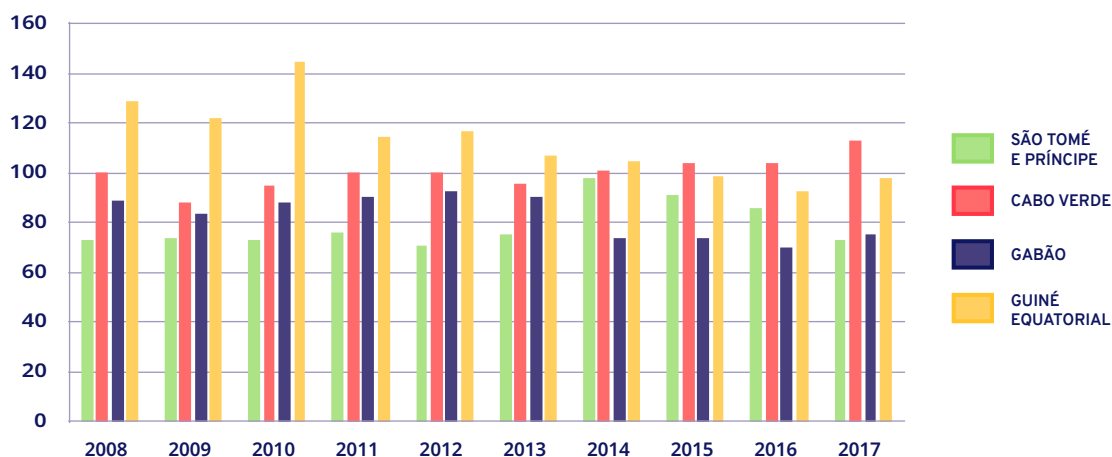
O setor de exportação de bens está concentrado num número reduzido de empresas e cooperativas agrícolas, sendo de destacar, no âmbito de cacau as seguintes: SATOCAU, CECAB, CECAQ 11 e Diogo Vaz; CECAFEB no âmbito do café; CEPIBA no âmbito da pimenta e AGRIPALMA STP no âmbito do óleo de palma.

Estima-se vir a poder registar aumento considerável de exportação do cacau, pimenta e café nos próximos, com o importante financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) aplicado, ao longo do últimos anos, na criação das cooperativas agrícolas através referidas, em que algumas delas já se tornaram autónomas.

19 BCSTP 2018.

20 BCSTP 2018.

► Gráfico 10-Comércio em Relação do PIB, países selecionados



Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators

De igual modo, um outro investimento foi efetuado na produção de óleo de palma para exportação (AGRIPALMA STP). Os países da União Europeia, continuam sendo o destino principal das exportações santomense, representando cerca de 90% (INE.2017).

Porém, desde 2010, que as exportações de bens vêm sendo compensado com o aumento da exportação de serviços, alicerçado pelo turismo.

As trocas comerciais de S. Tomé e Príncipe são efetuadas na sua maioria com os países da União Europeia. As importações oriundas destes países representam mais de 60% de todas as importações, seguindo os produtos oriundos de Angola com cerca de 20% e a República Popular de China com 5% das importação de São Tomé (INE 2016/2017). No entanto, pelas fortes relações económicas e comerciais existente entre São Tome e Príncipe e a República Popular da China, estima-se um crescimento considerável nas importações provenientes da China nos próximos anos.

O peso do Comércio em relação ao PIB nos países selecionados é apresentado a seguir, em que Cabo

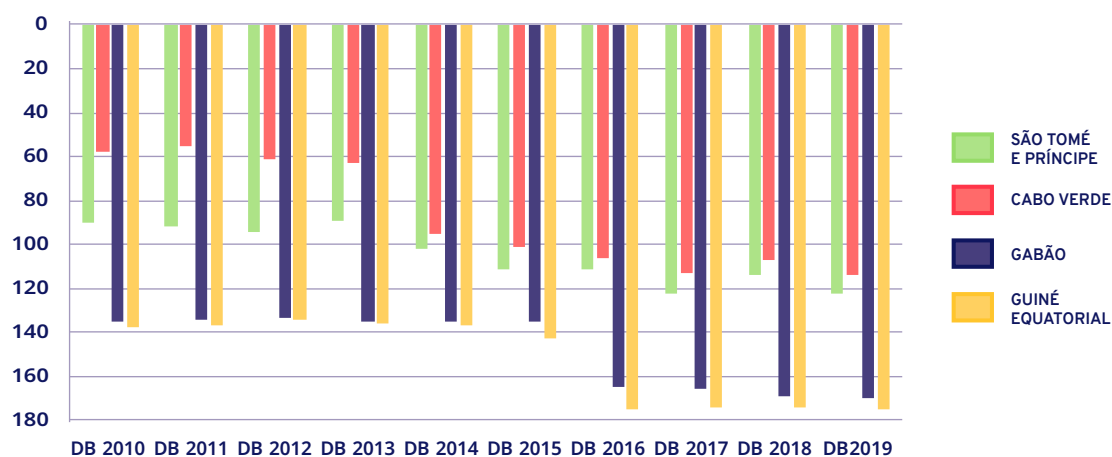
Verde lidera, seguido de Guiné Equatorial, Gabão na terceira posição e STP na última. **GRÁFICO 10**

São Tomé e Príncipe, criou em 2012 o Guiché Único para o comércio externo, visando solucionar e uniformizar os mecanismos que concorrem para importação e exportação do país. O governo decidiu em 2017 agravar as taxas ligadas a importação sobre alguns produtos enquadrados nos bens alimentares e considerados nefastos para a saúde, com vista a incentivar a população na mudança do hábito alimentar, passando a consumir mais os produtos nacionais que são mais saudáveis.

A política do Governo santomense no âmbito comercial é a busca de um ambiente de negócios favorável para a promoção da competitividade dos produtos nacionais em mercados internacionais, preferencialmente em mercados desenvolvidos, sem prejudicar o comércio regional ²¹. Neste contexto, S. Tomé e Príncipe é membro observador da Organização Mundial do Comércio (OMC), das principais estruturas lusófonas (CPLP, PALOP, UCCLA), assim como da Organização Internacional para a Francofonia (OIF), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e

21 União Europeia. Estratégia Comercial de S. Tomé e Príncipe. Projeto de Apoio ao Setor do Comércio.

► Gráfico 11-Comércio Transfronteiriço, países selecionados



Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators

membro observador da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Embora STP seja membro de várias Comunidades Económicas Regionais, tem que lidar com um espectro comparativamente estreito de bens comercializáveis e custos elevados de transporte. **GRÁFICO 11**

Como membro da CEEAC, STP eliminou as tarifas de exportação e aderiu à sua estrutura tarifária de cinco bandas (0, 5, 10, 20 e 30%). Na integração regional da África em 2016 Index (ARII), um relatório conjunto produzido pelo BAD, pela Comissão da União Africana (AUC) e pelo Comité Económico da Comissão para África (ECA), STP foi classificado como o melhor desempenho entre os 10 países membros da CEEAC em termos de livre circulação de pessoas, dada a remoção dos requisitos de visto para cidadãos de vários países (e europeus). No entanto, a classificação geral da STP na ARII foi de 10, dada o baixo do país a nível de comércio e integração na região.

Além de signatário de múltiplas convenções internacionais, é membro das Nações Unidas e de várias das suas Agências e organismos, incluindo o Tribunal Internacional de Justiça

O governo aproveita estas parcerias para melhorar a integração comercial do país ao nível regional e internacional, como é o caso do recente Protocolo assinado entre São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, com vista a fomentar as trocas comerciais entre esses dois países. A estreita relação existente com a República Popular da China, também é um dos factores impulsionadores do comércio internacional, tendo assim, gerado oportunidades de gerar negócios entre os agentes económicos dos dois países.

3.3. Ambiente legal e regulatório favorável

O Ministério do Turismo, Comércio e Cultura (MTCC) é o órgão que tem como incumbência a formulação, elaboração e implementação de políticas e estratégias setoriais com o objetivo da promoção do crescimento da produção do comércio, da indústria, da comercialização agrícola e das exportações²².

22 MTCC. Missão

► Tabela 6- Principais indicadores selecionados

Indicadores principais	Países	Anos					
		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Comércio (% do PIB) O comércio é a soma das exportações e importações de bens e serviços medida como uma percentagem do produto interno bruto							
	STP	75,12	97,49	90,69	85,49	73,03	
	Cabo Verde	95,34	101,05	104,07	104,19	113,07	
	Guiné E.	90,64	73,52	73,95	70,13	75,07	
	Gabão	106,89	104,38	98,88	92,60	97,69	

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Entrada líquida de IED (% do PIB) O investimento directo estrangeiro é a entrada líquida de investimento para adquirir um interesse de gestão duradouro numa empresa que opera numa economia diferente da do investidor. É a soma de capital próprio, reinvestimento de lucros, outro capital de longo prazo e capital de curto prazo, como indicado na balança de pagamentos.							
	STP	4,01	7,59	8,77	6,71	9,12	7,22
	Cabo Verde	4,83	9,71	6,02	7,60	6,31	5,13
	Guiné E.	1,84	6,95	0,29	8,86	10,06	
	Gabão	2,66	0,77	1,77	0,48	2,47	

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de Propensão à Exportação (% do PIB) As exportações de bens e serviços representam o valor de todos os bens e outros serviços mercantis fornecidos ao resto do mundo. Incluem o valor da mercadoria, frete, seguro, transporte, viagens, royalties, taxas de licença e outros serviços, tais como serviços de comunicação, construção, financeiros, de informação, empresariais, pessoais e governamentais. Excluem os rendimentos do trabalho e da propriedade (anteriormente denominados serviços de factor), bem como os pagamentos de transferências.							
	STP	16,33	26,88	28,68	29,34	23,59	
	Cabo Verde	40,49	40,36	44,91	44,23	46,14	48,86
	Guiné E.	57,36	44,52	46,03	44,04	50,23	
	Gabão	67,65	65,96	56,66	51,41	57,50	56,67

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

Existe um quadro regulatório e legal transparente em matéria de criação de empresas, investimentos, legislação laboral e tributária. No que diz respeito à criação de empresas, STP continua na senda do progresso, sobretudo com a criação do Guiché Único cujos contornos estão definidos pelo Decreto-Lei nº 37/2009 e alterado pelo Decreto-Lei nº 6/2010 e 7/2010. Esta instituição contribuiu para a redução substancial do tempo útil necessário para a criação de uma empresa em STP, para 48 horas, desde que o utente tenha cumprido as formalidades, quando anteriormente dispendia-se mais de 90 dias para a criação de uma empresa.

Na ausência de poupanças internas suficientes para financiar os investimentos de que o país precisa para o seu desenvolvimento, o Investimento Direto Estrangeiro e a Ajuda Pública para desenvolvimento constituem as principais fontes de capitais com que STP possa contar. Este facto torna-se evidente quando se aprecia as principais fontes de financiamento dos Projetos de Investimentos Públicos, constata-se que cerca de 90% destes investimentos tem fonte externa. Da mesma forma, os investimentos privados mais avultados estão sobre a égide dos investidores externos. Face à esta situação, os investidores nacionais concentram-se nas microempresas, no sector agro-industrial e nos serviços que são as principais fontes de emprego do país.

Em matéria de investimentos, existe um quadro regulatório e legal, onde se destacam: Decreto-Lei nº 12/2012, de 14 de fevereiro sobre a Agência de Promoção de Comércio e Investimentos (APCI), órgão que funciona como Guiché único para a promoção e implementação das políticas em matéria do comércio, exportação e actração de investimentos; Lei nº 19/2016 de 17 de novembro sobre o Código de Investimentos; Decreto nº 18/2017 de 28 de Dezembro sobre o Regulamento da lei de Investimentos; Lei nº 15/2016 de 17 de Novembro sobre o Código de Benefício e Incentivos Fiscais; Lei 06/2018 de 10 de Abril sobre Parcerias Público-Privado; Lei n.º 12/2018 sobre o Código de Registo Predial; Lei n.º 13/2018 Aprova sobre o Código de Registo Comercial; DECRETO-LEI nº 11/2017, de Junho sobre o Código de Custas Judiciais; LEI n.º 14/2018, de Julho sobre o Código do Notariado; Decreto Lei nº 23/2016, de Fevereiro de 2017. Código de Propriedade Intelectual.

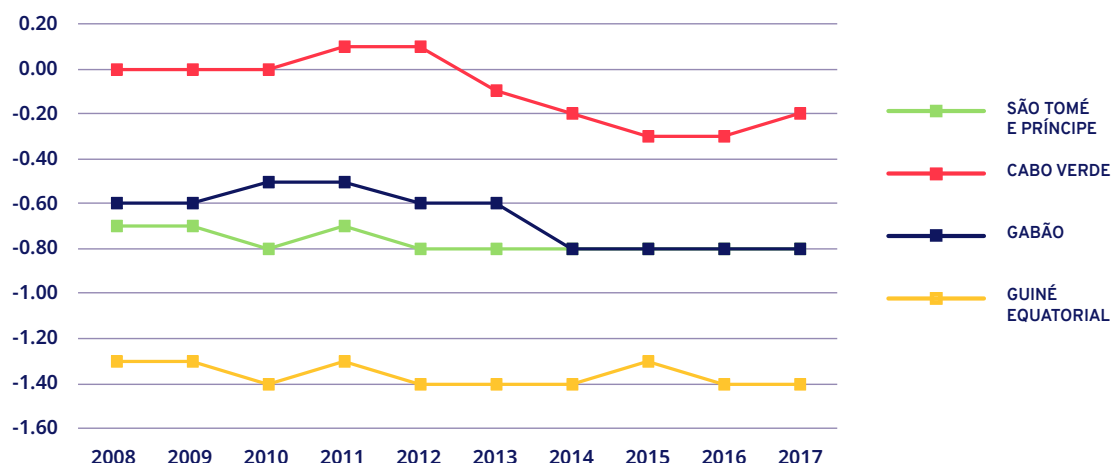
Contudo, existe uma lacuna que tem influenciado negativamente a atração dos investimentos privados, que se relaciona com a regulação do uso

e usufruto da terra do Estado. Isto é, muitos nacionais beneficiaram gratuitamente de terras do Estado, das antigas empresas agrícolas, e pretendem transferi-las (têm-nas transferido) ao investidor estrangeiro a preços especulativos, sem nenhum suport legal para o efeito, o que trava a dinâmica do Investimento Direto Estrangeiro.

No que tange a relação entre o empregador e o empregado existem duas leis fundamentais a ter em conta, a saber: Lei que regula as relações contratuais individuais de trabalho (Lei nº 6/2019 de 11 de Abril sobre o Código do Trabalho e Decreto-lei n.º 25/2014 de 31 de Dezembro sobre a Segurança Social). Nas duas leis estão definidos os direitos e deveres de cada uma das partes de forma muito clara e transparente. O país ainda não tem uma lei de contratação coletiva o que tem tido impacto negativo nas negociações entre os sindicatos e os empregadores. Estas legislações precisam ser atualizadas para dar resposta aos desafios inerentes à globalização e à competitividade das empresas.

A regulação tributária também encontra-se coberta por um pacote jurídico, com destaque para o Código Geral Tributário cujos contornos estão definidos pela Lei nº 6/ 2007 de 15 de Maio, publicado no Diário da República nº 18. Neste código está definido que os impostos são pagos apenas no quadro da lei e que os cidadãos têm direito ao recurso à decisão das autoridades tributárias nesta matéria. Os impostos que se destacam são IRC e IRS devido a importância dos mesmos no rendimento disponível do contribuinte. O IRC refere-se ao imposto Sobre Rendimento de Pessoas Coletivas aprovado pela Lei nº 16 de 2008, feita a primeira alteração pela Lei nº10/2009 de 8 de Outubro, publicado no diário nº 67. Ao contrário do IRC que interessa aos detentores de capital, o IRS regula os impostos de pessoas singulares, constituído fundamentalmente por trabalhadores por conta de outrem cujo imposto é retido na fonte, ou seja, o empregador retém o imposto do seu empregado e remete-o posteriormente ao tesouro público. Porém, existe uma dispersão de regulamento sob a forma de decretos e decretos-lei que devem ser revisto para permitir o seu manuseamento mais célere. Existem mais de 15 diplomas para regular o sistema tributário. Da mesma forma, o sistema de contabilidade existente, conhecido como plano OCAM, precisa de ser reformulado e adaptado aos diversos setores da economia de STP, mormente a agricultura. Existe atualmente uma expansão da

► Gráfico 12-Qualidade de Regulamentos, paíse selecionados



Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators

pecuária (suinicultura e avicultura) bem como do setor biológico, representado pelo cacau biológico e café biológico cuja contabilização e avaliação precisa de ser harmonizada de forma que, por um lado, o mercado esteja bem informado e, por outro, a relação com o sistema tributário seja transparente, equilibrada e igualitária em matéria de definição do sujeito de impostos.

Em termos do Índice de Qualidade Regulatória, em que valores mais altos correspondem a melhor Governança, numa escala de -2,5 a 2,5, dos países selecionados, o gráfico a seguir, espelha Cabo Verde na primeira posição, seguido de Gabão, STP na terceira posição e a Guiné Equatorial na última posição. **GRÁFICO 12**

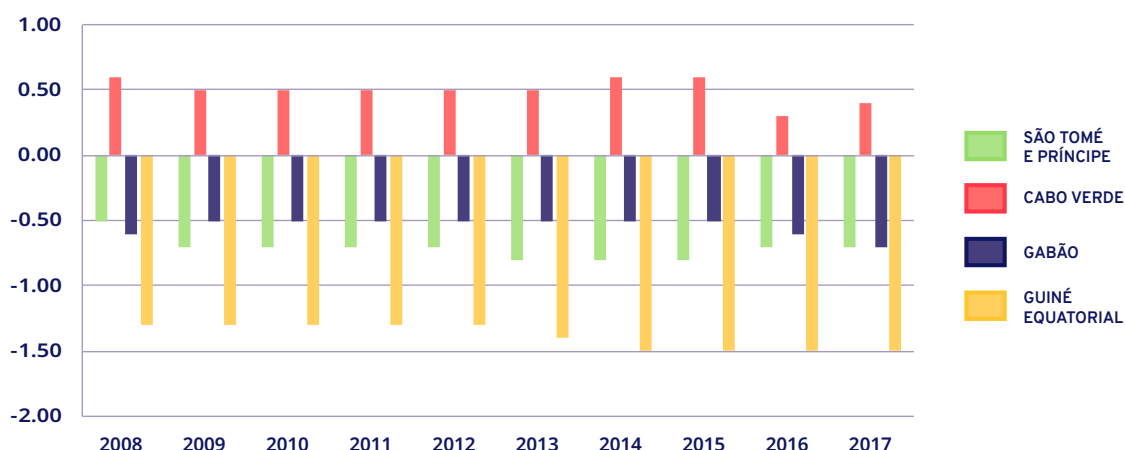
Como referido anteriormente, enquanto as grandes e médias empresas são financiadas fundamentalmente pelo Investimento Direto Estrangeiro, as pequenas e microempresas são pertencas, na sua maioria, dos empresários locais. No setor agrícola, as microempresas ligadas à produção de cacau e café biológicos bem como pimenta, constituídas sob a forma de cooperativas, são as que têm garantido mais de dois terços do emprego no setor agrícola, não obstante a maior parte do emprego ser garantido formalmente pelas microempresas de restauração, comércio, transportes e pescas que padecem

da informalidade. Assim, o maior desafio que o sistema regulatório e legal empresarial de STP enfrenta, consiste sobretudo, por um lado, na legalização deste tecido empresarial com vista a aumentar a contribuição tributária seja para o fisco como para o Sistema Nacional de Segurança Social e, por outro, na criação de uma plataforma de entendimento entre o Estado e o setor privado com vista a se estabelecer um diálogo permanente entre as partes de forma a fortalecer o papel do privado no processo de criação de riquezas no país.

3.4. Império da lei e a garantia dos direitos de propriedade

STP superou o sistema de economia centralizada gerida por partido único, em que tudo poderia derivar do culto de personalidade onde o prestígio do cidadão substituíu o prestígio das leis. Pois, num contexto institucional de existência de um partido Estado, devido fundamentalmente a falta da independência dos tribunais, os membros deste partido teriam todos os privilégios inclusive perante a lei. Contudo, cabe destacar que, durante a vigência do que se designou chamar da primeira república “a culpa nunca morreu solteira”, quase todos os crimes de corrupção foram julgados

► Gráfico 13-Índice de Estado de Direito, países seleccionados



Fonte: Worldwide Governance Indicators, The World Bank Databank

e condenados. Neste período cerca de 96% de terras aráveis eram de gestão pública bem como os grandes meios de produção pertenciam ao Estado que geria em nome do povo. A atividade privada estava confinada sobretudo, ao comércio de balcão num quadro em que o comércio externo estava nacionalizado. O controlo férreo do Estado da atividade económica, agravado pela inexperience dos líderes de então na gestão da coisa pública, originou um resultado adverso daquele que se pretendia que fosse abastecimento em bens e serviços a preços estáveis às populações. Com efeito, a repressão da inflação desestimulou a oferta enquanto a procura foi aumentando, criando o mercado negro de bens e serviços com a sua sequele em matéria da lei e a ordem.

A constituição de 1991 que foi revista pela Lei nº1/2003 de 29 de Janeiro publicada no Diário da República nº1, define a República Democrática como um Estado de Direito Democrático com um sistema de governação semipresidencialista sustentado da divisão e separação da tríade de poderes que constituem um Estado, a saber: Legislativo, Executivo e Judicial. Neste contexto,

o império da lei em STP sustenta-se através do princípio de que todos os cidadãos são iguais perante a lei e são inocentes até ao trânsito em Julgado. O direito a propriedade também está garantido constitucionalmente e hoje em dia estes direitos não são letras mortas. Isto é, caso o Estado tenha interesse em alguma propriedade privada para fins de utilidade pública, a referida propriedade pode ser expropriada, mas após negociações com o respectivo proprietário, que deverá receber uma indemnização como contrapartida. **GRÁFICO 13**

Embora exista todo um processo verificável e uma estrutura para ditar a justiça em STP, a comunidade dos investidores não tem uma boa imagem da forma como é ditado a justiça em STP. Daí que esta comunidade tem receios e não se sinta totalmente segura em matéria de garantias jurídicas. Neste sentido, STP enfrenta um desafio crucial que consiste em tornar credíveis as suas instituições face à apreciação dos investidores, quer sejam nacionais, quer sejam estrangeiros. Ceita, na sua dissertação de mestrado em MBA pela Universidade de Liverpool²³, conclui que quase a totalidade de

23 Ceita, Z.S. (2016) Political and Economic Factors that Influence FDI's Investment Strategy in São Tomé and Príncipe. University of Liverpool. Dissertation Advisor: Flora Prieto. 28 July 2016

um grupo de 10 gestores, os investimentos diretos estrangeiros no país consideram que a forma de dizer a justiça em STP é fraca. Pelo que não oferece as garantias necessárias aos mesmos. Como é obvio, segundo os entrevistados, isto tem tido um impacto negativo nas suas respetivas estratégias de investimento no país. Em consequência, o gráfico 13 acima espelha este comportamento negativo de STP, colocando-o apenas acima de Guiné Equatorial, depois do Gabão, todos com sinais negativos, e Cabo Verde na primeira posição, único com sinal positivo neste indicador.

3.5. Concorrência justa

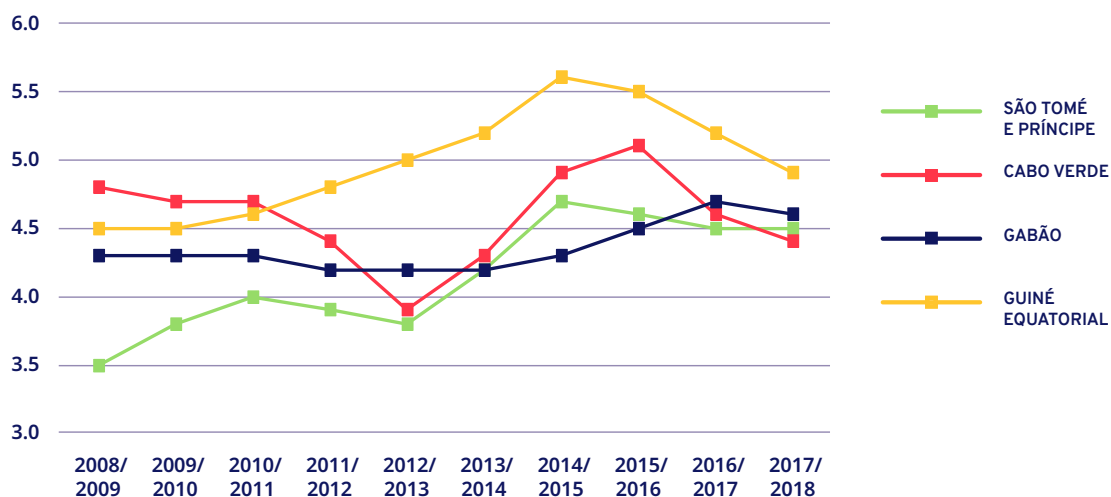
Uma das características fundamentais de uma economia moderna é a concorrência. Isto é, a competitividade com base na livre iniciativa fomenta a produção e a produtividade de uma economia. Contudo, para que a concorrência seja proveitosa para distintos segmentos que compõem o mercado, é preciso que ela seja justa. S.Tomé e Príncipe, à semelhança dos outros países arquipélagos, conhece sobremaneira as vulnerabilidades insulares, tendo alguns contrangimentos económicos como o recurso natural limitado, possibilidade reduzida de substituição de produtos importados, capacidade limitada de influenciar o preço no exterior, limitações na concorrência interna, e a incerteza no acesso aos fornecimentos. Apesar desses constrangimentos, segundo o relatório do BCSTP 2015, o mercado das actividades seguradoras registou alguma competitividade para os serviços ligados ao ramo de não vida, com a entrada da segunda seguradora. Mas, o mesmo já não aconteceu para o ramo vida, que é o mais recente e monopolizado pela seguradora que possui licença para operar nos dois ramos. No ramo de telecomunicações, também verificou-se uma maior concorrência com a mais recente entrada da segunda operadora (UNITEL, proporcionando um maior leque de disponibilidade de serviços. Mas à semelhança do sector segurador, o monopólio da primeira companhia (CST) instalada no País, há mais de três décadas, faz-se sentir em serviços que a UNITEL não fornece, tanto em termos de preços como de qualidade, obrigando algumas vezes a intervenção da reguladora. Com efeito e para evitar que os agentes económicos não se aproveitem das suas vantagens no mercado para prejudicar os seus concorrentes e os outros stakeholders, o Estado deve regular a competição e torna-la justa. O Gráfico a seguir sobre o Índice de Intensidade de Competividade

interna, em que o nível 1 representa a competição limitada e o nível 7 corresponde a concorrência intensa, de entre os países selecionados, constata-se que STP, ao longo dos anos, é o que mais tem progredido de forma constante neste indicador, visto que se encontrava na última posição em 2008 na pior posição (cerca 3,5) passou para cerca de 4,5, enquanto que Cabo Verde que em 2008 esteve melhor posicionado com valor a aproximar 5, passou para último em 2018 (abaixo de 4,5). A Guiné Equatorial que também evoluiu positivamente até 2013/2014, atingindo valor perto de 6, mas inverteu a tendência para abaixo de 5 em 2017/2018. O Gabão é o único valor durante o período não teve uma variação acentuada. **GRÁFICO 14**

No caso do mercado de STP, embora liberal, devido ao seu tamanho e o nível da sua liquidez, existem determinadas actividades que são exercidas em situação de monopólio de facto. A situação mais marcante pode ser vista no mercado de combustível que, embora estivesse liberalizado, não existe espaço para outros importadores, com a agravante de que o único laboratório de análises de qualidade dos combustíveis existente no país pertencer à sociedade que possui tal monopólio de facto. Isto é, é quase impossível concorrer com a ENCO, SARL no mercado local de combustível. Face à esta situação, as autoridades têm optado por criar reguladores para setores tais como, aviação civil, marítimo portuário, eletricidade, telecomunicações e produtos petrolíferos. As outras actividades económicas são reguladas por uma entidade denominada de Direção de Regulação Económica que tem como objetivo fundamental velar para que as actividades económicas cumpram a lei. Além desta entidade, existem outras de regulamento da saúde vegetal e da saúde animal.

Em STP, embora ainda não haja um verdadeiro código sobre a concorrência, todavia existem legislações avulças que proíbem atos nefastos à uma concorrência justa, tais como doping, especulação, açambarcamento cujo objetivo fundamental consiste na manipulação do stock com vista a controlar abusivamente os preços de um determinado bem ou serviço. O mercado de STP é bastante vulnerável em matéria de rotura de stock. Assim, as autoridades têm estado a supervisionar eventuais roturas de stock artificiais que proporcionem rendimentos extraordinários a agentes económicos que enveredem por este caminho.

► Gráfico 14- Índice de Intencidade da Competividade Interna, países seleccionados



Fonte: Worldwide Governance Indicators, The World Bank Databank

O mercado de trabalho também está regulado através da lei Lei nº 6/2019 de 11 de abril sobre o Código do Trabalho que estabelece a relação individual de trabalho entre o trabalhador e o empregador. Ainda não existe uma lei de contratação colectiva em STP.

STP tem a sua moeda ancorada a moeda da zona Euro. Esta ancoragem monetária associada às taxas de juro do mercado nacional menos competitiva comparativamente as da zona Euro, faz com que o capital nacional seja vítima da concorrência desleal face ao capital estrangeiro direto, porque este último tem acesso aos mercados financeiros com taxas de juros muito mais baixas do que as taxas conseguidas por aquele nacional.

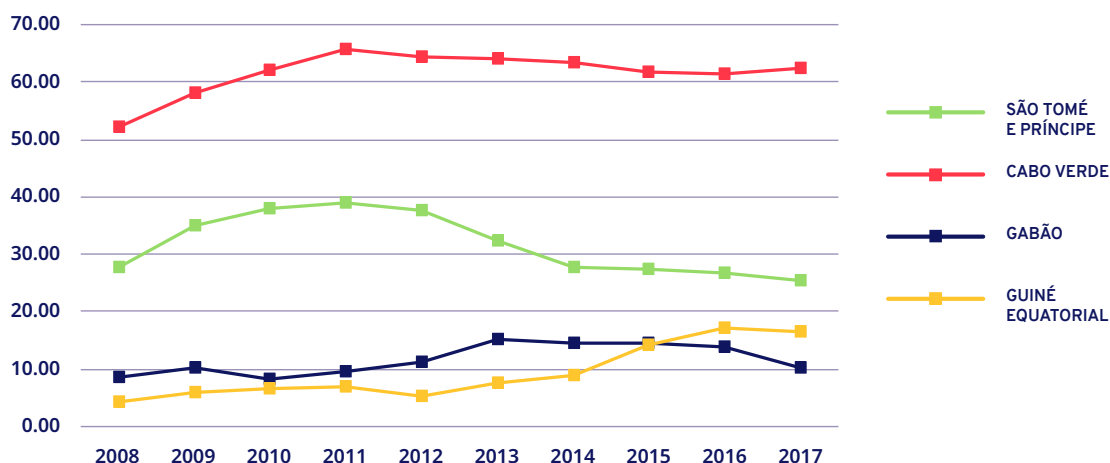
Não obstante o nível de acesso ao crédito em STP conheça uma tendência decrescente nos últimos anos, o gráfico a seguir mostra que STP, comparativamente aos países seleccionados, encontra-se na posição imediatamente a seguir a Cabo Verde, que se encontra na primeira posição, e acima de Gabão e Guiné Equatorial, este em última posição.

GRÁFICO 15

3.6. Tecnologias da informação e da comunicação

Em Março de 2008, o Governo criou o Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC), com a finalidade de implantação da Sociedade de Informação e do Conhecimento e de promoção da Investigação Científica, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. Apesar da rede de fibra ótica de apoio a montagem do sistema de governação financiada pelo BAD, ter sido já instalada desde o ano passado, persiste ainda alguns constrangimentos, em termos técnicos e tecnológicos, cuja solução se espera ultrapassar com brevidade para que o Instituto possa desempenhar na plenitude o seu papel, isto é fazendo com que o sistema de governação funcione de forma integrada. No entanto, enquanto isto não acontece, a necessidade de simplificar os procedimentos e melhorar os serviços aos utentes, muitos sectores da administração pública, isoladamente, vêm desenvolvendo e implementando os seus projectos de informatização, como por exemplo ao nível do Ministério das Finanças: Sistema de administração financeira do Estado (SAFE), Sistema de informação da Direcção Geral dos Impostos e Sistema do Guiché Único das Alfândegas; Ministério da Justiça: Sistema de informação dos Registos e Notariados; Ministério da Saúde: Sistema de Informação Sanitária, entre

► Gráfico 15 - Crédito Doméstico para o Sector Privado em percentagem do PIB



Fonte: Worldwide Governance Indicators, The World Bank Databank

outros. A atuação isolada de cada projeto causa multiplicidade de sistemas, de custos e recursos. Daí há necessidade de uma rede de Internet com qualidade, capaz de suportar todos os usuários da rede, permitir que os equipamentos e materiais tenham a conexão com todos os órgãos do Estado, as autarquias e região autónoma do Príncipe, com vista a definir medidas de políticas, programas e iniciativas, promovendo o incremento mais acelerado do uso da Internet.

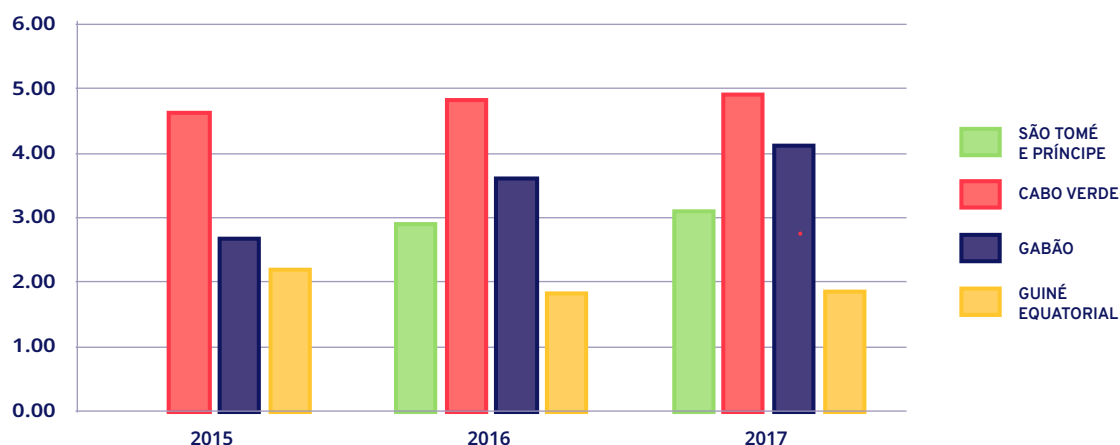
O Índice do desenvolvimento das TIC's é um índice composto, que combina 11 indicadores assentes numa medida de referência que serve para monitorar e comparar desenvolvimentos em tecnologia de informação e comunicação (TIC) entre os países. Neste sentido, de entre os países em análise, em 2017, Cabo Verde encontram-se em primeira posição, seguido de Gabão, STP em terceira posição e a Guiné Equatorial em última posição. **GRÁFICO 16**

No âmbito da liberalização do sector das telecomunicações, o Governo de S.Tomé e Príncipe publicou em 2 de Julho de 2004 a Lei nº 3/2004, Lei Base das Telecomunicações, que definiu as condições

necessárias para o estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações nacionais e a prestação de serviços de telecomunicações. Em 2008, mediante o decreto-lei nº. 19/2008, criou-se o Instituto de Inovação e Comunicação (INIC), cuja finalidade principal é implantar a Sociedade de Informação e do Conhecimento em São Tomé e Príncipe promover a Investigação Científica, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (I+D+I). O INIC dispõe atualmente de uma infraestrutura de base (servidores e equipamentos) robusta para dar suporte aos serviços públicos digitais.

Em São Tomé e Príncipe, existem duas empresas de telecomunicações (CST e UNITEL) que fazem cobertura desse tipo de serviço no país a 174474 de assinantes de telefone móvel, 57331 de assinantes da rede fixa, 22881 do serviço de internet com fios e 499211 de internet sem fios²⁴, bem como a comercialização dos telefones, router, entre outros equipamentos informáticos. Os acessórios para telemóveis, pen drives, e outros equipamentos informáticos são fornecidos por outras lojas que não sejam especificamente apenas de telecomunicações. A exigência na procura pelos serviços mais modernos no ramo das TICs tem aumentado

► Gráfico 16-Índice de Desenvolvimento de TIC, países seleccionados



Fonte: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications>

internamente, facto observado na substituição gradual dos serviços de internet banda larga de ADSL por fibra óptica, na utilização de smartphone de última geração, no acesso a internet em qualquer lugar, tarifas mais competitivas, e maiores ofertas empresarias. Porém, alguns desafios nacionais condicionam a concretização em pleno dessas exigências.

No entanto, apesar dos enormes desafios que STP enfrenta, enquanto arquipélago e todos os outros factores deles decorrentes, incluindo um mercado de baixo rendimento em matérias de comunicações, a exploração da fibra ótica através do cabo submarino instalado em 2012, não só contribuiu para uma internet mais rápida e de melhor qualidade para o STP, mas teve também impacto positivo significativo nas tarifas, permitindo que o preço praticado por minuto na net seja de 10,2€²⁵ centavos, valor muito inferior em relação a Cabo Verde (24€ centavos por minuto) e Gabão (14,2€ centavos).

Em relação a assinatura dos telefones celulares, o Gabão é o país onde se verifica um maior índice de assinatura das pessoas na aderência aos

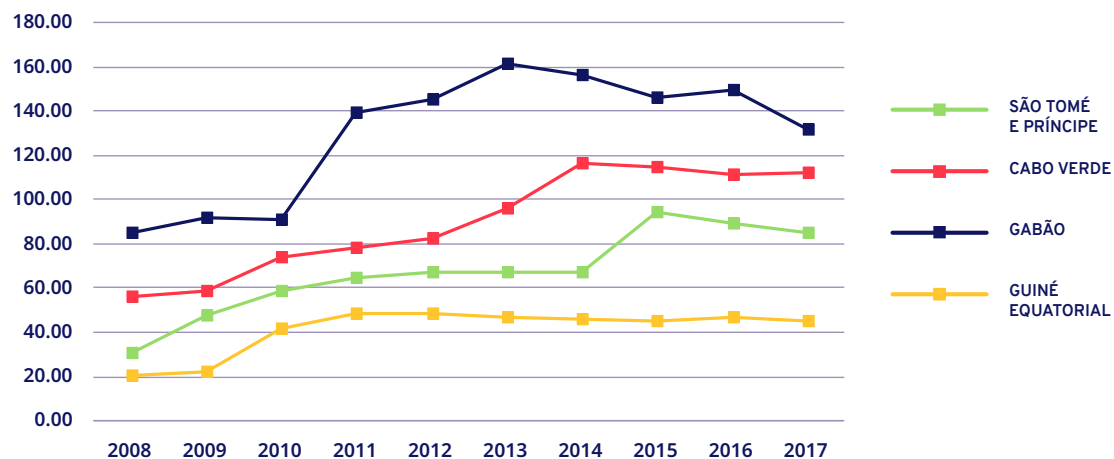
serviços dos telefones celulares, seguido de Cabo Verde, STP e a Guiné Equatorial na última posição.

GRÁFICO 17

O mesmo comportamento acontece para com os preços de SMS e o valor de recarga mínima. Entretanto, apesar de baixo rendimento, houve possibilidade de aumentar a taxa de penetração do serviço móvel. Em 2013, segundo as fontes de Banco Mundial essa taxa foi de 65%, 2014 (79%) e 2015 (92%). Nesse sentido, com existente permanência de evolução tecnológica no país, acompanhado de um forte investimento em infraestrutura, a participação no cabo submarino ACE, com um investimento de 25 Milhões de Dólares, permitiu a transição e expansão da rede móvel 2G para 3G, cobertura para mais de 90% de população, aumento de número de antenas, construção da rede fibra óptica, substituição de ADSL por fibra sem custo. Essas acções tornaram São Tomé e Príncipe altamente competitivo em matérias de comunicação, permitindo uma redução drástica nos preços, acompanhado com o aumento exponencial nas velocidades da internet. Atualmente, São Tomé e Príncipe é um dos países com uma maior utilização de internet em África, com cerca de 23%

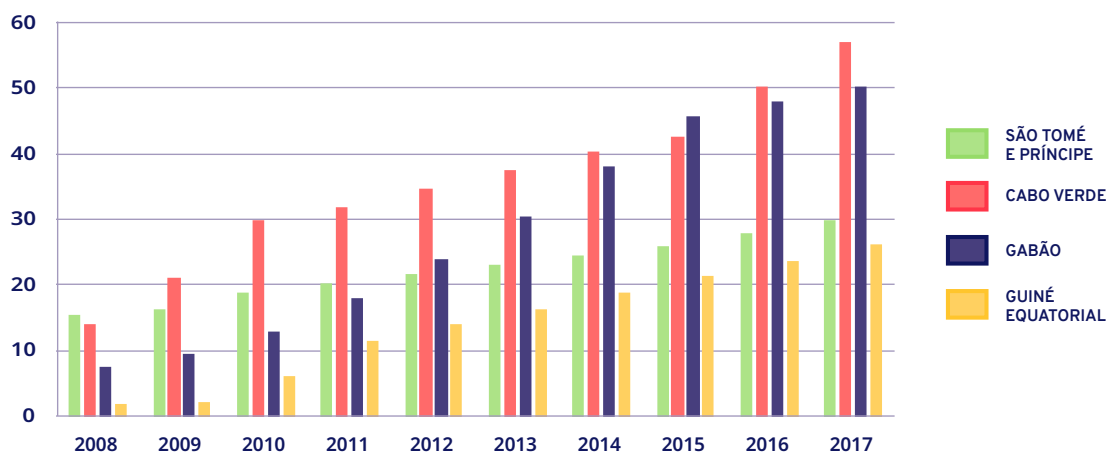
25 Dados de banco mundial

► Gráfico 17-Taxa de Substituição de Telemóveis em cada 100 pessoas, países comparados



Fonte: Worldwide Governance Indicators, The World Bank Databank

► Gráfico 18- Utilização individual da Internet (%da População), países selecionados



Fonte: Worldwide Governance Indicators, The World Bank Databank

²⁶ de população perdendo Cabo Verde, ambos com 38% de população. Em relação a utilização de Internet, por cada 100 habitantes, Cabo Verde é o país onde as pessoas mais utilizam internet, seguidos do Gabão, STP e por último da Guiné Equatorial. **GRÁFICO 18**

Essa concretização é confirmada pelo Índice de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (IDI), da União Internacional de Telecomunicações (UIT -ITU na sigla em inglês) que em 2017, classificou São Tomé e Príncipe em 132º lugar na lista geral de 2017, avaliado com um valor de 3,09 ²⁷, piorando a sua classificação de 2016 de 131 e o valor de 2,91, sendo classificado como o 10º em termos de desenvolvimento de TIC's no continente africano.

3.7. Acesso aos serviços financeiros

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP), é a instituição que formula e implementa a sua política monetária e cambial, além de supervisionar as instituições financeiras, dentre outras atribuições ²⁸. Com o objetivo de elaborar uma Estratégia para o Desenvolvimento do Setor Financeiro, com vista a promover o desenvolvimento sustentado de STP, através do aumento de mais oferta de capital, do reforço da estabilidade financeira, da melhoria de acesso financeiro e de apoio ao crescimento inclusivo, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe começou primeiramente por elaborar o Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro, para o período de 2017-2019, cuja implementação esta em curso ²⁹.

A liberalização do sector financeiro, iniciado em 1992, com a publicação da Lei nº 9/1992, de 6 de agosto sobre as Instituições Financeiras, levou à emergência gradual de várias instituições financeiras em S. Tomé e Príncipe ³⁰, até ao alcance de 8 instituições bancárias instaladas em 2014. Mas, o número de instituições bancárias atualmente existentes reduziu para 5, resultante da entrada

em falência dos restantes 3 registados nos últimos quatro anos. Em termos de agências bancárias, existem atualmente pouco menos de 20 agências, 26 caixas automáticas (ATM) e 59 pontos de pagamento electrónico (POS) 2 empresas seguradoras e 4 pequenos fornecedores de crédito ao consumo.

As instituições financeiras estão principalmente concentradas em São Tomé, a capital do país, o que conduz a que o aumento da inclusão financeira se faça de forma assimétrica a nível nacional. Por se concentrarem nas principais zonas urbanas do país, as instituições financeiras acabam por estar direccionadas para as populações de rendimento médio e alto. As opções de localização das instituições financeiras são assim um fator que dificulta o acesso ao sistema bancário por parte da população rural e de baixo rendimento.

Apesar da existência de elevado número de instituições financeiras e dos esforços do país para melhorar o acesso das empresas aos serviços financeiros, a contribuição do sector bancário para o financiamento da economia do país e o acesso da população aos serviços financeiros permanecem baixos. Os fatores explicativos são o baixo rendimento da população, a falta de conhecimento do sistema bancário, a distância das estruturas, a morosidade dos procedimentos, os elevados custos dos serviços e, muitas vezes, também a falta de informação.

Os dados da oferta apresentados no Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro: 2017-2019, produzido pelo Banco Central, indicam que 48 por cento da população tem uma conta poupança num banco.

Segundo o mesmo relatório, em São Tomé e Príncipe, apenas 7 por cento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) têm um empréstimo bancário, menos de 5 por cento dos adultos são clientes de uma empresa de financiamento ao consumo e 4,3 por cento têm alguma modalidade de seguro privado. O acesso limitado a

26 Dados de Banco mundial

27 Informações de ITU

28 Lei nº 8/1992 de 26 de agosto

29 Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro 2017-2019

30 Lei nº 9/1992 de 26 de agosto sobre as Instituições Financeiras em S. Tomé e Príncipe.

financiamento atua como uma barreira ao desenvolvimento económico e à redução da pobreza. Os constrangimentos atuais têm a ver com spreads elevados de taxas de juro, falta de entendimento sobre as necessidades financeiras das MPMEs, ausência de agências bancárias em cada distrito e escassez de serviços bancários através de agentes e serviços bancários móveis (mobile money).

O acesso ao microfinanciamento foi identificado como um fator determinante da sustentabilidade e do crescimento das MPME. A informalidade da maioria das MPME contribui para as suas dificuldades de acesso ao financiamento, uma vez que os seus ativos permanecem sem documentos e não podem ser utilizados como garantia em instituições financeiras formais.

Há no país quatro empresas privadas de financiamento ao consumo que são principalmente credores de empréstimos de curto prazo. Embora estas organizações possam ser consideradas instituições de microfinanças, no contexto local aparentam ser principalmente fornecedoras de empréstimos de curto prazo (i.e., 60 por cento da carteira de crédito) para pessoas assalariadas rejeitadas pelos bancos. Estes empréstimos têm em média 1 a 7 meses de duração com taxas de juro de 55 por cento ou mais elevadas. Embora a maior parte dessas instituições revele aos clientes o montante de empréstimos por amortizar, as taxas de juro sobre os empréstimos não constam no acordo de empréstimo. A maior parte dessas organizações concede crédito a partir dos seus próprios fundos, não colecta nenhum tipo de poupança obrigatória ou voluntária, e tem um rácio de crédito malparado de 35 por cento do total dos empréstimos ³¹.

O acesso da população a produtos e serviços financeiros é amplamente reconhecido como fator gerador de desenvolvimento económico e como componente da inclusão social, propiciando condições para a redução das desigualdades sociais.

Os resultados obtidos do relatório do inquérito sobre a inclusão financeira, 2019, realizado pelo BCSTP, mostram que ainda há muito por fazer neste âmbito a nível nacional, pelo que muitas pessoas excluídas do sistema financeiro, já não têm acesso a uma conta bancária. No geral, cerca de 76% da população está excluída do sistema

financeiro e o índice de inclusão financeira é de cerca de 0,24, o que corresponde à classificação mais baixa do nível de inclusão. Segundo o mesmo inquérito a proporção de empresas sem acesso a serviços bancários é elevada.

Dos inquiridos, 38,7% afirmaram que possuem uma conta bancária, sendo que 61,2% são de sexo masculino e 38,8% do sexo feminino. Este resultado demonstra a discrepância na inclusão financeira no que toca ao género. No meio urbano, 69,1% dos indivíduos inquiridos confirmaram ter pelo menos uma conta bancária, percentagem que reduz para 30,9% no meio rural. Esta diferença é explicada devido à existência de maior informalidade existente no meio rural em relação ao meio urbano, o que destaca a necessidade de alfabetização financeira, educação financeira e consumo especialmente para as populações rurais, a fim de permitir uma melhor utilização dos recursos financeiros.

A nível de MPME, mais de 82,3% das empresas inquiridas afirmam não ter uma conta bancária. De acordo com a classificação das empresas, 85,4% das microempresas não têm conta bancária, 60,3% das pequenas empresas não possuem e 100 % de grandes empresas entrevistadas têm pelo menos uma conta bancária.

A maior parte das MPMEs que recorrem ao financiamento bancário não são bem-sucedidas, porque não possui garantia credível aceite pelo banco. O que faz com que apenas 10 % das empresas inquiridas tiveram os seus pedidos aprovados. De entre as que recorrem ao empréstimo, 8,3% são microempresas, 23,5% pequenas empresas e 50% são médias empresas. O recurso ao empréstimo como forma de financiamento ocorre principalmente no sector do comércio, seguido do sector de alojamento e restauração.

A intermediação financeira precisa de ser reforçada, para melhorar o acesso ao crédito, por um lado. Por outro, as taxas de juro de empréstimos bancários ainda continuam elevadas, devido sobretudo, a falta de garantias adequadas e os direitos de propriedade pouco claros. Os bancos comerciais em STP aplicam aos clientes uma taxa de juro elevada sobre os empréstimos, cuja média rondou os 19,1% em 2019, alegando ao risco. Em

contarpartida, a taxa média de juro sobre os depósitos foi de apenas 2,7%.

O mercado de produtos financeiros do Governo iniciou em Janeiro de 2015 com uma emissão inicial de USD 3 milhões. As obrigações com maturidade de seis meses, adquiridas por três bancos, renderam 6,2 por cento o que é equivalente a 100-250 pontos base acima dos juros pagos nas contas poupança. Com esta emissão, o Governo está a tentar criar um mercado interbancário de produtos comercializáveis que possam servir também como garantia para créditos de curto prazo.

A implementação da Lei nº 16/2018 de 3 de Setembro sobre as Micro-finanças ajudará na promoção da inclusão financeira. O diploma cobre a área de microcrédito, micro poupança, micro-seguros e outras formas de intermediação financeira. A atualização da Lei nº 9/1992 das Instituições Financeiras é de extrema importância porque passará a incluir as instituições de microcrédito no âmbito da categoria geral de instituições de crédito, mas não discute outras atividades micro-financeiras.

“O crédito interno ao sector privado” refere-se aos recursos financeiros fornecidos ao sector privado, tais como empréstimos, compras de títulos não representativos de capital e créditos comerciais e outras contas a receber, que estabelecem um pedido de reembolso. Para alguns países, estes créditos incluem o crédito a empresas públicas.

Apesar do elevado nível de liquidez, devido ao nível de crescimento lento do crédito, ao aumento dos activos malparados e à ausência de ferramentas de gestão de liquidez, os bancos mostram-se relutantes em afectar mais recursos financeiros ao sector privado. O peso do indicador “Crédito Interno ao Sector Privado em percentagem do PIB” mostra que o crédito ao sector privado diminuiu entre 2010 e 2018, passando de 38,44% do PIB em 2010 para 25,42% em 2018 ³². Enquanto que, ao longo do mesmo período, se registou tendência crescente deste indicador relativamente ao grupo de países indicado na tabela abaixo. Mas, comparado aos países seleccionados para análise, regista-se uma maior vantagem para Cabo Verde que apresenta maior disponibilidade de recursos financeiros fornecidos ao sector privado como empréstimo, seguida de STP com uma ligeira vantagem em relação aos outros dois países (Guiné

Equatorial e Gabão). Essas vantagens já não são verificadas com clareza relativamente ao Índice de Intensidade de Competitividade, pois, todos os países apresentam valores similares. **TABELA 7**

Não obstante os custos de intermediação em São Tomé e Príncipe terem melhorado, com a implementação da taxa de câmbio fixo da Dobra face ao Euro, particularmente a partir de 2010, o spread de taxas de juro praticado pelos bancos para os créditos em reção ao que oferecem aos depositantes têm vindo a aumentar, situando-se acima da média da África Subsaariana e de outras pequenas economias. **TABELA 8**

O diferencial de taxa de juro (taxa de juro do empréstimo menos taxa de depósito), denominado de “Spread” é a taxa de juro cobrada pelos bancos sobre empréstimos a clientes principais menos a taxa de juro paga por bancos comerciais ou similares pela procura, prazo ou depósitos de poupança. Os spreads das taxas de juro foi de 16,08% em 2018 acima da média da África Subsaariana (6,96%) e dos os pequenos Estados (6,78%). Em termos do que os consumidores realmente pagam em juros, os bancos cobram cerca de 23% de taxa de juro sobre os empréstimos. O nível elevado de taxa de juro limita o acesso ao crédito e consequentemente o desenvolvimento de MPME. Perante o exposto, o acesso ao financiamento permanece um desafio em S. Tomé e Príncipe. Apesar da crescente liberalização do mercado de serviços bancários santomense, não houve mudanças na melhoria na acessibilidade e disponibilidade dos produtos bancários. A maior parte da população santomense não tem acesso ao crédito devido aos seus critérios de elegibilidade, que requerem garantias. Porém, como a terra não pode ser utilizada para preencher esse requisito, muitos não conseguem ter acesso ao crédito.

32 <https://data.worldbank.org/topic/financial-sector?view=chart>

► Tabela 7- Crédito ao sector privado em % do PIB

Países	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sao Tome e Principe	38,44	40,37	36,39	30,16	25,62	23,62	22,33	24,18	25,42
Cabo Verde	76,13	82,15	83,15	84,05	85,20	84,53	83,71	85,81	82,56
Gabão	10,48	11,45	14,10	12,86	13,82	16,88	23,19	18,36	23,13
Guiné Equatorial	1,07	-2,81	-2,73	-2,49	3,35	12,03	21,05	21,46	20,75
África Sub-Sahariana	37,70	36,15	35,24	33,17	33,23	35,45	37,78	38,69	39,61

Fonte: <https://data.worldbank.org/topic/financial-sector?view=chart>

► Tabela 8- Spread de taxas de juro

Países	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sao Tome e Principe	7,93	6,46	6,11	6,35	7,41	7,54	6,97	6,96	7,12
Cabo Verde	17,76	14,59	13,28	13,33	14,25	16,41	15,45	15,44	16,08
Gabão	7,92	7,96	7,27	7,07	7,21	6,77	7,31	6,96	6,96
Guiné Equatorial	6,35	6,46	6,54	6,53	6,49	6,75	6,98	6,88	6,78
África Sub-Sahariana	37,70	36,15	35,24	33,17	33,23	35,45	37,78	38,69	39,61

Fonte: <https://data.worldbank.org/topic/financial-sector?view=chart>

3.8. Estrutura física

A inadequação das infraestruturas é também uma das principais causas para a perda de qualidade de vida, doença e morte no país.

Em S. Tomé e Príncipe, as políticas para o desenvolvimento de infraestruturas básicas (electricidade, água, saneamento, estradas, portos, aeroportos) são da responsabilidade política do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente. A grande parte destas infraestruturas básicas são insuficientes ou estão em más condições.

Os dados do Instituto Nacional de Estradas (INAE), apresentados no Plano Director de Transporte, 2009, indicam que a rede rodoviária nacional

estimada eram 1100,8 km, dos quais 238,6 km eram de asfalto, 14 km de calçada e 848,2 de terra batida. O mesmo relatório realça ainda que das estradas alfatadas, cerca de 48% estavam em médio ou mau estado e das estradas de terra batida, 92% encontravam-se em médio ou mau estado de conservação, que é condicionada sobretudo pelas condições topográficas e climáticas.

Apesar de várias intervenções apoiadas pelos parceiros de desenvolvimentos, a condição geral das estradas, particularmente as de terra batida, constituem um obstáculo à competitividade económica e dificulta a vida das comunidades rurais, nomeadamente dos produtores agrícolas que enfrentam dificuldades acrescidas no abastecimento em matérias-primas e no escoamento

► Tabela 9- Acesso à fontes de água melhorada %, 2008-2014

	2008	2014	$\Delta 08/14$
Nacional	94,20%	93,90%	-0,3%
Meio Urbano	99,50%	98,0%	-1,5%
Meio Rural	89,0%	85,8%	-3,2%

Fonte: Mics 2014

das suas produções. Algumas zonas interiores são mesmo inacessíveis a viaturas, pelo que as dificuldades económicas são agravadas pela falta de acesso aos serviços sociais, administrativos e culturais.

O acesso à água e ao saneamento, enquanto condições de base para o desenvolvimento do país e, consequentemente do sector privado, é ainda muito limitado. O Mics 2014, aponta que 94% de membros do agregado familiar tinham acesso à água melhorada, sendo 98% no meio urbano e 86% no meio rural. Mas, com respeito à água potável, embora não dispomos de dados atualizados, o acesso seguro à água potável é ainda muito baixo. Segundo os dados de 2006, cerca de 38% da população tinha acesso à água potável. No meio rural e semiurbano, a taxa de acesso à água potável foi de 12,6%, enquanto no meio urbano a cobertura de 57,2% em 2006³³. **TABELA 9**

Em 2008, apenas 26% dos santomenses tinham acesso à água canalizada nas próprias instalações. Esta proporção cresceu para quase o dobro em 2014. No entanto, a grande maioria da população ainda acede à água através de chafarizes públicos (52% em 2014). Porém, o gráfico a seguir aponta que em 2015, cerca de 80% da população santomense têm acesso à água potável, valor abaixo de Cabo Verde e Gabão, em primeira posição com cerca de 87% e em última posição está Guiné Equatorial com valores em torno de 50%. **GRÁFICO 19**

A taxa de cobertura nacional em infraestruturas sanitárias de STP que era de 31% em 2008, passou para 47% em 2014 com variações segundo o meio urbano ou rural. Em 2014, no meio rural, 36% da

população tinham acesso a infraestrutura sanitária contra 22% em 2008. No meio urbano, o acesso a infraestrutura sanitária passou de 39%, em 2008, para 53% em 2014, conforme o gráfico a seguir.

TABELA 11

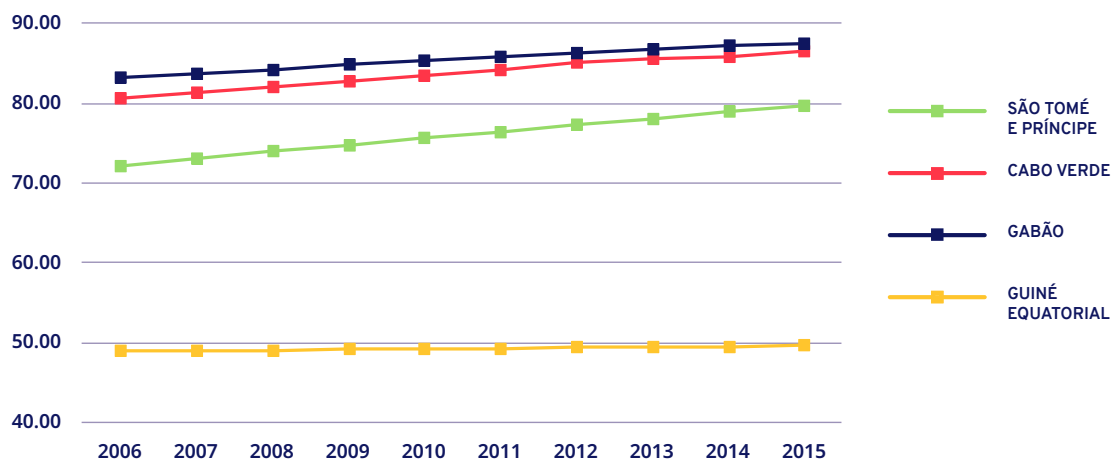
Somente a cidade de S. Tomé beneficia de um sistema embrionário de colheita de resíduos sólidos que não têm qualquer tratamento. A evacuação das águas usadas das habitações faz-se geralmente para a rua, canais ou para a natureza.

Existem grandes dificuldades no que diz respeito à gestão dos resíduos sólidos e das águas residuais, com riscos agravados de contaminação das reservas de águas subterrâneas e das superfícies. A drenagem das águas pluviais, sobretudo nas zonas urbanas, enfrenta também constrangimentos, que facilitam o desenvolvimento de doenças de origens hídricas.

A actual situação do saneamento ambiental no País, pode ser caracterizada por situações críticas, como por exemplo, em que cerca de metade da população não possui latrinas ou casas de banho, recorrendo assim a defecação ao ar livre.

A problemática do fornecimento de electricidade e do seu custo estão no centro das preocupações das autoridades nacionais e das empresas e investidores. STP é quase totalmente dependente do exterior para a produção de energia: a dependência energética do exterior é superior a 90%, o que releva a necessidade de apostar na eficiência energética, fontes alternativas e energias renováveis. A electricidade é produzida principalmente pela EMAE-Empresa Estatal de Água e Eletricidade, através de uma central a diesel, com custo unitário

► Gráfico 19- Percentagem da população com acesso básicos de água, países selecionados



Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

► Tabela 10- Acesso aos serviços de água

Países		Anos					
Acesso aos Serviços Básicos de Água		2010	2011	2012	2013	2014	2015
A percentagem de pessoas que utilizam pelo menos os serviços básicos de água. Este indicador abrange tanto as pessoas que usam serviços básicos de água como as que usam serviços de água geridos com segurança. Serviços básicos de água potável são definidos como água potável de uma fonte melhorada, desde que o tempo de recolha não seja superior a 30 minutos para uma viagem de ida e volta. As fontes de água melhoradas incluem água canalizada, furos ou poços tubulares, poços escavados protegidos, fontes protegidas e água embalada ou fornecida.	STP	75,60	76,43	77,25	78,07	78,89	79,70
	Cabo Verde	83,51	84,26	85,01	85,62	85,83	86,46
	Guiné E.	85,29	85,78	86,25	86,70	87,13	87,54
	Gabão	49,20	49,27	49,35	49,44	49,51	49,59

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 11 - Cobertura em infraestruturas sanitárias, 2008-2014

	2008	2014	Δ08/14
Nacional	31%	47%	17%
Meio Urbano	39%	53%	14%
Meio Rural	22%	36%	14%

Fonte: Mics 2014

muito elevado (o abastecimento de diesel é assegurado por uma empresa mista, com capitais do Estado e da empresa angolana SONANGOL)³⁴. A potência actual disponível não satisfaz as necessidades do consumo.

A potência total instalada em S.Tomé e Príncipe é de 29.581 KW, isto é aproximadamente 30.000KW. O problema da distribuição de electricidade é agravado pela deterioração da rede, que remonta há mais de meio século. Por outro lado, apenas 8% da energia produzida é de origem hídrica. E estima-se que mais de 80% da população são-tomense tem hoje acesso à energia.

O consumo de energia eléctrica mede a produção de diversas fontes de energia combinadas (hidroeléctrica, termoeléctrica, etc), subtraídas as perdas de transmissão, distribuição e transformação, e o próprio uso dessas fontes. Em 2014, o consumo de energia per capita mais elevado, registou-se no Gabão com 1.167,9 kWh, seguido de respectivamente Cabo Verde com 61,84 kWh, STP com 37,64 kWh e Guiné Equatorial no último com 13,69 kWh. Apenas Gabão consumiu acima da média da África subsaariana (485,72 kWh), mas todos estiveram bem abaixo da média mundial para aquele ano, de 3127,36 kWh per capita. **TABELA 12**

De acordo com o estudo do BAD (2010), os custos adicionais gerados pela insularidade são estimados em cerca de 24,5 milhões de dólares por ano, equivalentes a 14% do PIB. 4% estão directamente relacionados com as condições de importação e de exportação por via marítima, 3% com o transporte aéreo de passageiros, 4,5% com a energia e mais de 2,5% com as telecomunicações. O relatório salienta que estes custos adicionais são

ainda mais gravosos para a ilha do Príncipe que sofre de dupla insularidade, patente nas péssimas condições das infraestruturas, na dificuldade de acesso aos recursos orçamentais e à ajuda internacional, com impacto negativo no custo de vida.

Relativamente às infraestruturas portuárias, estas estão sob a administração da ENAPORT, a autoridade nacional para a administração portuária. O país é servido por um único porto marítimo, o porto de São Tomé, localizado na Baía de Ana Chaves, que não permite a atracagem de navios de calado superior a 3,5 metros. Ainda São Tomé, na zona portuária de Neves, existe uma infraestrutura de armazenamento de combustível.

A ilha do Príncipe é servida por uma ponte-Cais, situada na Baía de Santo António, que está equipada apenas com um camião-grua. Este cais encontra-se em estado avançado de deterioração e não permite a atracagem de navios de calado superior a 1,7 metros, o que inviabiliza a realização de operações directas de carga e descarga.

O porto de Ana Chaves concessionado a uma empresa angolana, quer a sua gestão quer os investimentos prometidos ainda, ainda não se concretizaram até ao momento. Por materializar estão, também, a construção de um porto de águas profundas em Fernão Dias.

Em termos de aeroportos, existem um aeroporto internacional em S. Tomé, com uma pista de 2220 metros de comprimento (acolhe semanalmente aeronaves tipo 767-300Er, Airbus 310 e/ou 321 Neo) e um outro na ilha do Príncipe com uma pista de 1750 metros, que pode acolher aeronaves tipo ATR 42.

34 BAD.2015.Estratégia de Desenvolvimento do Sector Privado. S. Tomé e Príncipe

► Tabela 12 - Consumo de electricidade (KWh) por habitante, países seleccionados

Países	2014
Sao Tome e Principe	37,60
Cabo Verde	61,84
Gabão	1167,85
Guiné Equatorial	13,69
África Sub-Sahariana	485,72
Mundo	3132,15

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators

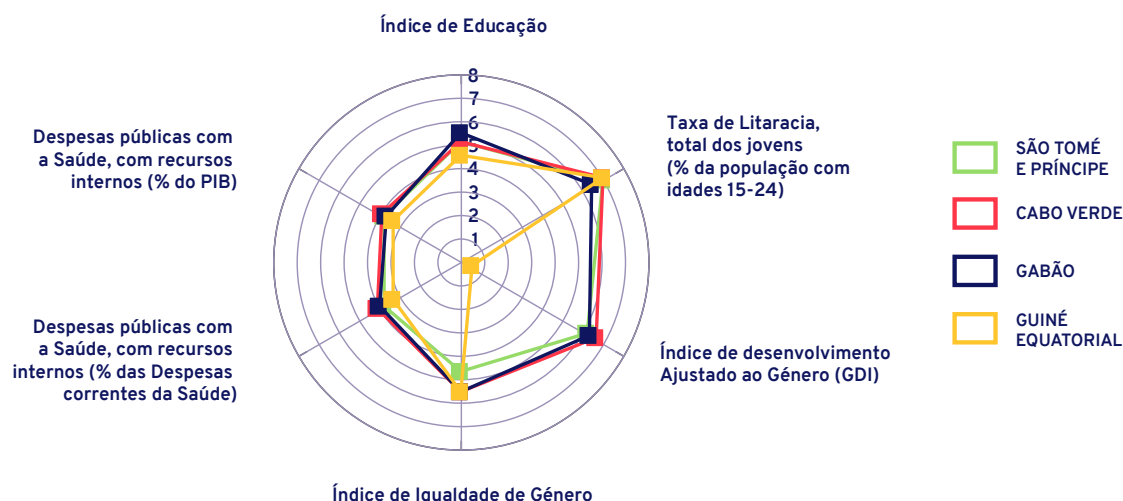
Os voos internacionais são em número reduzido - pouco mais de dez voos semanais – e operados pelas companhias estrangeiras.

Ao nível das infraestruturas de telecomunicações, a ligação de São Tomé e Príncipe ao exterior feita através de cabo de fibra óptica (2013), permitiu ganhos substanciais, quer em termos de qualidade de serviços disponíveis (nomeadamente introdução de internet de banda larga) quer em termos de preços. O preço de acesso à internet via smartphones foi reduzido substancialmente, a tarifa média mensal da internet caiu cinco vezes, os preços de aquisição de equipamentos de banda larga (routers e pen drives) foram reduzidos substancialmente. Isto deveu-se ao aumento da utilização da internet via smartphones e também ao surgimento de mais lojas de venda desses produtos (telemóvel, pen drives, etc), alavancando, desta forma, a rápida penetração da internet entre a população, que aumentou de 2,5% em 2012 para 13% em 2014 ³⁵.

35 BAD.2015.Estratégia de Desenvolvimento do Sector Privado. S. Tomé e Príncipe

► 4. Elementos sociais

► Diagrama 5: Indicadores Sociais



Observação: os valores para os indicadores individuais apresentados no gráfico acima foram harmonizados para melhor apresentação e formatados para que, quanto mais distante do centro estiver um ponto de dados, melhor o desempenho do país nesse sentido. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- O governo santomenes reconhece a necessidade de melhorar o ambiente de negócios e tem criado iniciativas nesse sentido, como o estabelecimento do Guihé Único das Empresas, a criação da legislação sobre microfinanças..
- Os desafios que as Micro e PMEs enfrentam estão relacionados com a tributação, qualificação da mão-de-obra, infraestrutura, acesso aos serviços financeiros, acesso aos mercados, burocracia excessiva e capacidades institucionais insuficientes.
- A pobreza no país tem forte componente de género: as mulheres são em maior número, com uma boa parte no mercado informal e são as que possuem menos acesso aos serviços financeiros.
- A alta vulnerabilidade de STP face aos choques externos, associadas aos efeitos negativos das mudanças climáticas, torna-se ainda mais vulnerável, afetando ainda mais as populações mais vulneráveis e as PMEs.
- O governo santomense tem realizado reformas no sistema de proteção social para aumentar o seu alcance.

4.1. Cultura empresarial

Cultura empresarial, como um conjunto de valores, hábitos e crenças compartilhados por seus integrantes e que auxiliam na tomada de decisão e no monitoramento das ações de cada empresa.

O setor privado de STP é pequeno, compreendendo principalmente microempresas informais. De acordo com o último perfil do setor privado (2013) do BAD, o setor privado de STP compreendia 1.373 empresas, empregando 18.123 pessoas, o que representa uma média de 13 funcionários por empresa, principalmente no

comércio, seguido pela indústria e produção de energia. A maioria das empresas é pequena e informal com poucos funcionários.

As empresas maiores (com pelo menos 20 funcionários) empregam 83% do total força de trabalho e geram a maioria dos negócios no setor privado³⁶. Não obstante as pequenas iniciativas na indústria privada local de hoje, existe potencial no setor de agronegócio e Economia Azul para transformar, agregar valor aos produtos locais e atender às necessidades de consumo local. A indústria do turismo também oferece oportunidades para aumentar a agregação de valor das principais culturas do país, café e cacau, como exige turistas para produtos de alta qualidade.

O ambiente de negócios pouco favorável em São Tomé e Príncipe tem dificultado a redinamização de setores, como a agricultura, a pesca, a indústria e o turismo. Além disso, a falta de grandes e/ou médias empresas representa mais dificuldades para o crescimento das pequenas empresas bem como o aumento da sua competitividade.

Porém, é importante salientar que, em 2012, o desemprego apresentava uma taxa de 13,6%, da qual 19,7% diziam respeito às mulheres e 9,3% aos homens, afetando muito mais jovens com menos de 34 anos (quase 60% dos desempregados). Para a faixa etária de 15-24 anos, a taxa de desemprego foi estimada em 32,7% (INE 2012). É ainda de referir que o desemprego, ao resultar do desequilíbrio entre a oferta e a procura de emprego, o desemprego em S. Tomé e Príncipe é afetado duplamente, sendo do ponto de vista quantitativo (a incapacidade da economia em criar empregos) e qualitativo (incompatibilidade entre a formação e o emprego), podendo ser resumido em prevalência de agricultura de subsistência.

Daí, cerca de 75,7% da população activa operar no sector informal, que pode constituir um ambiente de negócio propício ao desenvolvimento de Pequenas Médias Empresas (PMEs).

4.2. Educação, capacitação e formação contínua

Expandir as capacidades das pessoas por meio de educação de alta qualidade, capacitação e aprendizagem ao longo da vida e cultivar uma força de trabalho qualificada são elementos importantes para garantir altos níveis de produtividade para as empresas e a força de trabalho. Investimentos em infraestrutura física, bem como desenvolvimentos em outros setores económicos, exigem uma força de trabalho educada e qualificada para que possa gerar altos retornos. Daí, que há toda a necessidade de haver actualização contínua de conhecimentos para uma melhor performance das empresas e instituições.

São Tomé e Príncipe, através do Ministério encarregue pela área de Educação, em 2012, elaborou a uma Carta de Política Educativa³⁷ com visão até 2022, para responder aos importantes desafios colocados ao sistema educativo santomense e oferecer aos decisores nacionais e aos parceiros de desenvolvimento, uma base sólida e credível, de médio e longo, para tomada de decisões. Do diagnóstico feito ao sistema educativo Santomense constatou-se que, globalmente, alguns progressos foram alcançados, particularmente nos domínios de acesso e da equidade. Entretanto, nos domínios da eficiência e qualidade do ensino, da gestão escolar e da formação do corpo docente ainda há muito a fazer..

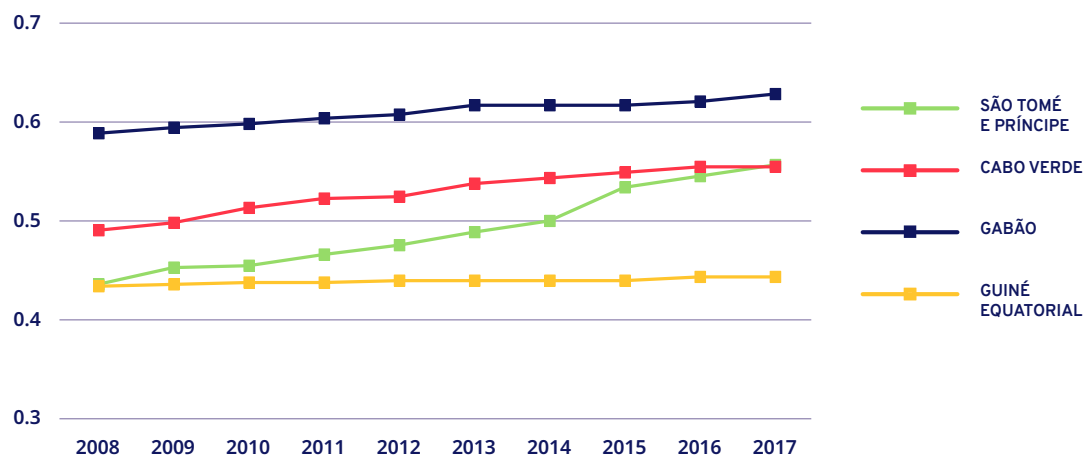
Dos anos 90 à actualidade, o sistema educativo santomense, no que concerne ao ensino obrigatório, expandiu de 4 anos de escolaridade obrigatória (cf. Decreto-Lei nº 53/88), para a 6 anos (Lei nº 2/2003) e a obrigatoriedade escolar é atualmente de 9 anos, de acordo com a Lei nº 4/2018 em vigor.

A recém Lei de Base do Sistema Educativo de S. Tomé e Príncipe estabelecido através da Lei nº 4/2018, publicado no Diário da República nº 14 de 18 de Fevereiro de 2019, resultou dos novos desafios que vinham sendo impostos ao sistema educativo ao longo dos anos, em termos da sua reestruturação e uma nova organização, que já se encontravam de certo modo desajustados a

36 AfDB. 2018. Republic of São Tomé and Príncipe. Country Strategy Paper 2018-2022

37 Carta de Política Educativa. S. Tomé e Príncipe. Visão 2022

► Gráfico 20-índice de educação, países seleccionados



anterior Lei n.º 2/2003, de 02 de Fevereiro (Lei de Bases do Sistema Educativo). **GRÁFICO 20**

Assim sendo, embora a nova Lei em vigor mantenha os princípios gerais e organizativos do Sistema Educativo estabelecidos na lei anterior, definindo a universalidade e a obrigatoriedade para a Pré-Escolar e a idade de ingresso no Ensino Básico, ela altera a estrutura dos Ensino Básico e Secundário, passando a 7.ª, 8.ª e 9.ª classes a constituir o 3.º ciclo do Ensino Básico, enquanto que, na Lei antecedente, estas classes constituíam o 1º ciclo do ensino secundário, define a possibilidade de alargamento progressivo da escolaridade obrigatória; reorganiza e clarifica a informação relativa ao funcionamento do Ensino Superior; introduz, no quadro das modalidades especiais da Educação Escolar, o Ensino Vocacional e o Ensino das Línguas Nacionais e, a nível da Educação Extra-Escolar, a Educação Parental; clarifica as questões da qualificação para a docência e dos diferentes tipos de formação de professores; e, por fim, a nível da administração do Sistema Educativo e, mais especificamente, das estruturas de monitorização e apoio, destaca o serviço de Supervisão Pedagógica ³⁸.

Deste modo, o Sistema Educativo santomense compreende os seguintes níveis: pré-escolar, escolar, extra-escolar.

A Educação Pré-Escolar é de frequência obrigatória e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 4 e 5 anos. Ela é oferecida por instituições públicas, privadas como ONGs e organizações comunitárias, mas tutelada pelo Ministério encarregue pela área da Educação.

A Educação Escolar compreende os Ensinos Básico, Secundário e Superior, integrando ainda modalidades especiais e as actividades de ocupação de tempos livres.

A Educação Extra-Escolar engloba a alfabetização, a pós alfabetização, actividades de actualização cultural e científica, a reconversão e o aperfeiçoamento profissionais, realizando-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal. O Sistema Educativo integra ainda a componente de formação técnico-profissional e articula-se com o Sistema Nacional de Formação e Aprendizagem Profissional.

O Ensino Básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos (1ª à 4ª classes), o 2.º de dois anos (5ª e 6ª) e o 3.º de três anos (7ª à 9ª) e é universal, obrigatório e gratuito com duração de nove anos.

O Ensino Secundário é constituído por um ciclo de três anos, que integra a 10.ª, a 11.ª e a 12.ª classes.

38 Lei de Base do Sistema Educativo de S. Tomé e Príncipe. Lei n.º 4/2018

Tem acesso a qualquer curso do Ensino Secundário quem tenha completado com aproveitamento o Ensino Básico. O ensino secundário organiza-se em duas vias: Via do Ensino Geral, preparatória para o prosseguimento de estudos, estruturada em áreas de estudo; e Via Profissionalizante, orientada para a vida activa e para a integração no mundo do emprego e do trabalho, estruturada em cursos.

O Ensino Superior compreende o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico. O Ensino Universitário visa, através da promoção da investigação da criação do saber, assegurar essencialmente uma sólida preparação científica, técnica e cultural dos indivíduos. O Ensino Politécnico visa, através da promoção da investigação aplicada e de desenvolvimento, proporcionar aos indivíduos conhecimentos científicos de índole teórica e prática e uma sólida formação cultural e técnica de nível superior. S. Tomé e Príncipe possui atualmente 4 instituições de ensino superior, sendo 1 pública (USTP - Universidade de S. Tomé e Príncipe com 29 cursos de graduação, nas seguintes áreas: agronomia, biologia, direito, economia, engenharia informática, física, geografia, gestão de empresa, história, línguas francesa e portuguesa, matemática, química relações públicas e comunicação, turismo, educação de infância, educação básica, expressões, humanidade, ciências, gestão de administração de serviços de saúde e enfermagem.) e 3 privadas (1 - IUCAI - Instituto Universitário de Constabilidade, Administração e Informática com 11 cursos de graduação, nas seguintes áreas: direito, ciência política e administração, gestão bancária financeira e seguradora, organização e gestão de empresa, contabilidade, fiscalidade e auditoria, economia e gestão petrolífera, economia, informática e gestão de empresa, engenharia e construção civil e engenharia de telecomunicações e informática, engenharia agrónómica, turismo, engenharia do ambiente e Assessoria da Direção; 2 - ULSTP – Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe com 4 cursos de graduação, nas seguintes áreas: relações internacionais, direito, ciências económicas e

gestão; e Universidade de Évora com 9 cursos de pós-graduação e mestrados, a saber: mestrados em supervisão, economia, matemática, gestão e marketing, administração, educação e supervisão pedagógica, pós graduação em inspecção e doutoramento em ciências de educação.

Cerca de 38,3% da população santomense é composta por crianças entre 0 e 14 anos e aproximadamente 20,3% da população é formada por jovens de 15 a 24 anos ³⁹. O nível educacional da população é considerado satisfatório, quando comparado com o da África subsaariana e da África em geral. Em 2018, a taxa de alfabetização em S. Tomé e Príncipe rondava os 90% e a população escolarizável (0 à 24 anos) era 109.706 e desta, 71.620 escolarizada (cerca de 65%) ⁴⁰. Se considerarmos a população escolarizável na idade compreendida entre 6 e 24 anos, cujo número é de 80.062, a população escolarizada passa a ser de 59.748, o que representa cerca de 75%. Estes indicadores mostram que o nível de educação em S. Tomé e Príncipe é considerado bom. Porém, em termos de disposição de mão de obra qualificada para o mercado trabalho é muito reduzida. Os dados disponíveis do efetivo escolar em 2018, indicam que de um total de 68.061 alunos (excluindo pré escolar), apenas 676 (1%) são do ensino técnico profissional e 4.159 (6%) do ensino superior. Este resultado aponta que as autoridades santomenses têm um enorme desafio pela frente no que concerne formação dos santomenses para o mercado de trabalho. O ensino técnico profissional⁴¹, considerado como uma alavanca importante no processo de desenvolvimento de STP é ainda pouco desenvolvido. O ensino superior, não somente é caro e selectivo mas sobretudo expensivo. O essencial da formação faz-se no exterior do País com custos bastante elevados para o Estado. No ano lectivo último de 2018/2019, o Estado desembolsou acima de 600.000 Dólares americanos com os estudantes no exterior, contra cerca de 300.000 Dólares americanos com os estudantes internos. A grande aposta do governo neste segmento de ensino, é a realização do ensino superior internamente,

39 <https://www.ine.st/index.php/component/phocadownload/category/51-demograficas>, acesso em 3 de outubro de 2019

40 Boletim de Estatísticas. 2018. Ministério de Educação e Ensino Superior de STP. Direção Geral de Planeamento e Inovação Educativa

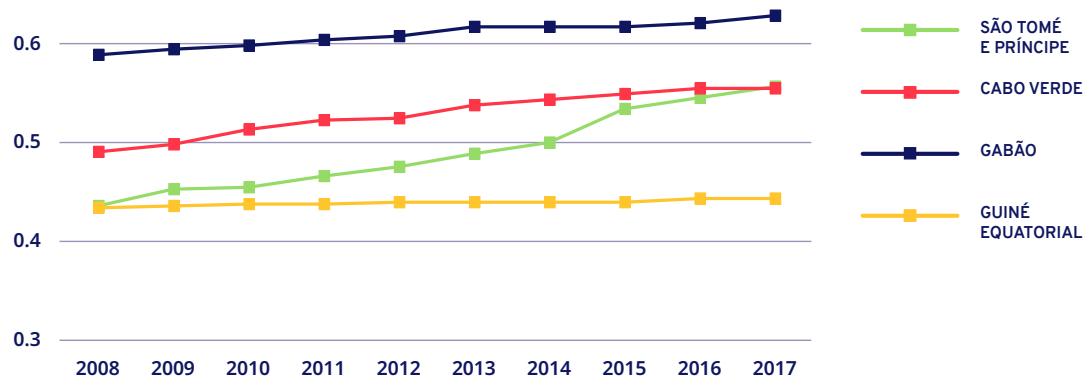
41 https://www.africanos.eu/images/publicacoes/multimedia/PAG66_03.pdf

► Tabela 13-Evolução de alguns indicadores de Educação

Indicadores	Nível de Ensino	2015/2016	2016/2017	2017/2018	Meta (2018)
Taxa bruta de escolarização	1ª à 6ª classes	115%	118,1%	119%	116%
	7ª à 9ª classes	114%	122,5%	107%	120%
Taxa de promoção	1ª à 6ª classes	85%	87%	88%	89%
	7ª à 9ª classes	75%	68%	63%	84%
Taxa de repetência	1ª à 6ª classes	14%	11,6%	10%	9%
	7ª à 9ª classes	20%	29%	23%	11%
Taxa de abandono	1ª à 6ª classes	1%	1,5%	2%	2%
	7ª à 9ª classes	5%	3%	14%	5%
Professores com formação pedagógica	1ª à 6ª classes	29%	26%	31%	70%
	7ª à 9ª classes	44%	44%	40%	70%

Fonte: Mics 2014

► Gráfico 20-Índice de educação, países selecionados



Source: Enquête EESE RCA

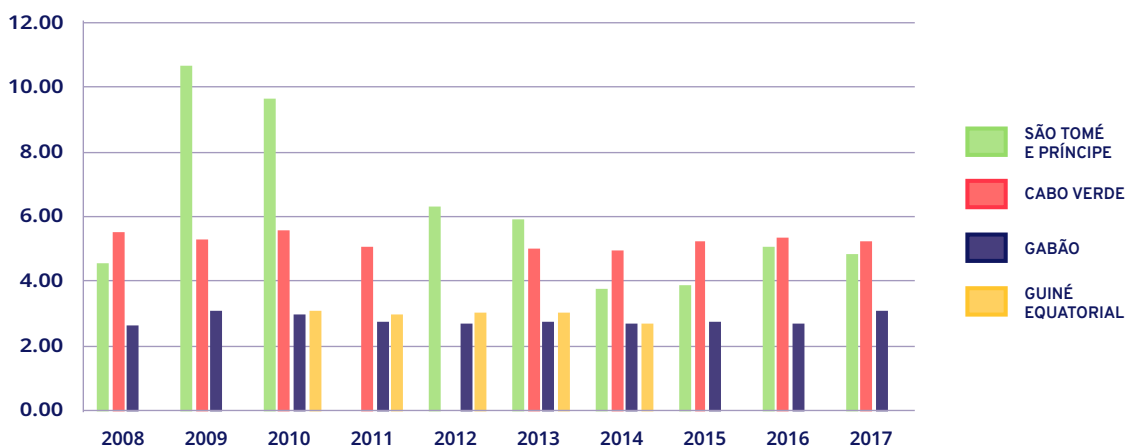
invertendo a actual tendência de formação feita essencialmente no exterior.

Porém, a qualidade de mão-de-obra resulta por sua vez da qualidade do nível de ensino, que é determinado pela qualidade do ensino básico. Assim, é importante neste âmbito considerar também os

indicadores do ensino básico de 1ª à 9ª classe, conforme apresentados na tabela a seguir.

O registo da evolução dos indicadores de educação apresentado na tabela a seguir mostra que a educação em S. Tomé e Príncipe, em termos globais, aparentemente está bem. Porém, a sua observação mais cautelosa indica que o nível de

► Gráfico 22-Despesas públicas na educação (em milhões de USD), países selecionados



Fonte: PNUD – Relatórios de Desenvolvimento Humano

1ª à 6ª classes é considerado bom, mas de 7ª à 9ª classes é menos bom face aos objetivos que se havia preconizado para 2018 ⁴², particularmente no que respeita às taxas de repetência e de abandono. A explicação para estes casos está ligada à carência de professores qualificados, à gravidez precoce, à distância de casa para a escola, à necessidade dos alunos em ajudar a família com afazeres domésticos e com o sustento, ao desinvestimento no setor de educação que se vem registando nos últimos anos com a redução de ajudas internacionais ao setor de educação, entre outros. A título de exemplo, em 2009, o valor total das despesas públicas com a educação representava cerca de 10% do PIB e em 2017, este indicador caiu para menos de metade (4,9% do PIB) ⁴³.

TABELA 13

Considerando o Índice de Educação, que mede o nível de escolaridade com base na taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos básico, secundário e terciário numa escala de 0 a 1, em que os valores mais altos indicam o melhor desempenho, conforme o gráfico a seguir, no quadro dos países selecionados,

o Gabão apresenta-se na primeira posição com a maior pontuação, seguido de Cabo Verde, STP vem a seguir na terceira posição em média (mas em 2017 esteve ao mesmo nível de Cabo Verde, com a cifra de 0,55) e Guiné Equatorial na última.

GRÁFICO 21

Os dados sobre as “Despesas públicas em educação”, que representam a administração pública na educação (corrente, capital e transferências) são expressos como percentagem do PIB, e inclui as despesas financiadas por transferências de fontes internacionais. Estes dados demonstram que STP diminuiu de 2012 (6,34%) a 2014 (3,75%), aumentando até 2016 (5,08%), mas voltou a diminuir em 2017 (4,86%). Cabo Verde apresenta-se com valores médios em torno dos 5% ao longo destes anos, Guiné Equatorial com cerca de 3% do PIB de 2012 a 2014.

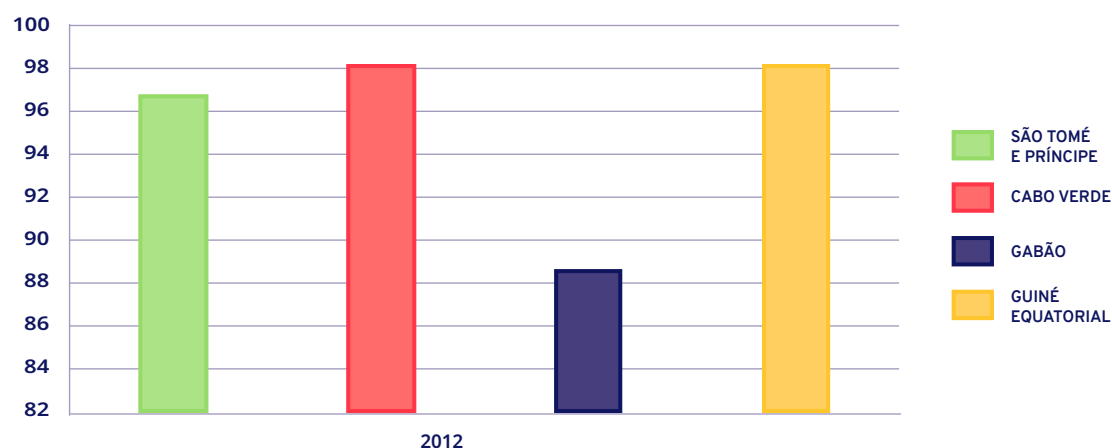
GRÁFICO 22

A baixa qualidade de escolaridade da população leva a uma grande falta de mão de obra qualificada para empregos mais estáveis e para oportunidades de trabalho e de empreendedorismo advindas do investimento estrangeiro. Desta

42 Boletim de Estatísticas. 2018. Ministério de Educação e Ensino Superior de STP. Direção Geral de Planeamento e Inovação Educativa

43 <https://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS>, acessado em 3 de outubro de 2019.

► Gráfico 23- Taxa de literacia juvenil, países seleccionados



Source: Enquête EESE RCA

forma, muitas empresas empregam técnicos estrangeiros nos mais variados sectores em S.Tomé e Príncipe em detrimento dos nacionais, forçando o País, através da Lei nº 6/2019 de 11 de Abril sobre o Código de Trabalho, a fixar uma quota obrigatória mínima de 20% de trabalhadores nacionais para os cargos de direcção/chefias que as empresas estrangeiras devem ter ao seu serviço, independentemente de também estabelecer de que a admissão do trabalhador estrangeiro só pode se efetuar para as áreas cujas qualificações nacionais não existem ou sejam insuficientes.

Em termos de taxa de literacia juvenil, nos países seleccionados, o gráfico a seguir indica que, em 2012, todos os países seleccionados estão quase no mesmo patamar com taxas rondando os 97% e 98%, com a exceção de Gabão que apresenta valores em torno de 88%. **GRÁFICO 23**

Daí que, para melhorar o desempenho do actual sistema educativo e o nível de literacia juvenil, em termos da qualidade e da eficiência do sistema educativo, da formação e capacitação do corpo docente, da gestão escolar, e enfim, do desenvolvimento de um ensino superior e técnico-profissional de qualidades e adaptados às necessidades do país, o Governo, para enfrentar este grande desafio, continua a contar com o apoio de parceiros de desenvolvimento, como Brasil, Portugal, entre outros.

4.3. Justiça social e inclusão social

Em São Tomé e Príncipe, o aprofundamento do Estado de direito democrático passa por reorganizar o Estado no seu todo, fortalecer a democracia, reforçar as instituições no plano nacional, regional e autárquico e desta forma criar capacidade do país para preservar a sua “soberania, a operacionalidade da acção do Estado e salvaguardar a liberdade individual, a vontade popular, a justiça social, a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos”. Assim, a política de inclusão social deve ter suma importância na medida em que deve ser garantido a todos os indivíduos independentemente da sua cor ou raça, de sua condição física, social e económica os direitos básicos instituídos na constituição da República democrática de São Tomé e Príncipe.

O período de crescimento económico em S. Tomé e Príncipe, registado em média na ordem dos 4% nos anos mais recentes, não traduziu necessariamente em maior desenvolvimento económico e social. O País continua a sofrer da pobreza absoluta, apesar de declínio na taxa de pobreza relativa. Os dados de INE 2012 indicam que taxa de pobreza de STP aumentou de 60% em 2010 para 66,2% em 2012, enquanto que a taxa de pobreza relativa caiu de 53,8% para 49,6% no mesmo período. Os dados do Banco Mundial sobre o coeficiente de GINI, indicam que as desigualdades de

renda, medidas pelo coeficiente de Gini, em STP, Cabo Verde e Gabão, eram de respectivamente 30,8 em 2010, 47,2 em 2007 e 38 em Gabão em 2017.

Os níveis de pobreza e desigualdade permanecem e continuam a ser uma enorme preocupação. De acordo com o INE, 13,6% das pessoas no país estão desempregadas, das quais 59% são mulheres e homens 41%. Esta situação reflete os desafios que as autoridades enfrentam na criação de mecanismos adequados para a criação de emprego, bem como do espírito empresarial e de desenvolvimento de competências ⁴⁴. Cerca de 66% das pessoas têm uma despesa anual per capita inferior a 10,9 mil Dobras, aproximadamente 0,50 USD (a linha de pobreza estimada para o país em 2010) e gastam menos de 30,00 Dobras por dia. O crescimento urbano não tem representado uma fonte significativa de trabalho para trabalhadores rurais. Ao considerarmos a abordagem da pobreza absoluta, os distritos mais distantes da capital representando apenas cerca de 19% da população total, situados na zonas Norte (Lembá), Sul (Caué) e a Região Autónoma de Príncipe são os que apresentaram maior índice de pobreza, seja superior a 70%. Os distritos de água Grande, Mé-Zóchi e Lobata, mais próximos da capital, que hospedam cerca de dois terço da população, apresentaram taxas inferiores a 70% ⁴⁵.

Em termos de desenvolvimento humano, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2017 do PNUD, o país situou-se em 143ª posição dos 189 países e territórios totais ⁴⁶. Apesar disso, o relatório mostra que houve entre 1990 e 2017 melhoria geral no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando de 0,453 para 0,589, um aumento de 130% no período. O IDH, ao ter como base as três dimensões da vida humana, a saber: a saúde (aliada a longevidade), a qualidade de vida (medida em rendimento nacional bruto per capita) e a educação, os valores apresentados em 2018 para S. Tomé e Príncipe, no relatório do desenvolvimento humano da ONU, foram respetivamente os

seguintes: 67 anos, 3.053 dólares americanos por habitante e 6,3 anos de escolaridade dos 12,5 anos expetáveis. O mesmo documento faz referência ainda de que S. Tomé e Príncipe é um dos países em que os professores estão menos preparados para ensinar as crianças. E é um dos quatro países do mundo em que menos de 30% dos professores beneficiam de formação de preparação (27%) ⁴⁷.

A pobreza possui um forte coponente de género. Apesar das realizações alcançadas em termos de equidade de género, os desafios permanecem relativamente à integração das mulheres em todos os setores da economia. São Tomé e Príncipe adotou uma Estratégia de Género em 2007, seguido do estabelecimento em 2008 do Instituto de Promoção de Género e pela adoção da Estratégia de Género 2013-2017. As mulheres em S. Tomé e Príncipe representam 62,5% da população urbana desempregada, contra 37,5% dos homens. As mulheres são empregadas principalmente nos setores terciários. Cerca de 59% das mulheres trabalham no comércio tradicional e tradicionalmente menos ativos no setor agrícola do que os homens, que representam 66% da população em áreas rurais.

A disparidade de género persiste, apesar da estrutura legal existente que defende a problemática da igualdade de género. As mulheres continuam a ser o grupo mais vulnerável, por causa do seu status social mais baixo. Em termos de política de representação sócioeconómica, apenas 18% das dos assentos no parlamento são ocupados pelas mulheres, abaixo dos 30% estipulados na lei nacional.

Assim como a pobreza, a violência doméstica também está estreitamente vinculada à desigualdade de género no país. De acordo com os dados do Inquérito demográfico e sanitário 2008-2009, 1/3 das mulheres já tinha sido vítima de violência física, desde a idade de 15 anos, com a prevalência nas idades compreendidas entre os 25 e 29 anos ⁴⁸. Em, 2018, a violência doméstica fez 7 vítimas mortais, a mesma cifra observada em 2017, não

44 www.africaneconomicoutlook.org. 2017. São Tomé e Príncipe. Da Gama, F. Sanoussi, I.

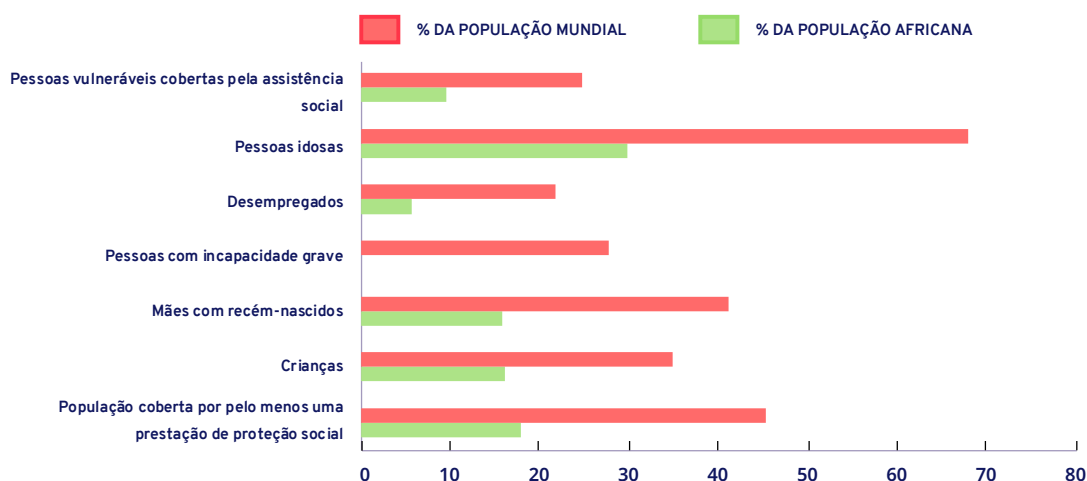
45 INE. 2011. Profil de la Pauvreté a São Tomé et Principe en 2010

46 PNUD, 2017. Human Development Indicators

47 <https://www.dn.pt/lusa/sao-tome-e-principe-sobe-em-avaliacao-de-desenvolvimento-humano-da-onu-9846165.html>. Acesso em 3 de outubro de 2019

48 Inquérito demográfico e Sanitário (IDS STP 2008-2009)

► Gráfico 24: Estimativas de cobertura da protecção social – mundial e africana, por grupo populacional (percentagem)



Fonte: OIT. Relatório mundial sobre Protecção Social. 2017-2019

obstante se registar neste último mais 45 vítimas do que o observado em 2018 (681 vítimas) ⁴⁹. A maioria das vítimas de violência doméstica são as mulheres, sejam crianças, adultas ou idosas. Aliás, o mais recente relatório do Departamento do de Estado nort-americano sobre os direitos humanos, ressalta que existem amplos relatos sobre a violência doméstica, mas sem dados de processos judiciais ou julgamentos, com destaque para a violência contra as mulheres ⁵⁰.

4.4. Protecção social adequada

Proporcionar aos cidadãos o acesso aos serviços essenciais, como assistência médica de qualidade, seguro-desemprego, protecção à maternidade e pensão básica, é fundamental para melhorar a produtividade. Proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores no local de trabalho também é vital

para o desenvolvimento empresarial sustentável e os ganhos de produtividade.

A declaração universal dos direitos humanos ⁵¹ reconhece o direito de todas as pessoas à segurança social e existe um consenso crescente sobre os benefícios que uma boa cobertura de protecção social pode providenciar. No entanto, as estimativas mundiais mostram que apenas uma parte da população tem a cobertura de protecção social adequada. **GRÁFICO 24**

Países de todo o mundo estão envolvidos num debate sobre como adaptar os seus sistemas de protecção social para dar respostas às necessidades das populações envelhecidas, as exigências globalização e as mudanças das condições económicas e do emprego.

Na última década, São Tomé e Príncipe deu passos importantes para concentrar os esforços não somente em prol do crescimento económico, mas

49 <https://stpdigital.net/2019/03/25/sao-tome-e-principe-violencia-domestica-fez-7-vitimas-mortais-em-2018/>
Aceso em 3 de outubro de 2019

50 <https://www.dn.pt/lusa/relatorio-dos-eua-destaca-violencia-domestica-e-das-autoridades-em-sao-tome-e-principe-10676195.html>

51 OGE 2019

também em medidas para a redução da pobreza e da exclusão social ⁵².

A primeira Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, que assinalava a vontade política de implementar medidas conducentes a um maior nível de desenvolvimento humano da população são-tomense, cuja avaliação em 2012, concluiu que a proteção social não era frequentemente utilizada como instrumento de políticas sociais – o que constituía ainda um campo a explorar – recomendou, no quarto pilar da segunda Estratégia, lançada ainda em 2012, o fortalecimento da coesão e proteção social através do desenvolvimento de um sistema mais sólido e integrado.

A proteção social em S. Tomé e Príncipe, que se baseia na Lei nº 7/2004 “Lei de Enquadramento da Proteção Social”, considera três categorias: a Proteção Social da Cidadania, que não requer contribuição; a Proteção Social Obrigatória, financiada por trabalhadores e contribuições dos empregadores; e a Proteção Social Complementar, que é facultativa àqueles que possuem cobertura obrigatória ⁵³.

O sistema de Proteção Social da Cidadania, cuja característica é a de Não Contributiva, é tutelado pelo Ministério do Emprego e Assuntos Sociais através da Direção de Proteção Social e Solidariedade (DPSS). A DPSS procura atender as pessoas ou famílias em situações de risco e/ou em níveis graves de pobreza. O financiamento da proteção social de cidadania é realizado através do tesouro público e doações. Estas incluem de organizações internacionais, outros países e nacionais.

O sistema de Proteção Social Obrigatória, cuja característica é a Contributiva, é também tutelado pelo Ministério do Emprego e Assuntos Sociais, mas através do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), assegura prestações para saúde, maternidade, invalidez, velhice, morte, funeral, riscos profissionais e destina-se aos trabalhadores por conta própria e de outrem. Este regime é financiado pelas contribuições dos empregados e

empregadores, juros e dividendos sobre aplicações das reservas do INSS.

O sistema de Proteção Social Complementar, é assegurado pelas seguradoras, associações, entre outras instituições, e reforça e complementa a Proteção Social Obrigatória. Os beneficiários são os inscritos na Proteção Social Obrigatória.

Em termos de gestão dos programas inerentes à Proteção Social da Cidadania, é o Ministério do Emprego e Assuntos Sociais, através da Direção de Proteção Social e Solidariedade (DPSS), que gere os programas, como por exemplo, o programa de Mães Carenciadas, que garante transferências monetárias às mães com três ou mais filhos em idade escolar. O montante mensal pago por família é de 133,33 dobras (5,4 EUR), transferido a cada três meses na condição de que a mãe mantenha os filhos na escola, de acordo com a Política e Estratégia Nacional de Proteção Social. Além disso, a DPSS também implementava, até 2013, um programa de microcrédito para mulheres, o qual concedia créditos entre STD 2.500,00 (EUR 102) e STD 5.700,00 (EUR 233), com uma cobertura a rondar 610 mulheres; por outro lado, Ministério da Educação gere os programas sobre a alimentação para jardins de infâncias e creches, transporte escolar, sensibilização dos jovens sobre saúde sexual e reprodutiva, bolsas de estudo no país e no exterior⁵⁴. A maioria dos programas não contributivos em São Tomé e Príncipe destinam-se a educação e nutrição das crianças.

A taxa de contribuição do regime obrigatório da proteção social está fixada em 10%, sendo repartida em 6% para a entidade empregadora, e 4% para o empregado. No que diz respeito à proteção social obrigatória e à proteção social complementar, a administração é da competência do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que gere os programas, como Proteção à maternidade; Pensão para riscos profissionais; Pensões de invalidez, velhice e morte; Subsídio para funeral; Compensação dos encargos familiares. O Seguro de Saúde será implementado futuramente.

52 https://www.usp2030.org/gimi/RessourcePDF.action;jsessionid=yCHQEeo-6GJW7t5V3rYoXRphapy_17X5Tk2DD-ugShb76BLkUv_e!-692971084?id=55390

53 Lei nº 7/2004 - Lei de Enquadramento da Proteção Social, de 4 de novembro.

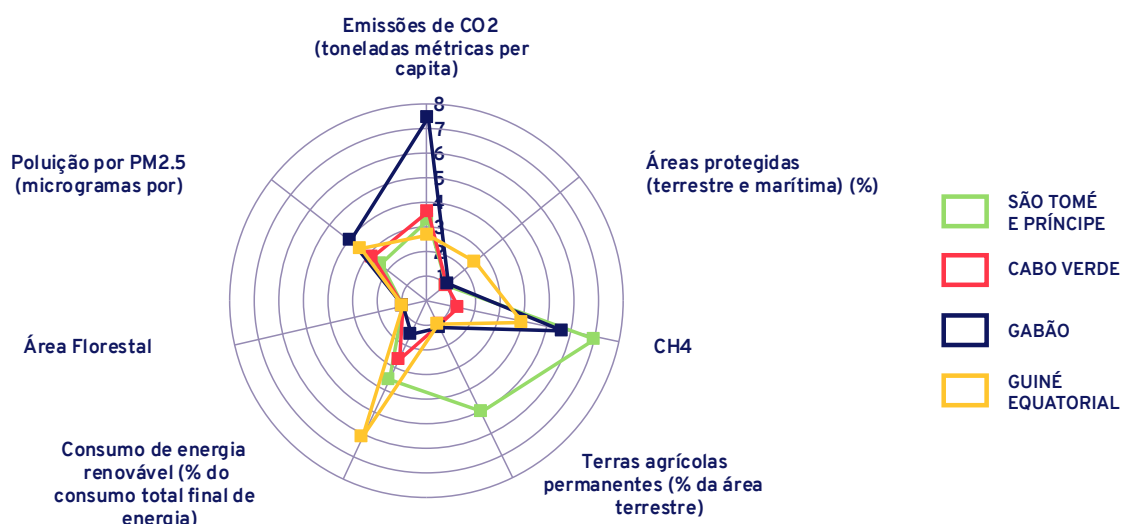
54 https://www.usp2030.org/gimi/RessourcePDF.action;jsessionid=yCHQEeo-6GJW7t5V3rYoXRphapy_17X5Tk2DD-ugShb76BLkUv_e!-692971084?id=55390

Porém, o Decreto-Lei nº 25/2014, publicado no Diário da República nº 183 de 31 de Dezembro, que veio regular a Proteção Social Obrigatória, inovou em relação ao estabelecido anteriormente na Lei nº 7/2004 sobre o Enquadramento da Proteção Social, na medida em que i) instituiu o poder do INSS para a recuperação executiva das dívidas, bem como o procedimento a seguir para tal fim, ii) revogou expressamente a anterior Lei nº 1/90 (Lei da Segurança Social); iii) Determinou o aumento do

montante das prestações mediante a adopção de novas regras de cálculo; iv) Determinou o aumento da taxa contributiva de 10% para 14%, sendo 8% para os empregadores e 4% para os empregados. A aplicação da nova taxa ainda se encontra em negociações entre os parceiros sociais para a sua efetiva aplicação; v) Regulamentou o regime de proteção social dos trabalhadores independentes, integrado no sistema obrigatório.

5. Elementos ambientais

► Diagrama 5: Indicadores Ambientais



Observação: os valores para os indicadores individuais apresentados no gráfico acima foram harmonizados para melhor apresentação e formatados para que, quanto mais distante do centro estiver um ponto de dados, melhor o desempenho do país nesse sentido. Os valores originais dos indicadores estão incluídos nos capítulos.

- Grande parte da população santomense depende do ambiente para garantir os seus meios de subsistência diários, o que resulta em ampla degradação ambiental.
- Insularidade, mudanças climáticas, com impacto em estações secas prolongadas, chuvas intensas e aumento do nível do mar, constituem vulnerabilidades consideráveis para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.
- O desmatamento causado por extração de madeira, falta de supervisão e maus-tratos florestais é uma ameaça à biodiversidade.
- A erosão costeira causada pela extração desordenada de areia para a construção e a elevação do nível do mar, põe em risco as comunidades costeiras e afeta os principais setores da economia, principalmente agricultura, pesca e turismo.
- São Tomé e Príncipe é naturalmente dotado de uma paisagem com fauna e flora endêmicas que o colocou como reserva mundial da biosfera pela UNESCO.

5.1. Gestão ambiental sustentável

Na ausência de regulamentações e incentivos apropriados, os mercados podem implicar resultados ambientais indesejados. O desenvolvimento de empresas sustentáveis e a proteção do meio ambiente exigem padrões sustentáveis de produção e consumo. Os efeitos da degradação

ambiental geral são mais severamente sentidos pelos setores mais vulneráveis da sociedade, e as estratégias bem-sucedidas de alívio da pobreza a longo prazo devem incluir a gestão ambiental sustentável como um componente. Sistemas de gestão de recursos naturais e governança nacional precisam ser reforçados para promover a gestão

e o uso sustentável dos recursos naturais a nível nacional e local.

O Ministério das Infraestrutura, Recursos Naturais e Ambiente (MIRNA) é o responsável pela gestão, planeamento, coordenação e garantia na execução das políticas relacionadas com o meio ambiente. Mas, a transversabilidade do meio ambiente, faz com que a definição e a respetiva implementação de políticas ambientais, também envolvem os ministérios tutelares das áreas relacionadas com a agricultura, o desenvolvimento rural, os recursos naturais, aquáticas (mar, rio, lago) e zonas costeiras⁵⁵.

Insularidade, estações secas prolongadas e aumento do nível do mar constituem vulnerabilidades consideráveis para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. O desmatamento causado por atividades ilegais de extração de madeira, falta de supervisão e maus-tratos florestais é um problema sério que está diminuindo a capacidade de sequestro de carbono e ameaça à biodiversidade. As áreas costeiras estão ameaçadas pela elevação e erosão do nível do mar causados pela extração de areia para fins de construção, colocando em risco as comunidades costeiras e afetando os principais setores da economia, principalmente agricultura e pesca. No setor agrícola, as mudanças climáticas terão impacto nas culturas, aumentam a insegurança alimentar e afetam a produção de cacau, principal produto de exportação. Para abordar essas questões, o governo em junho de 2017, preparou um Plano Multissetorial de Investimentos para integrar as mudanças climáticas e o risco de desastres gestão de áreas costeiras .

Em S. Tomé e Príncipe, uma boa parte da população depende do ambiente para garantir os seus meios de subsistência quotidianos, o que resulta em ampla degradação ambiental. Como consequência, há uma redução dos benefícios económicos e sociais advindos dos recursos naturais (terra, zonas aquáticas e costeiras) e, portanto, há queda no bem estar da população, especialmente a mais necessitada.

As empresas, no desenvolvimento de suas atividades, devem integrar uma gestão ambiental responsável, sem a qual correm o risco de causar

degradação e esgotamento dos recursos naturais com repercussões negativas para a economia e sociedade. O desenvolvimento de empresas sustentáveis está assim intrinsecamente ligado ao respeito pela preservação do ambiente. No entanto, isto não pode ser feito sem uma regulamentação eficaz e uma sensibilização para as questões ambientais por parte das empresas e da população.

Neste contexto, as autoridades de São Tomé e Príncipe reconhecem a gestão sustentável do ambiente como umas das prioridades fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para o efeito, têm elaborado vários instrumentos ligados a gestão ambiental e desenvolvimento sustentável e participa em diferentes iniciativas e compromissos internacionais.

Em 1998, elaborou o Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD)⁵⁶, horizonte 1998-2008, com os objectivos estratégicos de gestão ambiental. O PNADD trouxe mais-valia para a implementação das políticas ambientais definidas pelo Governo de São Tomé e Príncipe. Atualmente, o PNADD encontra-se desatualizado tendo em conta que o seu horizonte temporal era válido até 2008.

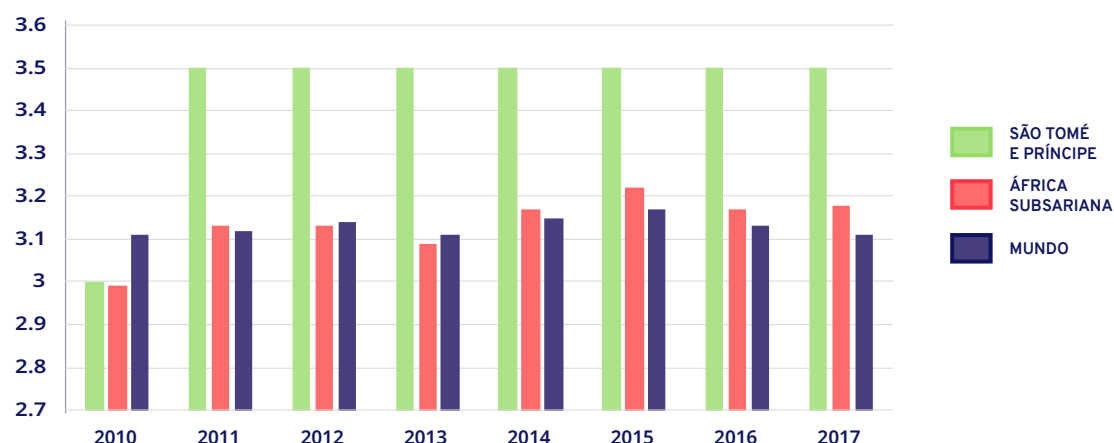
No quadro do Acordo de Paris, STP apresentou as suas “Intenções de Contribuições Determinadas a Nível Nacional” (NDCs) na Conferência das Partes. Este documento expressa as necessidades e capacidades em termos de mitigação e de adaptação de STP.

Depois de ter elaborado a Primeira Comunicação Nacional em 2004, STP apresentou a Segunda Comunicação em 2011 e atualmente está a ser elaborada a Terceira Comunicação. Estas comunicações constituem os primeiros diagnósticos da vulnerabilidade e adaptação de STP às mudanças climáticas e põem em evidência o nível de risco e a necessidade de integração da dimensão “mudanças climáticas” nos planos de desenvolvimento económico e social. Ainda neste âmbito, outros documentos relevantes para o desenvolvimento ambiental sustentável foram elaborados, designadamente a Estratégia Nacional sobre Mudanças Climáticas (2004), o Plano de Acção Nacional para

55 AfDB.2018

56 Plano de Ação Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD)

► Gráfico 25-índice de sustentabilidade ambiental, países selecionados



Fonte: World Bank

Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA/PANA, 2006) a Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Biodiversidade (NBSAP), 2006 e os Relatórios sobre o Estado da Biodiversidade, entre outros.

O Decreto N° 37/1999, em vigor desde 1999 e relativo a avaliação de impacto ambiental, estabelece que todas as actividades que pela sua natureza, dimensão ou localização são susceptíveis de provocar impactos significativos no ambiente, deverão submeter ao processo de avaliação de impacto ambiental.

O país também adotou a lei de Bases do Ambiente, Lei n° 10/99, que cria o quadro jurídico-legal do ambiente em São Tomé e Príncipe. Define as bases da política para o desenvolvimento sustentável. A lei da proteção da fauna, flora e áreas protegidas, Lei n° 11/99 de 31 de Dezembro de 1999, visa a conservação dos ecossistemas, da fauna e da flora neles existentes, bem assim como a sua utilização de forma sustentável, preservando a sua biodiversidade biológica. Além disso, o Decreto N° 35/99 define as condições para a extração de inertes em todas zonas costeiras e rios do País.

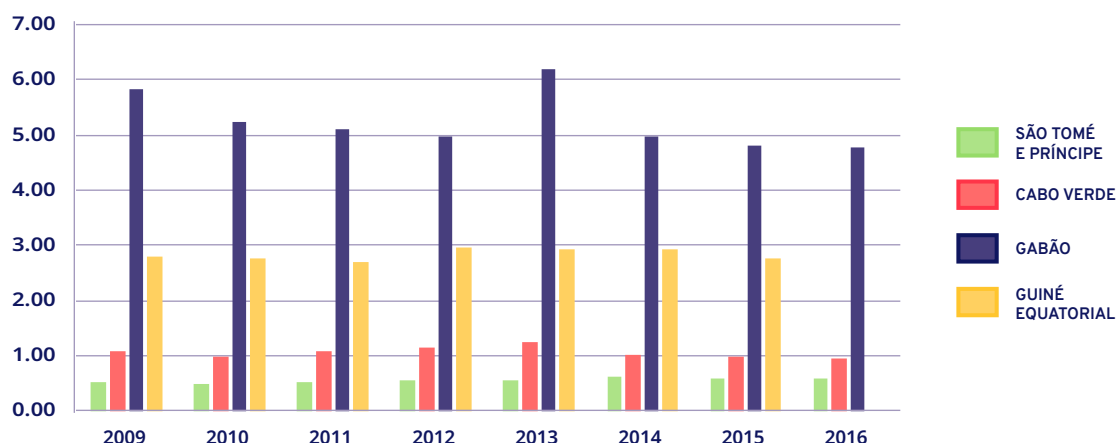
Em de julho de 2012, criou o Comité Nacional para as Mudanças Climáticas e ambiente (CNMC), para seguir e avaliar as ações no âmbito das mudanças climáticas, em aplicação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

O "Índice de Sustentabilidade Ambiental" avalia a capacidade de um país em proteger o meio ambiente. Desde 2011, STP apresenta uma evolução constante deste indicador. Em 2017, o índice foi de 3,50 comparando com 3,18 de África Subsaariana e 3,11 da média mundial. **GRÁFICO 25**

Outro indicador utilizado para medir gestão responsável do ambiente é o nível de emissões de dióxido de carbono (CO₂) em toneladas métricas anuais per capita. O **GRÁFICO 26** indica que STP apresenta valores abaixo da média de África-Subsaariana e do mundo. E comparado aos valores dos países selecionados, conforme a tabela abaixo, S. Tomé e Príncipe continua a ter valores mais baixos, seguido de Cabo Verde, Guiné Equatorial e por último o Gabão. Mas, em 2016, a Guiné Equatorial ficou na segunda posição com 0,85 e Cabo Verde com 0,95. **TABELA 14 - 15**

Ao analisar a percentagem da população exposta à poluição ambiental, concentrações de PM_{2,5} STP teve um melhor desempenho do que os outros três países de comparação. STP teve 8,54% da população exposta, em 2017, percentagens idênticas nos anos anteriores. Gabão teve maior percentagem, com 53,24% em 2017, Gabão 44,39% e Cabo Verde 34,78%. **TABELA 16**

A área florestal de Gabão tem crescido moderadamente ao longo dos anos, tendo envolvido de 86,93% em 2012 para 90,04% em 2016. STP e Guiné

► Gráfico 26-Emissões do CO₂, países selecionados

Fonte: World Bank

Equatorial apresentaram percentagens idênticas, cifrando de 55,83%. Enquanto Cabo Verde apresenta menor área florestal (22 nos últimos 3 anos).

TABELA 17

Em 2015, o consumo de energia renovável por STP foi de 41,06% do consumo total de energia produzida, posicionando-o em segundo lugar. Gabão apresenta maior consumo de energia renovável, com 82,01% em 2015, seguido de Cabo Verde e Guiné Equatorial com 26,58% e 7,82 respectivamente. **TABELA 18**

STP apresenta a menor emissão de Gás de Metano, em 2012 era de 46,19% contra 43,57% em 2008. Gabão apresenta maiores níveis de emissão de Gás de Metano, com 3893,93 em 2012, Guiné Equatorial 2959,49 e Cabo Verde 151,49. **TABELA 20**

Em S. Tomé e Príncipe, a gestão das áreas protegidas é efetuada com base na Lei nº 10/99, que define as políticas para o desenvolvimento sustentável (Lei de Base do Ambiente) e Lei 11/99 de 31 de Dezembro sobre a proteção da fauna, flora e áreas protegidas. A gestão das áreas protegidas é efetuada pela Direção do Parque Natural Obô em S. Tomé e Parque Natural de Príncipe, na Região Autónoma do Príncipe, tutelada pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural e Secretaria Regional para o Ambiente, em parceria com a Direção do Ambiente, tutelada pelo Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais

e Energia. As ONG's são também um grande parceiro no processo de gestão das áreas protegidas. A Direção do Parque Obô, orienta-se através do Plano de Manejo quinquenal (a atualizar no presente ano de 2020) e Plano de Gestão anual.

Em termos de áreas protegidas relativas aos países selecionados, Gabão apresenta maior percentagem de áreas protegidas em relação aos países comparados. Em 2018, Gabão possuía 25,13% da sua área protegida, a Guiné Equatorial 1,77%, STP e Cabo Verde 0,24% e 0,02% respectivamente.

TABELA 21

Relativamente às terras em permanente cultivo no período de 2013 a 2017, STP apresenta-se na primeira posição com 60,63%, seguido de Guiné Equatorial com 2,14%, Cabo Verde na terceira posição com 0,99% e Gabão em última posição com 0,66%. **TABELA 22**

O indicador "Classificação CPIA das Políticas e Instituições para a Sustentabilidade Ambiental", apresentado na tabela acima, indica STP em melhor posição do que a média da África subsaariana bem como Cabo Verde, com pontuações de 3,5, 3,18 e 3,0 respetivamente. **TABELA 23**

► Tabela 14- Emissões de CO2

	Países	Anos					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dióxido de carbono ou gás carbônico é um produto químico formado por dois átomos de oxigênio e um átomo de carbono (CO2), encontrado naturalmente na atmosfera, produzido pela respiração dos animais e pela queima de qualquer matéria orgânica.							
	STP	0,52	0,55	0,56	0,60	0,59	0,58
	Cabo Verde	1,08	1,13	1,23	1,00	0,97	0,95
	Guiné E.	5,12	4,96	6,21	4,96	4,80	4,76
	Gabão	2,71	2,96	2,92	2,91	2,76	0,85

Fonte: International Energy Agency, Energy Statistics and Balances of Non-OECD Countries and Energy Statistics of OECD Countries (World Development Indicators Online)

► Tabela 15 - índice de sustentabilidade ambiental

	Países	Anos						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
O Índice de Sustentabilidade Ambiental (ESI) mede o progresso geral das nações em direção à sustentabilidade ambiental. Como um índice composto, ele acompanha um conjunto de indicadores ambientais, socioeconômicos e institucionais que caracterizam e influenciam a sustentabilidade ambiental a nível nacional.								
	STP	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
	Cabo Verde	3,50	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	África Subsaariana	3,13	3,13	3,09	3,17	3,22	3,17	3,18
	Mundo	3,12	3,14	3,11	3,15	3,17	3,13	3,11

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 16 - Poluição PM2.5

	Países	Anos				
		2013	2014	2015	2016	2017
A exposição ponderada pela população à poluição ambiental de PM2.5 é definida como o nível médio de exposição da população de uma nação às concentrações de partículas suspensas medindo menos de 2,5 microns de diâmetro, que são capazes de penetrar profundamente no trato respiratório e causar sérios danos à saúde. A exposição é calculada através da ponderação das concentrações médias anuais de PM2.5 por população em áreas urbanas e rurais.	STP	27,66	27,86	28,43	28,67	28,54
	Cabo Verde	32,09	31,62	38,63	33,39	34,78
	Guiné E.	43,63	44,30	52,63	54,51	53,24
	Gabão	40,73	41,32	44,10	43,72	44,39

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 17- Área florestal (% do território)

	Países	Anos				
		2012	2013	2014	2015	2016
Área florestal é a terra sob povoamentos florestais naturais ou plantados de pelo menos 5 metros no local, sendo produtivos ou não, e exclui povoamentos em sistemas de produção agrícola (por exemplo, em plantações de frutas e sistemas agroflorestais) e árvores em parques e jardins urbanos.	STP	55,83	55,83	55,83	55,83	55,83
	Cabo Verde	21,59	21,83	22,07	22,31	22,55
	Guiné E.	57,14	56,73	56,31	55,90	55,49
	Gabão	86,93	87,71	88,49	89,26	90,04

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 18 - Consumo de energia renovável (% do consumo total de energia produzida)

	Países	Anos				
		2011	2012	2013	2014	2015
O consumo de energia renovável é a parcela de energia renovável no consumo final total de energia.						
	STP	43,76	41,25	41,40	41,81	41,06
	Cabo Verde	21,62	24,40	26,13	26,20	26,58
	Guiné E.	5,64	5,35	5,96	7,64	7,82
	Gabão	79,77	75,51	82,23	81,35	82,01

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 19 - Emissão de óxido nitroso (N2O)

	Países	Anos				
		2011	2012	2013	2014	2015
O Banco de Dados de Emissões para Pesquisa Atmosférica Global (EDGAR) fornece emissões antrópicas globais e atuais de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos por país e na rede espacial.						
	STP	9,31	9,51	9,51	9,60	9,70
	Cabo Verde	2,69				
	Guiné E.	35,38	36,37	36,16	36,52	36,88
	Gabão	1369,92	578,17	821,42	829,63	837,85

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 20 - Emissão de Gás Metano (CH4)

	Países	Anos				
		2008	2009	2010	2011	2012
O Banco de Dados de Emissões para Pesquisa Atmosférica Global (EDGAR) fornece emissões antrópicas globais e atuais de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos por país e na rede espacial.						
	STP	43,57	44,47	45,29	45,74	46,19
	Cabo Verde	138,74	143,48	148,52	150,00	151,49
	Guiné E.	2752,80	2827,08	2901,46	2930,47	2959,49
	Gabão	5247,70	3467,78	3817,58	3855,76	3893,93

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 21 - Áreas protegidas terrestres e marítimas (% da área total)

	Países	Anos		
		2016	2017	2018
Uma área protegida é definida pela União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN) como uma área de terra e / ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de recursos culturais naturais e associados e gerida por meios legais ou outros meios eficazes.				
	STP	0,24	0,24	0,24
	Cabo Verde	2,60	0,02	0,02
	Guiné E.	1,77	1,77	1,77
	Gabão	12,08	25,13	25,13

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 22- Terras agrícolas de cultivo permanente (% da área total)

	Países	Anos				
		2013	2014	2015	2016	2017
Terras agrícolas permanentes são terras cultivadas com culturas que ocupam a terra por longos períodos e não precisam ser replantadas após cada colheita, como cacau, café e borracha. Esta categoria inclui a terra sob arbustos floridos, árvores frutíferas, nozes e videiras, mas exclui a terra sob árvores cultivadas para madeira ou madeira de construção.						
	STP	40,63	40,63	40,63	40,63	40,63
	Cabo Verde	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99
	Guiné E.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
	Gabão	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

► Tabela 23 - Classificação CPIA das políticas e instituições para a sustentabilidade ambiental

	Países	Anos				
		2013	2014	2015	2016	2017
A classificação das políticas e instituições para a sustentabilidade ambiental avaliam até que ponto as políticas ambientais promovem a rotação e o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão da poluição.						
	STP	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
	Cabo Verde	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	Africa Subsariana	3,09	3,17	3,22	3,17	3,18

Fonte: World Bank Databank, World Development Indicators Online

Valores variam de 1 (classificação baixa) a 6 (classificação alta).

► 6. Resultado da avaliação e caminhos para futuro

Os resultados da avaliação de um ambiente favorável às empresas sustentáveis em S. Tomé e Príncipe que, nesta primeira fase, se baseou em dados secundários, entrevistas com algumas partes interessadas nacionais, revisão completa da literatura e o atelier de validação da validação dos dados secundários, indicam que há espaço para melhorar a situação em todas as 17 condições. Porém, uma auto-avaliação permite concluir acerca dessas condições o seguinte:

Paz e estabilidade política

S. Tomé e Príncipe está bem posicionado nesta condição, uma vez que as eleições gerais e presidenciais realizam-se periodicamente e as alterações do poder processam-se normalmente sem perturbações conflituosas, que impeçam o desenvolvimento de negócios.

Boa governação

O desempenho do País nesta área vem progredindo bem. Mas, como a corrupção é considerada um grande desafio para a boa governação, é importante desencadear todos os esforços para combater todas as formas deste flagelo, cujas penalidades criminais estão previstas na lei, mas a sua implementação tem sido ineficaz, levando a uma certa impunidade. Só assim é possível um desenvolvimento sustentado para S. Tomé e Príncipe.

Diálogo social

O direito à negociação colectiva está previsto na lei. Os mais variados sectores públicos e privados têm representantes sindicais e/ou dos trabalhadores. Os acordos de negociação colectiva abrangem apenas os trabalhadores do sector formal.

Respeito aos direitos humanos universais e às normas internacionais do trabalho

S. Tomé e Príncipe ratificou todas as convenções internacionais fundamentais do direito humano e da OIT. Porém, S. Tomé e Príncipe enfrenta

diversos desafios no que diz respeito à garantia dos direitos humanos para todos os seus cidadãos. Alguns dos obstáculos mais significativos são relacionados com as condições rigorosas nas prisões, a violência doméstica (afeta particularmente as mulheres), a corrupção oficial.

Políticas macroeconómicas sólidas e estáveis e boa gestão da economia

O registo, nos últimos anos (2015-2018), da diminuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e dos investimentos públicos resultaram na desaceleração do crescimento PIB (4% -2,7%), no aumento da inflação (4% - 9%) e do défice primário interno/ PIB (3% - 4,1%). A inversão dessa tendência, exige políticas para a atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), melhorando o ambiente de negócios, isto é, começar por priorizar um maior rigor na gestão das finanças públicas, simplificar e tornar mais transparente os procedimentos para evitar as mais pequenas corrupções possíveis.

Comércio e integração económica sustentável

A capacidade comercial de STP com a região é fraca. O comércio que representa cerca de 25% do PIB (INE 2017), é realizado essencialmente com os países da União Europeia. As importações oriundas destes países representam mais de 60% de todas as importações, seguindo os produtos oriundos de Angola com cerca de 20%. (INE 2016/2017). A política comercial do Governo tem sido na busca de um ambiente de negócios favorável para a promoção da competitividade dos produtos nacionais em mercados internacionais, preferencialmente em mercados desenvolvidos, sem prejudicar o comércio regional. Como membro da CEEAC, STP i) eliminou as tarifas de exportação e estruturou as tarifárias alfandegárias em cinco bandas (0 a 30); ii) criou em 2012 o Guiché Único para o comércio externo, visando solucionar e uniformizar os mecanismos que concorrem para importação e exportação do país; iii) vem removendo barreiras dos requisitos dos vistos para cidadãos de vários países, incluindo da região (Angola, Cabo Verde). Por isso, na Integração Regional de África de 2016, STP foi classificado com o melhor desempenho

entre os 10 países membros da CEEAC em termos de livre circulação de pessoas.

Ambiente jurídico e regulatório

STP possui um quadro regulatório e legal transparente, propício ao ambiente de negócios (apesar de não haver ainda uma regulação do uso e usufruto da terra do Estado), sendo de destacar em matérias de i) criação de empresas: Guiché Único das Empresas, contribuiu para a redução substancial do tempo para a criação de empresas, reduzindo de 90 dias para 2 dias; ii) investimentos: APCI, funciona como Guiché único para a promoção e implementação das políticas em matéria do comércio, exportação e actração de investimentos; Código de Investimentos e o respectivo regulamento; iii) legislação tributária: Código Geral Tributário, Código de Benefício e Incentivos Fiscais; iv) legislação laboral: Código do Trabalho, regula a relação contratual individual de trabalho; v) Códigos de registos predial e comercial; vi) Código de Propriedade Intelectual; vii) Lei que regula negócios de Parcerias Público-Privado.

Império da lei e a garantia dos direitos de propriedade

O império da lei em STP sustenta-se através do princípio de que todos os cidadãos são iguais perante a lei e são inocentes até ao trânsito em julgado. O que significa que o direito a propriedade está também garantido constitucionalmente. Mas, apesar da existência de todo um processo verificável e uma estrutura para ditar a justiça em STP, a sua fragilidade na tomada de decisões, faz com que a comunidade dos investidores não tenham uma boa imagem da forma como é ditado a justiça em STP. Pelo que é crucial tornar medidas que credibilizem as instituições judiciais face à apreciação dos investidores.

Concorrência justa

S. Tomé e Príncipe, enquanto País arquipélago e de pequena dimensão, conhece vulnerabilidades insulares, com alguns contrangimentos, cuja capacidade o limita de influenciar os preços, tanto externo como interno, e promover uma concorrência interna efectivamente justa. Porém, a intervenção das entidades reguladoras é importante na que concerne a sua contribuição na regulação de preços determinados produtos/serviços, para evitar que os agentes económicos não

se aproveitem das suas vantagens no mercado para prejudicar os seus concorrentes e os outros stakeholders, como é o caso da banca, seguros e telecomunicações. Conclusão é de que O Estado deve regular a competição e torna-la mais justa possível.

Tecnologia de informação e de comunicação

A conectividade da rede móvel expandiu-se nos últimos anos, mas o uso da internet permanece ainda muito baixo. As TICs permanecem extremamente caras, principalmente as conexões de banda larga.

Acesso aos serviços financeiros

O acesso ao microfinanciamento foi identificado como um fator determinante da sustentabilidade e do crescimento das MPME. O acesso da população a produtos e serviços financeiros, particularmente ao microfinanciamento, é amplamente reconhecido como fator determinante da sustentabilidade e do crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Porém, em STP, o acesso das empresas e da população aos serviços financeiros permanecem baixos, apesar da existência de um número elevado de instituições financeiras. Por isso, a inclusão financeira constitui um dos principais desafios que o Governo tem pela frente e eixos da Estratégia para o Desenvolvimento do Setor Financeiro, cuja implementação está em curso.

Infraestruturas físicas

Apesar de inúmeras intervenções, a condição geral das vias rodoviárias, particularmente as de terra batida, constituem um obstáculo à competitividade económica e dificulta a vida das comunidades rurais, nomeadamente dos produtores agrícolas que enfrentam dificuldades acrescidas no abastecimento em matérias-primas e no escoamento das suas produções. As infraestruturas portuárias existentes são um outro obstáculo à competitividade, que carce de uma intervenção para as tornar mais funcional e contribuir para o ambiente mais propício às empresas sustentáveis.

Cultura empresarial

As altas taxas de jovens desempregados (as), exigem o desenvolvimento de uma cultura

empreendedora. Os jovens santomenses preferem um emprego remunerado. As principais razões que impedem os jovens de iniciar um negócio são a falta de acesso ao financiamento adequado, falta de informações sobre como e aonde recorrer para iniciar um negócio, falta de habilidade e formação, preferência pelos empregos assalariados, particularmente ao nível do Estado, e o sistema educacional inadequado.

Educação, capacitação e formação contínua

Em STP, a força de trabalho, em geral, ainda é débil e não possui as habilidades necessárias adequadas, tendo em conta que ainda está longe das necessidades do sector privado. É preciso apostar mais nas mais variadas áreas da formação técnico-profissional, para que as saídas nestas áreas sejam superiores às do ensino superior, cujo mercado de trabalho é mais limitado.

Justiça e inclusão social

Os níveis de pobreza e desigualdade permanecem e continuam a ser uma enorme preocupação nacional. Pelo que esta situação reflete os desafios que as autoridades enfrentam na criação de mecanismos adequados para a criação de emprego, bem como do espírito empresarial e de desenvolvimento de competências, incluindo a problemática da equidade do género, integrando as mulheres em todos os setores da economia, apesar dos avanços registados neste segmento.

Proteção social

A taxa de cobertura dos programas de protecção social existente em STP é baixa. A sustentabilidade dos programas de assistência social estão essencialmente sujeitos ao financiamento de doadores. O sistema de segurança social contributivo está limitado ao sector formal, em que há incidências de evasão de contribuições por parte de alguns empregadores. Torna-se necessário melhorar a eficácia e a sustentabilidade do sistema existente e alargar a cobertura também para o setom informal.

Gestão ambiental sustentável

O desmatamento causado por atividades ilegais de extração de madeira, a erosão costeira causada pela extração de areia para construção

associada à elevação do nível do mar e às alterações climáticas, têm colocado em risco as comunidades costeiras, afetando os principais setores da economia, principalmente agricultura e pesca, aumentando inclusive a insegurança alimentar. A toda de decisão pelo Governo em elaborar o Plano Multissetorial de Investimentos para integrar as mudanças climáticas e o risco de desastres gestão de áreas costeiras é fundamental. Mas, o mais importante e decisivo é a sua implementação adequada e em tempo oportuno.

A fim de focar as atenções e concentrar os esforços numa análise mais profunda dos problemas emergentes, algumas das 17 condições foram objectos de análise e priorização pelos participantes no atelier de validação sobre a avaliação dos resultados dos dados secundários, realizado em Outubro de 2018 em S. Tomé. As áreas abrangeram todas aquelas onde as intervenções para melhorias são mais necessárias, e a definição das suas prioridades basearam-se numa pesquisa de percepção organizada para o efeito no atelier já atrás referido.

As condições seleccionadas são as seguintes: i) Ambiente legal e regulatório favorável; ii) Boa governação; iii) Protecção social adequada; iv) Gestão ambiental responsável; v) Paz e estabilidade política; vi) Diálogo Social; vii) Cultura empresarial; viii) Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; ix) Política macroeconómica e estável e boa governação; x) Estrutura física; xi) Concorrência justa.

Como os esforços para melhorar o ambiente propício ao ambiente dos negócios, foram no sentido de se concentrar em áreas essenciais e não focar sobre as acções que já estavam sendo realizadas pelas partes interessadas nacionais e doadores, as condições seleccionadas segundo a ordem de prioridade são as seguintes:

- ▶ Ambiente legal e regulatório favorável;
- ▶ Boa governação;
- ▶ Protecção social adequada;
- ▶ Gestão ambiental responsável;
- ▶ Diálogo Social.

Referências bibliográficas

- African Development Bank (AfDB). 2015. Estratégias de Desenvolvimento do Sector Privado. S. Tomé e Príncipe
- African Development Bank (AfDB) . 2018. COUNTRY STRATEGY PAPER 2018-2022. S. Tomé e Príncipe
- AGER- Autoridade Geral de Regulação. Mercado de Telecomunicações em São Tomé e Príncipe. Observatório Estatístico. 2018. <https://www.ager-stp.org/index.php/pt/>
- Banco Mundial, Plano Multisectorial de Investimentos de São Tomé e Príncipe para Integrar a Resiliência às Alterações Climáticas as e o Risco de Catástrofes na Gestão da Zona Costeira, rote de 2017
- Banco Mundial. 2017. Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector Financeiro 2017-2019
- Bureau international du Travail, L'environnement propice aux entreprises durables au Burkina Faso, 2018, Burkina Faso
- Ceita, Z.S. 2016. Political and Economic Factors that Influence FDI's Investment Strategy in São Tomé and Príncipe. University of Liverpool. Dissertation Advisor : Flora Prieto. 28 July 2016
- Da Gama, F. Sanoussi, I. www.africaneconomicoutlook.org. 2017. São Tomé e Príncipe. Da Gama, F. Sanoussi, I.
- Departamento dos Estados Unidos. 2017. <https://photos.state.gov/libraries/gabon/19452/pdfs/SAO%20TOME%20AND%20PRINCIPE-HRR-2015-POR-FINAL.pdf>.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. <https://www.dn.pt/lusa/relatorio-dos-eua-destaca-violencia-domestica-e-das-autoridades-em-sao-tome-e-principe-10676195.html>
- Direção de Planeamento, Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul, Plano Nacional de Desenvolvimento, 2017-2021, São Tomé e Príncipe
- DW. 2018. <https://www.dw.com/pt-002/corrupt%C3%A7%C3%A3o-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe/t-17418057>
- FMI, São Tomé Príncipe, Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, Junho de 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/External/NP/LOI/2018/STP/por/070918.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística (INE), Inquérito aos Indicadores Múltiplos de São Tomé e Príncipe (MICS), 2014
- Instituto Nacional de Estatística (INE). Inquérito Demográfico e Social. S. Tomé e Príncipe. 2014
- International Labour Office, The enabling environment for sustainable enterprises in Zimbabwe, 2018, Zimbabwe,
- International Labour Office, The enabling environment for sustainable enterprises in Lesotho, 2014, Lesotho
- International Labour Organization, Enabling Environment for Sustainable Enterprises in Sierra Leone, março de 2013
- International Labour Organization, L'environnement propice aux entreprises durables au Burkina Faso, 2017
- International Labour Organization, Enabling Environment for Sustainable Enterprises in Sierra Leone, 2019
- International Labour Organization, Enabling environment for sustainable enterprises in Zimbabwe, 2018
- International Labour Organization, Enabling Environment for Sustainable Enterprises in Lesotho, 2014
- International Labour Organization. https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:103341
- International Labour Organization, Evaluation de l'environnement des affaires du Cameroun 2013
- Ministério de Educação e Ensino Superior. 2019. Carta de Política Educativa. S. Tomé e Príncipe. Visão 2022
- Ministério de Educação e Ensino Superior. 2019. Boletim de Estatísticas. Direção Geral de Planeamento e Inovação Educativa
- Ministério de Emprego e dos Assuntos Sociais. 2015. Política nacional de emprego

Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Plano de Ação Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas (PNAMC), 2006.

Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Plano de Ação Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PNADD), São Tomé e Príncipe

Ministério das Planeamento, Finanças e Economia Azul, Direção de Planeamento, III Relatório de Seguimento do Contrato de Reforma Sectorial Água e Saneamento, 2017, São Tomé e Príncipe

Ministério de Obras Públicas, Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Plano Director de Transportes, 2009, São Tomé e Príncipe

Ministério de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Ministério de Trabalho, Emprego e Assuntos Sociais. 2015. Política Nacional de Emprego.

Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Plano de Acção Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas, 2006, São Tomé e Príncipe

OIT. Departamento de Proteção Social. 2018. Extensão da Proteção Social em S. Tomé e Príncipe. https://www.usp2030.org/gimi/RessourcePDF.action?jsessionId=yCHQEeo-6GJW7t5V3rYoXRphapy_I7X5Tk2DD-ugShb76BlkUv_eI-692971084?id=55390

PNUD-São Tomé, Agenda de Transformação, 2030, São Tomé e Príncipe, 2015

São Tomé e Príncipe, Programa de XVII Governo, 2018-2022

União Europeia. 2014. Estratégia Comercial de S. Tomé e Príncipe. Projeto de Apoio ao Setor do Comércio.

Legislações:

Político

Lei nº 1/2003 – Constituição da República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Lei nº 1/99, cria o Conselho de Consertação Social (CCS) – principal instituição para promoção de diálogo social – composta por representantes do governo, duas centrais sindicais representantes dos trabalhadores assalariados e por Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS), representantes dos empregadores

Económico

Decreto Lei nº 12/2012, de 14 de rotecção sobre a Agência de Promoção de Comércio e Investimentos (APCI)

Decreto Lei nº 15/2016, de 17 de Novembro. Código de Benefícios e Incentivos fiscais

Decreto Lei nº 57/2013, de 18 de Dezembro sobre o Estatuto do APCI

Decreto Lei nº 16/2016, de 17 de Novembro. Código do Imposto de Rendimento Sobre Pessoas Singulares (CIRS)

Decreto Lei nº 17/2016, de 17 de Novembro. Regime Excepcional de Regularização de Dívidas de Natureza Fiscal.

Decreto Lei nº 18/2016, de 17 de Novembro. Alargamento de Base Tributária, exigindo informações de Interesse Fiscal.

Decreto Lei nº 19/2016, de 17 de Novembro. Código de Investimentos.

Decreto Lei nº 20/2016, de 17 de Novembro. Regulamento das rotecção a dos Inspetores de Jogos

Decreto Lei nº 21/2016, de 17 de Novembro. Altera as Taxas aduaneiras aplicáveis para a cobrança dos direitos aduaneiros devidos pela importação de bebidas alcoólicas.

Lei n.º 06/2018, de Abril – Lei sobre as Parcerias Público-Privadas.

Decreto Lei nº 18/2017, de Dezembro. Aprova o Regulamento do Decreto-Lei nº 19/2016 sobre o Código de Investimento.

Decreto Lei nº 23/2016, de Fevereiro de 2017. Código de Propriedade Intelectual.

Decreto Lei nº 07/2017, de Junho. Estatuto Orgânico do Pessoal dos Registos e Notariado.

Decreto Lei nº 11/2017, de Junho. Código de Custas Judiciais.

Lei n.º 12/2018, de Julho. Código de Registo Predial.

Lei n.º 13/2018, de Julho. Código de Registo Comercial.

Lei n.º 14/2018, de Julho. Código do Notariado

Decreto-Lei nº 14/2005 cria AGER- Agência Geral de Regulação de S. Tomé e Príncipe

Lei n.º 8/1992 de 26 de agosto sobre a criação do Banco Central de S. Tomé e Príncipe

Lei n.º 9/1992 de 26 de agosto sobre as Instituições Financeiras em S. Tomé e Príncipe

Lei n.º 16/2018, de Setembro. Regime Jurídico das Microfinanças

Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de Setembro. Actualizado de acordo com as alterações introduzidas pelos:

Decreto-Lei n.º 184/87, de 21 de Abril;

Decreto-Lei n.º 280/87, de 8 de Julho;

Decreto-Lei n.º 229-B/88, de 4 de Julho;

Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho;

Decreto-Lei n.º 225/92, de 21 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 20/93, de 26 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 343/98 de 6 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março;

Decreto-Lei n.º 237/2001 de 30 de Agosto e

Decreto-Lei n.º 162/2002 de 11 de Julho.

Social

Lei n.º 6/2019, de 11 de Abril. Código de Trabalho

Lei n.º 4/92, de 28 de Maio. Lei Sindical rotecção a a greve dos trabalhadores

Lei n.º 5/92, de 28 de Maio – Lei sindical regula o funcionamento dos sisndicatos

Lei n.º 4/2018. Lei de Base so Sistema Educativo de S. Tomé e Príncipe.

Lei n.º 19/2018, de Outubro. Código de Família

Lei n.º 20/2018, de Novembro. Código de Organização Tutelar de Menores.

Decreto-Lei n.º. 23/2014 – Primeiras alterações e aditamento aos Estatutos Orgânicos do Instituto Nacional para Promoção e Equidade de Género, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 18/2007

Decreto n.º 14/2007 –Adopta a Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género, conhecida pela sigla (ENIEG).

Lei 11/2008.Violência Doméstica e Familiar

Lei n.º 7/2004 “Lei de Enquadramento da Protecção Social

Decreto-Lei n.º 25/2014, DR N.º 183, 31/12/2014. Regulamenta a Protecção Social Obrigatória

Ambiental

A lei de Base do Ambiente, lei n.º 10/99, publicado no DR n.º 15 de 31/12, cria o quadro jurídico-legal do ambiente em São Tomé e Príncipe. Define as bases da política para o desenvolvimento sustentável.

Lei da rotecção da fauna, flora e áreas protegidas, Lei n.º 11/99 de 31 de Dezembro de 1999. Visa a conservação dos ecossistemas, da fauna e da flora neles existentes, bem assim como a sua utilização de forma sustentável, preservando a sua biodiversidade biológica.

Decreto N.º 35/99, Decreto sobre rotecção de inertes nas zonas costeiras, publicado no DR n.º 12 de 31/12. Define as condições para a rotecção de inertes em todas zonas costeiras e rios do País.

Decreto N.º 37/1999, Decreto que aprova o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do impacto ambiental, publicado em 30/11/1999 no Diário da República n.º 12.

Decreto-Lei sobre a Protecção dos Recursos Costeiros e Marítimos.

Decreto n.º13/2012 publicado no Diário da República n.º81 de 11 de rote de 2012, sobre a criação do Comité Nacional para as Mudanças Climáticas e ambiente (CNMC) para seguir e avaliar as rotec no âmbito das mudanças climáticas, em aplicação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Regulamento sobre a Conservação das Tartarugas Marinhas e os seus produtos, introduziu normas para a captura e comercialização e criação de campos de rotecção de ovos.

Lei n.º 7/2018-Lei-Quadro dos recursos hídricos. Estabelece o quadro legal sobre a gestão das águas de domínio público, sejam elas superficiais designadamente as águas interiores, de transição e costeiras e das águas subterrâneas.

Lei n.º 17/2011, de 24 de Maio sobre a criação do Conselho Nacional de Preparação e Respostas à Catástrofes (CONPREC), Órgão vocacionado para a prevenção e respostas de quaisquer catástrofes.

► Lista resumida das entidades contactatas

Nome	Setor	Cargo
Abdul Barros	Direção do Planeam. Do Ministério do Plano, Fin. E Econ. Azul	Chefe de Departamento de conjuntura
Aurélrio Rita	Parque Obô de S. Tomé	Diretor
Costa Carlos	União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Secretário-geral
Dany Santiago	União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Técnica
Eulaide d'Assunção	Instituto de Segurança Social	Chefe de Departamento
Fátima Gomes	Direção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional	Chefe de Departamento
Gueitt Leite	Instituto Nacional de Estatística	Técnico
Helder Vera Cruz	Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família	Chefe de Secção
Ilma Salvaterra	Guiché Único das Empresas	Diretora
João Tavares	Organização dos Trabalhadores de STP (ONSTP)	Secretário-geral
Jorge Correia	Câmara do Comércio, Indústria, Serviço e Agricultura	Presidente
Mauro Breno	Câmara do Comércio, Indústria, Serviço e Agricultura	Secretário
Vitória Rita	Direção do Planamento e Inovação do Min. Educação e Ensino superior	Departamento de Estatística
Vladmir Vera Cruz	INAC	Administrador
Wanda Costa	Direção do Ensino superior e Ciência	Diretora
Zeferino dos Santos	Gabinete de Mecanismo de Ajustamento Automático de Preços de Produtos petrolíferos (GAMAP)	Diretor

